



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**INTERVENÇÃO URBANA E CULTURA: ENTRE A INTENÇÃO E
O IMPACTO.**

**O CASO DO LARGO DO INTENDENTE PINA MANIQUE EM
LISBOA**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Estudos da Cultura,
especialidade de Gestão da Cultura e das Artes**

Por

Joana Isabel Barroso de Jesus Hortas

**Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências
Humanas**

Setembro, 2016



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**INTERVENÇÃO URBANA E CULTURA: ENTRE A INTENÇÃO E
O IMPACTO.**

**O CASO DO LARGO DO INTENDENTE PINA MANIQUE EM
LISBOA**

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em mestre em Estudos da Cultura,
especialidade de Gestão da Cultura e das Artes

Por

Joana Isabel Barroso de Jesus Hortas

Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de professor Doutor Peter Hanenberg

Setembro, 2016

Resumo

A presente dissertação reflete sobre as dinâmicas geradas a partir de uma intervenção urbana que mobiliza a cultura para a reabilitação de um espaço segregado social e territorialmente., Esta intervenção realizada no Largo do Intendente, na cidade de Lisboa, visava devolver o Largo à cidade e atenuar o estigma negativo que o caracteriza há várias décadas,. Um desafio que se iniciou com os planos de intervenção em espaço público e a dinamização de estratégias de apoio à população residente, nomeadamente populações em situação de risco. Estes primeiros passos na reabilitação do Largo articulam-se com o importante compromisso político da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Arroios.

Todavia, seria decisiva a contribuição das instituições e eventos que iriam apostar naquele Largo, promovendo variadas atividades e contactos com as comunidades que habitam o território. Para compreender o que é hoje o Intendente renovado foi cruzada informação teórica, analisados os planos e estratégias desenvolvidos e implementados e recolhida informação em trabalho de campo, com recurso a observações e registos, fotografias e entrevistas. Foi ainda relevante a análise de informação proveniente de alguns órgãos de comunicação social, reconhecendo o mediatismo que esta mudança provocou, bem como as frequentes referências positivas feitas ao Largo. O trabalho no terreno e as notícias recolhidas nos órgãos de comunicação levaram à compreensão das novas dinâmicas que conferem hoje ao espaço um novo lugar de centralidade na cidade. A programação cultural oferecida e os novos espaços atraem outras pessoas e a imagem daquele Largo é hoje muito distinta da registada no início da reabilitação. Os problemas sociais e de marginalidade que caracterizavam o local não desapareceram por completo, são talvez menos visíveis e convivem com as restantes utilizadores do Intendente. O sucesso do processo, que se iniciou apenas à cerca de cinco anos, é bastante visível no espaço do Largo, porém fica agora em aberto o futuro daquele espaço, sujeito a processos de gentrificação e gentrificação turística, que podem vir a configurar um novo o Intendente.

Palavras-chave: intervenção urbana, cultura como recurso, multiculturalidade, reabilitação urbana, espaço social

Abstract

The present dissertation reflects on the dynamics generated from an urban intervention that mobilizes culture for the rehabilitation of a socially and territorially segregated space. This intervention on Intendente square in Lisbon city, aimed at returning the place to the city and at ending the negative stigma that has characterized the place for long decades. A challenge that begun with the intervention plans for public space and the strategies destined to help the residents, namely populations in risk situation. These first steps for the rehabilitation were articulated with a political commitment of the Lisbon Municipality and Arroios Administration.

Nevertheless, it was the decisive contribution of cultural institutions and events that believed in the success of the rehabilitation of that place, promoting different activities and contacts with the communities that live in the neighborhood. In order to understand the renewed Intendente the dissertation reflects on theoretical information, analyzes former developed and implemented plans and strategies . This findings have been confronted with information collected on side, through observation, photography and interviews. It has also been useful to analyze information from social media, acknowledging the media attention that this change caused, as well as the more frequent positive references. The fieldwork and the news gathered led to the understanding of the new dynamics that grant the space a new centrality in town. Cultural programs offered and the new opened spaces attract other people and also help changing the image that today is very different from the begging of this rehabilitation process. Nevertheless, social problems and marginality situations did not vanish from the place entirely, but they became less visible and often live side by side with other users of Intendente. The success of this process, that started only five years ago, is quite visible in the space, however it is important to think the future of that space, where gentrification and tourist gentrification processes may be future challenges to consider.

Key words: urban intervention, culture as a resource, multiculturalism, urban rehabilitation, social space

Agradecimentos

Reconhecendo toda a ajuda que me foi dada ao longo deste trabalho. Gostaria de agradecer a atenção e apoio do professor orientador, Peter Hanenberg, bem como a outros professores com quem me cruzei durante o mestrado e que deram contributos muito relevantes para este trabalho. Agradeço ainda ao professor Luís Mendes pela disponibilidade e artigos indicados. A todas as pessoas que aceitaram realizar as entrevistas, dando um contributo decisivo para o trabalho e para a compreensão das dinâmicas vividas no Largo, deixo um grande agradecimento.

Aos meus pais que me apoiaram em todos os momentos e em diversas tarefas, ao pai agradeço em especial todas as deslocações ao Intendente para ajudar a fotografar e à minha mãe um agradecimento muito especial por todo o trabalho e paciência. Também, foi muito importante o apoio de todos os amigos, as perguntas que faziam e a paciência em ouvir falar do tema demasiadas vezes, bem como a companhia nas deslocações ao Intendente.

Índice

| | <u>Páginas</u> |
|---|----------------|
| Introdução | 9 |
| Metodologia | 13 |
| <u>Parte I - Cidade, Cultura e Sector Cultura</u> | 16-32 |
| 1 . Desafios e dinâmicas urbanas | 16 |
| 1.1 - A construção da cidade | 16 |
| 1.2 - Cidade, cultura e desenvolvimento sustentável | 19 |
| 1.3 - Cidade, cultura e globalização | 21 |
| 2 . A cultura enquanto setor | 26 |
| 2.1- Sector cultural e dinâmica urbana | 26 |
| 2.2 - Políticas culturais e intervenção em espaço urbano | 30 |
| <u>Parte II - Planeamento Urbana e Setor Cultural em Lisboa</u> | 34-75 |
| 1. Cultura e cidade – o caso de Lisboa | 34 |
| 1.1 - Políticas para a cultura em Lisboa | 34 |
| 1.2 - Planeamento urbano no caso de Lisboa - Definir Local de Intervenção Prioritária | 40 |
| 1.2.1 - Reconfigurações do espaço físico e dos poderes locais da cidade | 41 |
| 1.2.2 - Definição Espaços de Intervenção Prioritária | 42 |
| 1.3 - As alterações no mercado imobiliário | 46 |
| 1.3.1 - Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU) | 46 |
| 1.3.2 - Nova lei do arrendamento em Portugal | 48 |

| | |
|---|--------|
| 2 - Mouraria, um bairro de intervenção prioritária em Lisboa | 50 |
| 2.1 - Contextualização histórica - o diagnóstico antes da intervenção | 50 |
| 2.2 - Orientações políticas e planos estruturais | 66 |
| 2.2.1- Os programas de intervenção | 68 |
| <u>Parte III - Caso de estudo - O Largo do Intendente</u> | 77-110 |
| 1 - A cultura na produção do espaço do Largo do Intendente | 77 |
| 1.1 - Génese e imagens construídas sobre o Largo | 77 |
| 1.2 – Reabilitação urbana – Projetos e Espaços | 81 |
| 1.2.1 - Primeiras intervenções no século XXI (antes de 2011) | 82 |
| 1.2.2 - A intervenção de 2012 | 85 |
| 2- Compreender as consequências da reabilitação urbana do Largo do Intendente | 95 |
| 2.1- O setor cultural na produção do espaço | 95 |
| 2.2- As alterações sociais | 100 |
| Conclusão | 111 |
| Anexos | 115 |
| Bibliografia | 166 |

Introdução

O Largo Intendente Pina Maquine, situado no limite do bairro da Mouraria, partilha com este uma história longa de segregação territorial. Recetor de migrantes internos e externos desde a sua origem, “atratividade” que decorre da posição marginal que o bairro ocupa na cidade, trata-se de um território que em diferentes momentos da História integrou as preocupações daqueles que pensam a intervenção urbana em Lisboa. O traçado urbano que hoje nos apresenta associa-se à origem do bairro no século XII, uma vez que a renovação de Lisboa, após o terramoto de 1755, não afetou esta parte da cidade. A falta de investimento público e o reduzido poder económico e social dos seus residentes foram também fatores que, ao longo do tempo, contribuíram para a falta de obras de melhoramento das condições e dos imóveis.

O Intendente foi também um espaço marginalizado do bairro, no centro histórico da capital. Por se tratar de uma zona baixa do bairro e próxima de um importante eixo da cidade, a Avenida Dona Amélia (atual Almirante Reis), entre os séculos XVII e o início do Estado Novo (década de 30, século XX), funcionava como um importante ponto de passagem para comerciantes e residentes da cidade, sendo um dos poucos largos do bairro e com imóveis mais recentes. Nesta época, o bairro da Mouraria associa-se à vida boémia, sendo requentado por homens e artistas de várias classes sociais.

A história urbana mais recente, dos anos 70 e 80 do século XX, foi registando um êxodo da população urbana para a periferia das cidades. O bairro da Mouraria sentiu também este movimento, com consequências no envelhecimento da população e na descida do valor imobiliário, fatores que ampliaram o antigo estigma social e territorial. O bairro passou a ser conotado com as classes sociais com pouco poder económico, imagem agravada pelas situações de marginalidade que pautavam a vida social, sobretudo a prostituição, o tráfico e o consumo de drogas, situações de sem-abrigo e criminalidade. O Largo não seria uma exceção desta imagem de degradação. Simultaneamente este bairro foi recetor de várias comunidades de imigrantes que se deslocaram para Lisboa desde a década de 70, desenvolvendo-se desde então uma dinâmica cosmopolita, num bairro com uma população envelhecida e ligada às tradições culturais e religiosas.

Tendo em conta este contexto de segregação territorial e os desafios sociais que este bairro coloca, após anos de continua degradação, urge enfrentar a decisão de deixar que este

bairro se torne um "ghetto" no centro histórico de Lisboa ou desenvolver um projeto que fosse capaz de reabilitar um território tão complexo. Na sequência desta situação, em 2012 a Câmara Municipal de Lisboa lança um projeto muito ambicioso para o bairro, *Plano de Ação da Mouraria – As cidades dentro da cidade*, contando com a colaboração de várias entidades e mesmo de outros projetos locais e municipais já existentes ou em curso.

Reabilitar um espaço marcado por séculos de exclusão é um trabalho complexo. Tendo já existido durante o século XX alguns projetos de reabilitação urbana para a zona, todos eles com consequências sobretudo nefastas, por assentarem numa lógica de eliminar os "maus exemplos" através de demolições, despejos e deslocando populações em risco. Práticas que não atendiam aos importantes contributos de um trabalho de proximidade com a população residente, ignorando as mais valias que estes podiam trazer, e não combatendo efetivamente os problemas reais. Nos projetos atuais de reabilitação são vários os fatores tidos em conta, compreendendo a necessidade de melhorar o espaço público e os imóveis. Porém o cunho social dos projetos foi essencial, compreendendo que as pessoas alteram e modelam o espaço, o trabalho próximo com as comunidades e os seus problemas são passos decisivos para a reabilitação.

Uma das particularidades desta reabilitação foi o investimento na cultura, dos pontos mais relevantes dos projetos e planos que têm sido dinamizados no bairro e sobretudo no Intendente. Cultura aqui assumida como um conceito alargado, que envolve a dimensão artística (ligada às belas artes e artes performativas) mas também a cultura como o conjunto de heranças que cada indivíduo recebe e de referências que vai adquirindo pelas interações no(s) contexto(s) social(ais) em que diariamente se movimenta. A alteração da representação daquele espaço como território de segregação territorial passou por uma alteração da "má fama" que lhe era associada, em parte apostando numa imagem de um espaço com produção cultural ativa e onde as comunidades conferem uma marca única na cidade, nomeadamente uma vida cosmopolita exclusiva daquele bairro.

Nestes projetos mais recentes, são com frequência abordados os benefícios que existem em aproveitar as inúmeras influências presentes num bairro multicultural, que lhe conferem uma identidade única. Também, os eventos e atividades do setor cultural são indicados como uma mais valia no processo de reabilitação. Promovidos por entidades públicas e privadas, vários foram os projetos que marcaram o Largo do Intendente na sua história

mais recente, recorrendo com frequência a lógicas de participação e envolvimento das populações, mas também objetivando atrair novos públicos e visitantes para o Largo, trabalhando positivamente para eliminar estigmas sociais e territoriais.

Para compreender as mudanças produzidas no Intendente é importante não analisar apenas os planos estruturados para a zona e a atenção política por parte de órgãos de diferentes instâncias do poder. As alterações resultaram em grande parte de um compromisso e risco que veio de vários atores que contribuíram decisivamente para as alterações, daí a importância de analisar os espaços e alguns dos eventos que ocorreram na zona, através de observações diretas e de entrevistas com responsáveis pelos projetos. As mudanças das perceções em relação ao Largo são também muitas vezes abordadas nos órgãos de comunicação social.

A presente dissertação organiza-se em três partes. Na primeira parte apresenta-se o enquadramento teórico, definindo os conceitos e a sua evolução, tecendo ainda algumas considerações sobre a forma como são aplicados.

A segunda parte dedica-se à análise de dois temas fundamentais para compreender as lógicas subjacentes à intervenção urbana na cidade e no bairro. Num primeiro momento exploram-se os recentes documentos e estratégias definidas para Lisboa no âmbito do planeamento urbano e para o sector cultural, nomeadamente o *Plano Estratégico para a Cultura em Lisboa*. Num segundo momento, é analisada a história do bairro da Mouraria, refletindo a evolução da composição social e apresentando a segregação territorial como uma marca constante na evolução do bairro. Por fim, exploram-se os planos mais recentes para o bairro.

A terceira parte foca-se no caso de estudo do Largo do Intendente, espaço onde o presidente da Câmara de Lisboa optou por localizar o seu escritório quando lançou o *Plano de Ação para a Mouraria*. Numa primeira fase faz-se uma rápida passagem pela história do Largo, sendo posteriormente analisados os impactos dos planos e estratégias municipais, em particular as propostas que envolvem o setor cultural. De seguida, são dados a conhecer alguns eventos e projetos de natureza cultural desenvolvidos no Largo desde 2012, refletindo sobre os seus promotores (público e/ou privado), os temas desenvolvidos e os contributos destas dinâmicas na melhoria da imagem e nos novos usos

do bairro, os efeitos na população residente e ao mesmo tempo na atração de novos públicos. Por último, são analisados os impactos que advêm deste longo processo de reabilitação, refletindo sobre a imagem que o território projeta para o exterior, os efeitos sociais na população residente e as dinâmicas culturais que nele hoje são vividas.

Metodologia

Esta dissertação surge da curiosidade de compreender os fatores que estiveram na base da mais recente intervenção de renovação do Largo do Intendente. Como recente utilizadora do espaço compreendi que houve uma mudança de atitude em relação ao mesmo e que nele têm surgido eventos diversos de natureza cultural que “chamam” novos públicos e conferem uma nova vida ao Largo. Durante vários anos associado a problemas de exclusão social e marginalidade, à semelhança do bairro da Mouraria, este Largo funcionava como um "espaço interdito" no meio da cidade, relativamente perto de zona que usava diariamente. Pretende-se assim, analisar as dinâmicas de intervenção urbana que decorreram no Largo e mobilizam a cultura para a reabilitação e renovação da imagem que lhe estava associada, projetando-o na cidade e conferindo-lhe uma nova posição na vida social e cultural da urbe.

Foram delineados três objetivos principais: 1) compreender a evolução daquele espaço e do bairro onde se insere (Mouraria); 2) estudar os planos que afetam o bairro, nomeadamente a nível do urbanismo, da sociedade e do setor cultural; 3) compreender as consequências decorrentes da implementação dos planos, nomeadamente nos novos espaços que surgiram no Largo e nas dinâmicas socioculturais a eles associadas.

Para responder aos objetivos propostos realiza-se, numa fase inicial, uma análise dos documentos estratégicos de intervenção na cidade redigidos a vários níveis, abordando planos da Comissão Europeia, planos Municipais e planos locais, compreendendo as linhas estratégicas e a forma como se articulam com o quadro teórico de referência. É ainda feita uma reflexão crítica de alguns conceitos na revisão da literatura, procurando aqui uma abordagem interdisciplinar, focada nos Estudos Urbanos e Estudos de Cultura.

Para a análise é proposto um caso de estudo, o Largo do Intendente Pina Manique em Lisboa. Para o desenvolvimento desta investigação são usados três métodos de recolha de informação: 1) as observações diretas, transcritas e em anexo, em alguns casos acompanhadas de fotografias, realizadas entre outubro de 2016 e agosto de 2017 em diferentes períodos do dia, em vários dias e em vários locais do Largo (espaço público e privado), foram ainda selecionados alguns eventos para observação; 2) o mapeamento dos novos espaços de comércio e serviços abertos no Largo, sua função e alterações do espaço público; 3) as entrevistas semiestruturadas, realizadas 3 a proprietários de espaços de

comércio ou serviços e um colaborador da Junta de Freguesia de Arroios, com um guião prévio que pretendia sobretudo compreender as motivações para a abertura de um determinado espaço, a importância que os seus proprietários atribuem à cultura enquanto motor das novas dinâmicas a que se assiste no Largo, e as mudanças que ocorreram desde a abertura do espaço; 4) foi ainda muito relevante para a análise compreender a informação e as mensagens sobre o Largo que faziam notícia nos órgãos de comunicação social, tendo sido para tal consultados artigos em diferentes jornais.

A escolha do Largo Intendente Pina Manique recaiu sobretudo no facto de frequentar zonas muito próximas deste Largo já há vários anos, tendo antes de iniciar o trabalho compreendido que se estava a criar uma nova dinâmica na vida deste Largo que o colocava como um novo lugar de atração de população que antes não o procurava. Um espaço sempre associado à prostituição, drogas e outros problemas sociais, era evitado e muito raramente usado, mesmo passando com alguma frequência perto do mesmo. Será sobretudo pela programação cultural alternativa dos novos espaços que se foram instalando e pelos eventos que nele vão ocorrendo que sou atraída para o espaço. Foi esta mudança nos usos de um espaço localizado no centro histórico de Lisboa, até então visto quase como interdito, para um Largo dinâmico e com nova vida que motivou o meu interesse por este local em particular.

Parte I - Cidade, Cultura e Sector Cultura

1 –Desafios e dinâmicas urbanas

Durante o século XX as cidades europeias assumem um papel cada vez mais relevante em diferentes sectores da vida económica e política. O primeiro sector em que se destacam é enquanto espaço político-governativo, centralizando as principais instituições e decisões. Uma herança das civilizações clássicas, de que é exemplo a política governamental, centrada no espaço urbano, praticada nas cidades de Roma e Atenas (Soja, 2000).

A afirmação da cidade enquanto espaço económico e social, acompanha a história da Europa Ocidental, ainda que só tardiamente (no século XX), a concentração de população em espaço urbano supere o espaço rural. Situam-se no século XIX os registos dos primeiros grandes aglomerados urbanos, em consequência da revolução industrial (Healey, 2000). O desenvolvimento do sector económico despoletou o êxodo de pessoas das áreas rurais para as urbanas (Vinuesa Angulo & Vidal Domínguez, 1991) e desde então as cidades tornaram-se os principais polos de concentração de população.

1.1- A construção da cidade

Os países de charneira na revolução industrial atraíram as suas populações para as cidades onde se concentravam os empregos ligados a este segundo sector de atividade económica, a indústria. Com uma população a aumentar significativamente, o seu espaço físico alarga-se de forma explosiva e novos desafios se colocam à forma de fazer e pensar a cidade.

Na época, as cidades não estavam preparadas para acolher toda esta “nova” população, confrontando-se de forma rápida com dificuldades em acolher todos os que para ela se dirigiam. Sem qualquer tipo de ordenamento do território, "a cidade é produto do crescimento e não da criação" (Wirth, 1997:46). Os municípios ou planeadores acabam por ter realmente pouca capacidade de ação (Healey, 2000), o espaço vai-se construindo em grande parte como consequência das sociabilidades nele vividas (Lefebvre, 2013). Na ausência de uma noção de cidade enquanto espaço social o planeamento e a habitação urbana evidenciam fragilidades e problemas (Mumford, 1996). Torna-se urgente encontrar uma solução de compromisso entre o planeamento e a questão sócio-espacial.

No pós II Guerra Mundial, as condições económico-financeiras e a oferta de trabalho abundante, no caso europeu, levaram ao aumento de poder da classe média nas cidades (Sassen, 2001). O crescente número de habitantes passa a viver num espaço cada vez mais exíguo, reclamando respostas às suas exigências e níveis de consumo. Passando pelas mais básicas e de alojamento, mas alargando-se também aos espaços para convivência e para o ócio (Vinuesa Angulo & Vidal Domínguez, 1991). A ideia de urbanismo, de habitar e usufruir este espaço que é a cidade (Simmel, 1997), emerge neste contexto de sobreocupação, de dificuldade em encontrar respostas, de ausência de qualidade de vida na urbe e, de ausência de “espaços” para conviver.

As décadas de 1970/80 marcam uma fase de novas alterações na cidade. A cidade cresce de forma horizontal, assumindo uma nova escala e forma (Ascher, 2012). Muitas pessoas deslocam-se para as suas periferias, locais onde crescem bairros clandestinos e bairros "dormitório". Assistimos a um processo de suburbanização das populações e mesmo de postos de trabalho (Sassen, 2001), deslocando-se os que buscam valores de renda mais baixos, mas também espaços maiores e mais calma. Com a evolução dos transportes e comunicações e a banalização do acesso a viaturas individuais, facilitando as deslocações necessárias (Ascher, 2012:29), e a expansão das telecomunicações os contactos à distância tornaram-se mais fáceis e imediatos, alterando a forma como as indústrias, empresas e pessoas se organizam no espaço da cidade (Sassen, 2001).

Progressivamente as cidades tornam-se territórios de complexos cruzamentos de todos os sectores de atividade, de pessoas, de equipamentos culturais e de media, conjugados com a evolução nos transportes e tecnologias a marcar o seu ritmo de desenvolvimento. A economia globalizada será um dos grandes eixos para alteração do espaço urbano e das suas sociabilidades (Sassen, 2001: 329, 335). Cidades que se tornam globais, onde são identificáveis diferenciados trabalhos e formas de trabalho, de vivências e de culturas (Sassen, 2010).

O local onde o indivíduo trabalha deixa de ser o mesmo espaço onde habita ou desenvolve a sua vida social e cultural, obrigando a um repensar dos espaços da cidade no sentido da sua adaptação às novas dinâmicas da população que nele habita (Benjamim, 1997), em grande parte resultantes da revolução na comunicação (Bauman, 2003). A cidade, sua organização e desenvolvimento, tem de conseguir corresponder às necessidades dos seus

principais atores. Se as periferias da urbanas têm um peso importante, pelas dinâmicas que diariamente com a cidade centro, estas não podem ser postas de parte na gestão e administração do espaço urbano como um todo (Justino, 2001).

As novas dinâmicas de ocupação do espaço urbano conduziram a um progressivo abandono dos centros e degradação dos mesmos, visíveis pela diminuição e envelhecimento da população. Em consequência, os bairros históricos e centrais necessitaram de se reinventar. Os que não o conseguiram acabaram por ver o seu espaço degradar-se e muitos começaram a registar problemas sociais e habitacionais, crescendo a criminalidade, a marginalidade e os prédios devolutos (Justino, 2001).

É neste contexto, de abandono das áreas centrais e crescimento da periferia, que vão surgir os primeiros estudos mais profundos sobre a cidade e o urbanismo¹, sendo que a cidade como espaço particular permite problematizar questões exclusivas (Bauman, 2013). Com o desenvolvimento do Estado-providência e dos serviços públicos torna-se necessário pensar a estrutura da cidade (Ascher, 2012:28). A cidade já não podia continuar a crescer de forma espontânea, tinha de ser pensada e planeada.

Nesta conjuntura, o espaço urbano é também marcado por uma nova organização social, com comportamentos e estruturas próprias, considerando que as pessoas que habitam ou se deslocam para e neste espaço, são as principais influências no território, interferindo nele pelos usos que fazem mas também pelas atividades onde exercem a sua profissão. Compreendendo as potencialidades e desequilíbrios que advêm das relações e vínculos estabelecidos (Vinuesa Angulo & Vidal Domínguez, 1991), torna-se relevante compreender as pessoas para conseguir alcançar as dinâmicas de uma cidade (do espaço urbano).

A cidade afirma-se cada vez mais como um espaço social e heterogéneo. Na sua definição, independentemente da área de conhecimento, mais do que uma análise demográfica, exige-se uma verdadeira compreensão de cidade² (Wirth, 1997:48-49). A este respeito Lefebvre (2013) coloca em causa a forma como é produzido o espaço urbano, definindo que é

¹ Urbanismo associa-se à forma como os cidadãos usam o espaço e as estruturas da cidade para as suas vivências quotidianas (Wirth, 1997:48).

² Cidade define-se como sendo um "agregado relativamente extenso, denso e estável de indivíduos socialmente heterogéneos (...) lugar onde, historicamente, se fundem raças, povos e cultural e um terreno altamente favorável à criação de novos híbridos biológicos e culturais" (Wirth, 1997:50 e 51).

moldado e ocupado por atividades sociais e pelas redes sociais, mas questionando se este espaço será uma obra ou um produto. Para o autor, uma obra é algo espontâneo e original, em contrapartida, um produto é algo pensado, estruturado, sem espontaneidade e que pode mesmo ser repetido. Assumindo, então, um espaço que se vai moldando às alterações e relações sociais, sem um planejamento inicial, mas que aos poucos se vai tornando um produto (um espaço produzido) da estruturação desenvolvida pelas pessoas. Neste sentido, o espaço urbano tem de ter em atenção as necessidades sociais e não individuais, e este tem então de ser construído numa óptica de valorização das necessidades e dos modos de vida das sociedades que nele habitam, assumindo-se como um palco de encontros do "homem da sociedade urbana" (Lefebvre, 2008:108).

Neste espaço, também tem lugar o individualismo e o anonimato, perdendo-se muitos dos valores de vizinhança ou familiares e privilegiando-se os encontros mais furtivos e rápidos (Simmel,1997). Nesta perspetiva, a cidade é um espaço de estranhos e onde estranhos se conhecem, ocupam um território comum e nunca deixam realmente de ser estranhos (Bauman, 2003: 5), mas ao mesmo tempo é palco de cruzamentos culturais de populações diversas nas suas origens e crenças.

Nas cidades do sul da Europa o espaço público, a rua, é um ponto essencial do cenário urbano, assumindo um papel importante na sociabilidade e na expressão de identidades de grupo, onde elites e classes populares usam os mesmos espaços (Sieber, 2008:54 e 61).

Como espaço de encruzilhada, recebendo movimentos migratórios internos e externos³ (Seixas, 2013), a cidade resulta da influência de múltiplos vetores que lhe conferem complexidade, "is a geographic plexus, an economic organization, an institutional process, a theater of social action, and an aesthetic symbol of a collective unity" (Mumford, 1996: 185).

1.2 - Cidade, cultura e desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento e bem-estar tem sido objeto de várias interpretações. Instituições internacionais, como as Nações Unidas, UNESCO ou UNICEF, defendem que

³ Movimento migratório externo - câmbios entre diferentes países. Movimentos migratórios internos - deslocações de território dentro do mesmo país.

um crescimento económico deve hoje estar ligado ao bem-estar social e ambiental, pois só assim é possível responder aos desafios do desenvolvimento sustentável (Amaro, 2003).

Já no século XXI assistimos a importantes avanços no sentido de integrar esta nova conceção de desenvolvimento nas políticas internacionais e nacionais. Em 2002, em Johannesburg, África do Sul, na conferência do milénio, que resultou nas Declarações do Milénio, os países acordaram um conjunto de medidas com o compromisso de proteger o meio ambiente e assegurar garantias sociais (nomeadamente igualdade, tolerância e solidariedade) (Quental et all, 2011). Este paradigma pressupõe que futuras gerações herdem um mundo pelo menos igual ao que as anteriores receberam. Garantir esta sustentabilidade pressupõe transmitir estes valores e, neste sentido, educar para a sustentabilidade implica valorizar/mobilizar a cultura e os valores que são transmitidos entre gerações (Hawkes, 2001:11-12).

A UNESCO afirma existirem ligações estratégicas entre a cultura e o desenvolvimento sustentável, quer na dimensão mais humana e dos valores sociais, quer numa dimensão económica (Pratt, 2013). A este conceito de desenvolvimento sustentável pode ainda ser acrescentado o respeito pelas várias crenças e culturas, compreendendo que a mobilidade de culturas e pessoas é hoje uma variável inegável da sociedade, sendo necessário trabalhar para o convívio de diferentes comunidades com crenças, culturas e vivências diferenciadas (Menezes, 2009). O respeito pela diversidade e diferenças culturais, bem como a sua valorização e promoção, são dimensões importantes do desenvolvimento sustentável (Vaz Pinto, 2015).

Vivendo hoje a maioria das pessoas em espaços urbanos, o planeamento urbano será um dos passos essenciais para "construir" a cidade com condições urbanas de qualidade e sustentabilidade (Healey, 2000). Este surge em oposição a um longo período de construção de bairros ilegais e outras formas de ocupação do espaço, prejudiciais a nível ambiental e social, visíveis em habitações e territórios muito carenciados, sem sistemas de esgotos ou eletricidade, associados a uma baixa qualidade de vida.

Segundo Amaro (2003), o desenvolvimento local, onde se inclui a cidade, implica um processo que garanta a satisfação das necessidades e melhoria das condições de vida de uma comunidade, mobilizando indivíduos dessa comunidade como principais atores e

agentes do desenvolvimento. Nesta perspectiva é importante compreender o desenvolvimento a uma escala relativamente reduzida (a nível demográfico e territorial), destacando a relevância de instituições locais de natureza variada.

O conceito é também mobilizado no Relatório *The Economy of Culture* (2006), preparado para a União Europeia (EU). Neste relatório são apontados três desempenhos do sector cultural para o desenvolvimento local sustentável: I) atração de turistas e investimentos estrangeiros, com impactos na economia e na criação de emprego; II) capacidade de exportação; III) impactos sociais, podendo potencializar diálogos e apoiar comunidades marginalizadas, entre outros.

1.3 - Cidade, cultura e globalização

O espaço da cidade não pode ser dissociado das pessoas que diariamente nele habitam e circulam, é um espaço social, e a sociedade tem "o direito à cidade" o direito a viver e usar este espaço (Lefebvre, 2008). Um direito que não se resume ao direito ao local de habitação, ao direito à mobilidade e ao espaço público cuidado e belo. Lefebvre (2008) e Borja (2003) enumeram um conjunto de direitos que o homem da cidade deve ter, destacando por último o direito da cidade à sua centralidade nas decisões e na mudança de paradigmas mundiais (Borja, 2003).

O espaço urbano é hoje um reflexo do mundo globalizado, onde coexistem inúmeras vivências e culturas que sobre ele intervêm e provocam alterações. Atuando como uma mão invisível (Landry, 2013), a globalização não é controlada, não tem regras e é indeterminada, mesmo tendo algumas influências mais evidentes, não tem exatamente um "centro" que comande e regule. A "new world disorder" (Bauman, 1998:59) marca então a sociedade atual. Produtos, crenças e culturas circulam pelas cidades europeias desordenadamente e estas são desafiadas a encontrar respostas para estas influências desorganizadas. Na perspectiva de Landry um habitante da cidade vive hoje perante o inserido no fenómeno "you're where and you're there" (Landry, 2013), ocupamos um espaço físico mas recebemos a influência de várias partes.

À escala da cidade a globalização tem também que ser olhada na perspectiva do encontro/confluência de pessoas e informações das mais variadas origens e hábitos culturais. Como define Santos (2010: 405), a globalização configura diferentes conjuntos

de relações sociais, que por sua vez dão origem a diferentes fenómenos de globalização. Sendo que vivemos um momento onde uma considerável parte da população habita fora do local onde nasceu, a mobilidade é mais uma variável que influencia a identidade individual, em muitos casos sobrepondo-se às influências locais (Bauman, 2012). Por sua vez uma identidade local estende a sua influência a todo o mundo através destes movimentos (localismo globalizado) (Santos, 2010).

No presente trabalho, o conceito de cultura é entendido como flexível e permeável às influências globais, não se circunscrevendo a fronteiras. Assume-se antes como um conceito plural, que não deve ser analisado de forma individualizada, mas integrando as dinâmicas da sociedade na sua globalidade. A cultura é uma parte da realidade social (Modood, 2007), associada a um grupo, a um coletivo, não se circunscrevendo a um rácio de pessoas ou uma localização espacial delimitada (Wallerstein, 1990:33).

Consideramos ainda importante entender cultura como um elemento que promove mudança, por oposição à ideia de se auto perpetuar e permanecer inalterável para futuras gerações (Bauman, 2012). A emergência de novos paradigmas na abordagem ao conceito decorre das dinâmicas socioculturais associadas à globalização. A discussão sobre o impacto da globalização nas culturas locais começou a ser preocupação das Ciências Sociais na década de 80 (Santos, 2001), sendo hoje consensual que este tema deve ter uma abordagem interdisciplinar, mobilizando teorias de diferentes disciplinas (Robertson, 1990).

Ao mesmo tempo que se reconhecem as múltiplas influências da globalização sobre as culturas locais, outros autores alertam para a possibilidade de unificação ou homogeneização cultural, de uma comunidade ou território, colocando em risco as particularidades culturais (Appadurai, 1990:1). Se por um lado vivemos num mundo globalizado, onde as influências são múltiplas nos diversos sectores da sociedade e se defende que esta seja olhada numa perspetiva multi ou interdisciplinar, por outro lado, alguns autores desafiam-nos a refletir sobre os riscos de uma homogeneização cultural. Contudo, na perspetiva de Bauman (1998), a ideia de universalização é hoje pouco consensual, não fazendo sentido assumir que vivemos num mundo uniformizado mas sim o contrário. Esta perspetiva de abordagem decorre da natureza do próprio conceito de

globalização e da tomada de consciência da diversidade, das particularidades e dos diferentes passados (Featherstone, 1997).

Esta tomada de consciência da diversidade pressupõe tolerância e valorização dos diferentes valores, supõe uma sociedade que trabalha de forma inclusiva (Sandercock 1998:124-125).

À escala da cidade são inúmeras as particularidades e os localismos, características que nos colocam perante a necessidade de ouvirmos o outro, de dialogar e interagir (Featherstone, 1997), compreendendo a importância da herança cultural de cada um, que Landry (2000) define como a soma da criatividade do passado, resultado de vários vetores – língua, leis, conhecimentos e produções artísticas – que é passada e revista por cada geração.

Nesta ótica, faz-nos sentido mobilizar o conceito de "Globalization from Below" (Appadurai, 2000:15), realçando a importância das particularidades locais e regionais, frequentemente associadas a questões de índole comunitária, nos processos de globalização. Trata-se de uma abordagem próxima do conceito de desenvolvimento local (Amaro, 2003), por oposição ao conceito de "globalization from above" (Appadurai, 2000:17), onde se destacam os sectores que influenciam toda a economia mundial (grandes corporações e multinacionais), ou as diretivas das políticas que têm consequências mundiais.

Compreender a cultura de um indivíduo ou comunidade implica então conhecer as interações e movimentos de pessoas e bens a diferentes escalas, intensificados pela rutura das barreiras e o aumento da mobilidade intrafronteiras (Santos, 2006). Consequências da globalização que parte de baixo e da que se dá a um nível mais alto. Vivemos numa dinâmica complexa entre esta influência das trocas produzidas pela globalização e ao mesmo tempo a forma como o indivíduo, com um background e influências próprias, se apropria localmente das várias formas de cultura e informações.

Como defende Appadurai (2000), a globalização está a criar um mundo sem fronteiras, e como consequência também as "fronteiras" entre as diversas culturas se começam a esbater, alterando uma aparente estabilidade, pois quando as pessoas ou bens se deslocam levam consigo uma carga cultural (Featherstone, 1997). Como reforça Featherstone, estas

trocas marcam cada vez mais a nossa sociedade, "more and more people are now involved with more than one culture" (1990:8). Vivem-se, em particular nos espaços urbanos, uma vez que é neles que existe um maior volume de trocas e migrações, um "space of flows" (Castells, 1996). Bauman acrescenta que vivemos atualmente numa sociedade pautada pelos "spaces of flows" e "spaces of place", estes são então espaços de encontro entre as influências dos movimentos e a importância do localismo (Bauman, 2003:20-24). Um espaço onde um conjunto de indivíduos com diferentes origens partilha determinados conhecimentos, hábitos e um contexto espacial e de organização particular (Featherstone, 1997:90-91). Também a identidade de cada um (nativo e imigrante) é hoje influenciada por esta dinâmica, com respostas e graus de influência diferenciados entre territórios. Retomando a ideia de "Globalization from below", acreditamos que a globalização começa pelas pessoas e a escala local tem um papel determinante (Appadurai, 2000:15).

Perante uma dinâmica de desenvolvimento da identidade cultural como a apresentada, muitos autores apontam a dificuldade em desenvolver um sentimento de pertença a um lugar ou a uma identidade nacional. Porém, lembrando Featherstone (1997), esta dinâmica é geradora de novas oportunidades e curiosidades, pois as pessoas são convidadas a novas experiências lúdicas e sentimentos, que evocam memórias de uma história coletiva (como as lojas bairro, as feiras populares, teatros ou concertos musicais etc), que são adaptadas às novas exigências, nomeadamente, a adaptação ao multiculturalismo. Considerando ainda a hipótese de Bauman (2003) que os recém-chegados observam a cidade como se tudo fosse novo, questões que já não despertam atenção a quem habita o espaço há mais tempo, são potenciais novidades e geram novas interrogações e dinâmicas aos que acabam de chegar, o que leva a cidade a ter de viver numa constante mutação.

Em suma, as tendências urbanas mais recentes são resultado das mais diversas dinâmicas sociais e mobilidades que coabitam e marcam os ritmos da vida urbana, inseridos no sistema de "sociedade global" (Corijn & Praet, 1997:137), sendo a cidade em grande parte um resultado da sociedade e das práticas sociais no espaço coletivo (Lefebvre, 2013) e dos fluxos, de pessoas, de informação, capital entre outros (Castells, 2005). Juntas estas dimensões influenciam as instituições e organizações que trabalham com estas que também as vão influenciar (Castells, 2005).

As cidades são dinâmicas, constroem-se e reconstróem-se permanentemente, e neste processo é importante a existência de uma constante articulação com as diferentes dimensões que dão vida à cidade, as dimensões da globalização, mas também do desenvolvimento local. Recordando aqui a ideia que a organização urbana está muito ligada a uma construção socio-espacial, a ocupação da cidade deriva muito da forma como a sociedade usa os seus espaços, (Lefebvre 2013), faltando a noção da cidade enquanto espaço social o planeamento e a habitação urbana pode apresentar fragilidades e problemas (Mumford, 1996).

O planeamento da cidade tem de ser sensível a estas dinâmicas, promovendo o diálogo e cooperação, apresentando uma lógica de estar em constante inovação e atenção às necessidades, não devendo estar à parte mas sendo parte e integrando nas suas funções um papel de negociador das regras da vida comum na cidade (Bauman, 2003). E a cidade tem de conseguir integrar e crescer nesta dialética entre o global e o local (entre os "spaces of flows" e "spaces of place" anteriormente descritos), desempenhando as intuições políticas locais uma ação efetiva no espaço (Bauman, 2003). A cidade é então desafiada a compreender as novas dinâmicas e ordem social, uma vez que é neste espaço, e na sua área metropolitana que se desenvolvem variadas tendências micro e macrosociais (Sassen, 2010).

Uma das questões que se impõem é então, a da gestão do espaço urbano, um espaço que é social e multicultural, que tem uma evolução e características particulares, em concordância com esta dinâmica de um "mundo sem fronteiras" (Appadurai, 2000:1) e de um sistema de mercado geograficamente mais aberto e flexível (Corijn & Praet, 1997). Como respeitar e evoluir com esta pluralidade, conseguindo aproveitar de forma positiva o que a multiplicidade de culturas e hábitos culturais podem proporcionar, é sem dúvida um desafio que se coloca à cidade dos nossos tempos.

2 - A cultura enquanto setor

Os estudos sobre o sector da cultura passaram por várias fases distintas, acompanhando os paradigmas explicativos que, em cada época, se associam ao próprio conceito de cultura. Hoje a cultura não pode ser conotada apenas com as atividades e questões mais clássicas, estende-se à vida cosmopolita, às comunicações globais (media) e à circulação mundial de bens, pessoas e ideias. Todos estes vetores são parte da construção da "identidade cultural" de um cidadão do século XXI, sujeito às mais variadas influências (Gil, 2008).

Em muitos períodos da história, apropriados pelos Estados como forma de desenvolver o patriotismo e enaltecer os grandes feitos de uma nação ou país, foi defendida a existência de culturas superiores a outras ou simplesmente se tentava ocultar a diversidade, exemplos particularmente visíveis na propaganda dos estados totalitários (Arendt, 2010). Uma apropriação hoje ultrapassada, em parte problematizada, pela pluralidade de contactos e de informações que advém do processo de globalização (Yúdice, 2003).

2.1 - Sector cultural e dinâmica urbana

A teoria de carácter nacional-afirmativo a que nos reportamos anteriormente é colocada em causa pelas limitações que apresenta, uma vez que esquece as inúmeras e crescentes influências na cultura e no espaço, que advém da vida cosmopolita e do multiculturalismo, da interação dinâmica dos indivíduos (Gil, 2008). A autora sugere a ideia de uma cultura híbrida, permeável à diversidade cultural. Uma cultura que hoje é influenciada pelas ruturas das barreiras e o aumento das interações intrafronteiras (Santos, 2006).

No século XIX, na Europa, já se abordava o tema da democratização do conhecimento e acesso à cultura, porém o ensino circunscrevia-se às elites e focava-se na importância das hierarquias e na ordem do mundo e da cultura (Pachter & Landry, 2001). Em 1946 a fundação "Arts Council of Great Britain" tentava popularizar o acesso às artes, limitado a uma elite erudita, e insistindo na ideia de um sector cultural para todos e a que todos deviam ter acesso⁴. No pós II Guerra Mundial a cultura passou a ser algo mais democrático e natural para toda a população, resultado da maior acessibilidade e menores custos que faziam chegar a produção cinematográfica, musical ou outras formas a um número maior

⁴ <http://www.artscouncil.org.uk/who-we-are/history-arts-council/>

de indivíduos. A igualdade no acesso à cultura intensificou-se significativamente (Pachter & Landry, 2001).

Posteriormente, nos anos 60, começa a manifestar-se nos países anglo-saxónicos a institucionalização das políticas culturais, também relacionada com o crescimento do estado social, que objetivava garantir o bem-estar e igualdade para todos onde, portanto, não pode ser esquecido um sector cultural acessível a toda a população (Barbieri, 2015). Simultaneamente, à cultura começa a ser atribuído um papel potencializador de melhorias a nível político-social e económico, e o seu protagonismo é crescente (Yúdice, 2003). Na segunda metade do século XX o sector cultural surge associado a uma noção mais "instrumental", destacando-se o papel que pode ter em estratégias políticas para o desenvolvimento social, uma situação que levou à avaliação recente da prioridade dada ao sector cultural (Pachter & Landry, 2001).

Um dos momentos decisivos para o sector da cultura decorre, no entanto, de uma realidade prática, quando no Reino Unido se compreendeu que indústrias culturais, como o caso da música, tem retornos financeiros e níveis de exportação maiores que a indústria automóvel (Landry, 2013). O autor aponta ainda a importância que teve a mudança de mentalidade em relação ao sector, anteriormente visto em fragmentos (música, dança, pintura, design etc.) começa agora a ser olhado como um sector único, com inúmeras interligações, compreendendo-se melhor o verdadeiro peso e valor do mesmo.

Será na década de 80, no Reino Unido, que em resposta à depressão na indústria manufatureira se direciona o investimento para as áreas da cultura, até aí pouco exploradas. Uma estratégia que começou em Sheffield dava maioritariamente atenção aos museus e bibliotecas, tentando combater o desemprego local e promover a economia (Pratt, 2014). As iniciativas no sector cultural irão aumentar e diversificar-se ainda nessa década, com o caso do Garden Festivals⁵ no Reino Unido (Pratt, 2014).

Entre as ideias emergentes, na segunda metade do século XX, encontramos várias referências e estudos sobre a apropriação do sector cultural. Destaca-se Marco Venturini, autor que sugere que as políticas urbanas ou locais vão ter de prestar atenção a este sector, que deve tomar parte das suas políticas, definindo a ideia de "festivalization of urban

⁵ festival urbano realizado em Jardins onde existem mostras de arte, inicialmente promovidos em zonas industriais que nas décadas de 80 e 90 estavam com fortes problemas de desemprego.

policias" (Seixas, 2013). Um conceito conotado com a importância de atribuir mais responsabilidades aos governos locais neste processo de institucionalização do sector cultural (Barbieri, 2015), defendendo que uma governação tem de passar por integrar estes projetos culturais, conseguindo dessa forma uma cidade mais atrativa para investimentos e uma imagem positiva do governo (Seixas, 2013).

A cultura pode então ser valorizada e usada como um recurso, um sector de investimentos e criação de emprego, que vende bens e experiências, desde as formas tradicionais de arte, à tecnologia de ponta ou um festival de música, tendo de compreender todo o valor que lhe está associado, não apenas o estético, mas também o histórico, o simbolismo ou representação de culturas (Yúdice, 2003). O sector da cultura e criatividade começa a crescer na definição das políticas económicas de algumas cidades ocidentais, podendo este ser um sector importante para o desenvolvimento das cidades e mesmo de outros sectores de atividade (Mateus, 2010 e Landry, 2000).

Porém, um produto cultural também tem uma lógica simbólica e um impacto que não pode ser trocado ou analisado por um valor apenas monetário. Este tem o seu espaço, todavia é importante compreender o papel da cultura enquanto vertente para o desenvolvimento local e social. Para a cidade, a cultura que a caracteriza confere-lhe um estatuto que é único e distintivo, convergindo a herança cultural e as novas influências criativas que recebe de forma constante (Landry, 2000).

Nas cidades, há vários anos que é assumida uma atitude mais empresarial e de valorização do sector terciário (dos serviços), respondendo ao destaque que este espaço ganhou para os mercados e para o mundo capitalista (Corijn & Praet, 1997). Contudo, se a cidade é hoje o reflexo da globalização, o sector cultural é também indissociável destas tendências, por um lado entrando para os mercados mundiais como um bem comercializável, por outro, sofrendo as consequências da mobilidade global de pessoas e informação. Um sector que tem hoje um destaque sem precedentes em várias áreas do saber e da sociedade (Yúdice, 2003). Transferindo-se das margens para o centro das decisões políticas, em poucos anos, ainda nos anos 80 do século XX a atenção dada ao sector era bastante reduzida e incompreendida, quer pelo lado do mundo financeiro quer pela classe criativa, como sublinha Landry (2013).

Em 2006, a União Europeia (EU) divulga um estudo onde é demonstrado o valor que o sector cultural pode trazer para um país. Acrescenta ainda o referido estudo as potencialidades do sector para a promoção da coesão social, pelas possibilidades de dinamização de atividades culturais em que toda a população é convidada a participar. Nesta data, já várias instituições internacionais tinham proposto a cultura como um sector chave para o investimento e o desenvolvimento a diferentes escalas, caso do World Bank com um relatório datado de outubro 1999 denominado "Culture Counts". (Yúdice, 2003:13). Entendido como um sector chave na promoção da regeneração urbana ou regional, pode ainda afirmar-se como um veículo promotor de outros negócios locais que o complementam (como restauração ou transportes). O sector é também eleito como chave para o desenvolvimento urbano, representando em várias cidades já uma percentagem considerável do mercado de trabalho. Neste sentido, revela ser uma forte fonte de rendimentos, através do turismo e dos retornos financeiros das instituições, e da capacidade de atração de novos investimentos internacionais.

Tratando-se de um sector que é ao mesmo tempo um recurso para efeitos de afirmação da imagem da cidade no exterior, numa época marcada pela forte concorrência entre cidades, o afirmar do território é uma estratégia chave para o crescimento económico (Barbieri, 2015). Nesta perspetiva, o investimento no sector cultural, tem efeitos multiplicadores sobre as cidades e regiões, tornando-as mais competitivas e capazes de atrair investimento, pelas oportunidades de negócio na área da cultura mas também em outras áreas. Estas são ainda cidades que se mostram organizadas, inovadoras e abertas à criação e diversidade (Landry, 2000).

Os investimentos levados a cabo por alguns centros urbanos, no sector da criatividade e da cultura, têm colocado desafios ao desenvolvimento da "cidade criativa" e à definição de políticas que acompanhem esta tendência. Nestas cidades, os investimentos direcionam-se para centros de criatividade, cultura e inovação, numa lógica industrial e comercial (Florida, 2002), pretendendo gerar benefícios económicos para a classe criativa e também para a cidade. Benefícios apontados por autores e entidades internacionais, que em várias cidades permitem considerar a cultura um sector estratégico para o desenvolvimento.

As políticas culturais já figuram nas agendas políticas de muitos centros urbanos, porém, continuam sem existir nas políticas comunitárias (Ferrão, 2015), não se identificando

políticas ou orientações diretamente para o sector em documentos como o *estratégia Europa 2020*, que irá definir a estratégia comunitária nos próximos anos.

2.2 - Políticas culturais e intervenção em espaço urbano

Na perspetiva de Holden, a cultura é um lugar onde "os cidadãos interagem voluntariamente com o domínio público" (Holden, 2015:52), sendo arbitrária a opção de frequentar os espaços. Em matéria de política cultural questiona-se *O que? E para que?*, ou seja, quais as políticas ou investimentos e qual o propósito ou significado destas, sabendo que estas terão um legado futuro (Pachter & Landry, 2001).

Num número já vasto de exemplos, a agenda da cultura tem vindo a cruzar-se com a agenda da cidade. Nas cidades europeias, esta aproximação evidencia-se nos últimos anos de formas distintas, em alguns casos o marketing assume uma posição central, noutros casos a criação e capacitação cultural é central (Ferrão, 2015).

As políticas culturais são pensadas em diferentes escalas, sendo diferente a definição de uma política cultural de nível nacional ou de uma política de nível local, para uma freguesia ou para um bairro, embora seja necessária a articulação entre estes diferentes níveis. É importante não esquecer a necessidade de compreender o local e a sua identidade para desenvolver as estruturas do sector, como definido em Vaz Pinto (2015:92), para as políticas culturais públicas é necessário "olhar e agir sobre a realidade a partir de uma visão cultural". Deste modo, a cultura e o território podem ter influências recíprocas e positivas, a cultura pode potencializar novas estratégias de desenvolvimento dos territórios e o conhecimento do território facilita a convergência entre agentes e públicos, tornando mais fácil uma aplicação ou intervenção (Ferrão, 2015).

No que se refere às estratégias culturais o Estado e a administração pública podem ver os seus poderes alterados, pois por um lado temos o reforço do poder de algumas instituições e organizações de produção e divulgação cultural, por outro, surgem novos atores, nomeadamente novas parcerias público-privadas, que mostram ter mais que uma missão de cofinanciamento de projetos de terceiros, revelando capacidade de iniciativa e autonomia (Vaz Pinto, 2015).

As políticas culturais atuam em duas "áreas" sendo um suporte institucional para promover o desenvolvimento da criatividade estética, de serviços e de bens culturais, das questões económicas e de mercado, em que a cultura se assume como um bem comercializável, com retorno financeiro e um sector empregador (Florida, 2002). A própria classe criativa é atraída por fatores financeiros e sociais, se por um lado procura cidades com políticas governamentais de apoio à cultura, esta procura também acontece em cidades e locais que tenham uma comunidade que esteja aberta à diferença, que seja diversa (étnica, etária, etc) mas que ao mesmo tempo mantenha a sua autenticidade e potencialize novas aprendizagens e aventuras (Florida, 2002). A proposta de inclusão do "third places" (Oldenburg, in Florida, 2002), remete para além do espaço de habitação e de trabalho, para os espaços do bairro onde se desenrola a vida social e para o envolvimento da comunidade.

O trabalho das políticas culturais com a comunidade dá-se hoje em duas dimensões: i) o trabalho com novos públicos, pessoas não especialistas que não produzem trabalho artístico, mas que podem ser sensibilizadas a participar na vida cultural; ii) a promoção de grupos artísticos comunitários, motivando programadores e outros agentes a explorar opções fora do tradicional (Porto, 2015).

O sector cultural revela-se assim com potencial para conduzir à compreensão dos estilos de vida de uma comunidade, compreendendo e apoiando as relações sociais e a diversidade e incentivando a participação na vida cívica (Barbieri et al., 2011), numa lógica de dimensão social, garantindo a acessibilidade e igualdade, mas também políticas que aproximem as culturas com políticas de proximidade, que conheçam o local e ajam conforme as suas necessidades, respondendo muitas vezes a questões externas ao sector cultural (educação, segurança ou urbanismo) (Barbieri, 2015). Este pode ser ainda um sector chave para a promoção do diálogo, compreendendo que estas instituições têm uma dimensão pública, lidando diariamente com a novidade, a diversidade e a diferença (Pachter & Landry, 2001).

O sector cultural pode ser usado de duas formas diferentes para o propósito do desenvolvimento social. Primeiramente, da forma já abordada, democratizando o acesso às atividades e iniciativas existentes. Mais recentemente, como alternativa aos programas já existentes, procura-se ir ao encontro dos públicos que vivem em algum tipo de situação de exclusão social, públicos e comunidades que muitas vezes não se veem representados por estas instituições (Pachter & Landry, 2001). Inferindo sobre esta visão alternativa reforça-

se a importância de reconhecer as dinâmicas da sociedade contemporânea, as necessidades locais, bem como as suas comunidades, ou seja, é importante reconhecer as necessidades/fragilidades do público.

As políticas culturais desenvolvidas pelas instâncias de poder mais próximas da população (Juntas de Freguesia), e mesmo as iniciativas cívicas, são uma resposta à descentralização do poder. Landry (2000: 190) descreve estarmos numa época em que é importante focar menos nas autoridades públicas e dar atenção às "civic creativity", em que a solução para problemas parte da sociedade e tem influência na comunidade. Um conceito que pode ser elencado com o de "Cultural Inclusion", ou seja, dar a possibilidade à sociedade de participar ativamente nas decisões culturais bem como o direito de mostrar o seu trabalho (Pachter & Landry, 2001; 96), promovendo desta forma novas formas de participação ao nível local.

Parte II - Planeamento Urbana e Setor Cultural em Lisboa

1- Cultura e cidade – o caso de Lisboa

Como refere Seixas (2013), a cidade tem diferentes atores e dinâmicas, por um lado existe a influência da *cidade real*, que o autor define como todas as manifestações produzidas pelo homem, inclui-se nesta dimensão a habitação ou os sectores de trabalho; e, por outro lado, a *cidade política*, envolvendo todas as decisões e diretivas de instâncias políticas. As duas dimensões afetam-se mutuamente e exercem uma forma de poder sobre as dinâmicas da cidade, no primeiro caso de forma informal e no segundo de forma formal. Definir políticas para a cidade deve então passar pela criação de um modelo de governação que consiga integrar estas duas dimensões.

1.1. Políticas para a cultura em Lisboa

Lisboa é a capital do país, a cidade com a maior área metropolitana, concentrando por isso uma grande parte das atividades culturais nacionais, mas também uma população diversa que coabita o espaço que tanto pode ser caracterizado pelo seu tradicionalismo, ainda muito presente na vida dos lisboetas, como pelo cosmopolitismo que advém da diversidade de culturas e etnias que hoje habitam a cidade (Caldas, 2014). Tardamente reconhecidas como marcas da cidade, a tradição e o cosmopolitismo cruzam-se hoje em Lisboa e, em particular, nos bairros do seu centro histórico (Caldas, 2014).

Quer a tradição quer o cosmopolitismo são marcas de uma cidade social e da permanente alteração das suas dinâmicas: ao cosmopolitismo associam-se novas influências culturais, vivências e produtos; a tradição surge conotada com algo do "passado", com as criações sociais que quotidianamente se inventam e reinventam (Hobsbawn & Ranger, 1996).

Ao cosmopolitismo que marca hoje muitas cidades europeias associa-se a diversidade cultural que as caracteriza que, segundo alguns autores, é um elemento chave na vida nas cidades, pressupondo que a diversidade cultural é uma fonte de inovação, criatividade e empreendedorismo (Brunson, 2013). A atenção dada à diversidade cultural conduziu a UE em 2008 a assinalar o ano do Diálogo Intercultural com a promoção da *Rede Europeia de*

Cidades Interculturais. Um programa desenvolvido pela Comissão Europeia e pelo Conselho da Europa, do qual fazem parte várias cidades europeias, incluindo Lisboa.

Neste percurso as instituições de poder foram compreendendo as potencialidades que a cultura e o sector cultural podem ter em Lisboa, no desenvolvimento de uma nova economia e na valorização da diversidade cultural. Em 2013 a Câmara Municipal de Lisboa publica um "Bilhete de Identidade" da cidade, associado à economia criativa. Neste é possível identificar a importância dada à teoria de Florida dos três T (tecnologia, talento e tolerância) para a cultura (Florida, 2002). Na apresentação feita em Lisboa, em 2008, o autor reforçou o contributo da implementação dos três T para a cidade, insistindo na importância desta explorar/valorizar as potencialidades que a distingue de outras cidades, de forma a obter resultados mais positivos enquanto cidade criativa (Belanciano, 2008).

Todavia, Lisboa foi uma cidade sem um planeamento estratégico integrado desde 1992 a 2010 (Seixas, 2013). Quando o *Plano Estratégico de Lisboa* foi politicamente bloqueado e posteriormente abandonado, deixaram de existir planos claros, com objetivos bem marcados e com efeitos duráveis. Entre os efeitos associados a esta ausência de planos evidencia-se a dificuldade da cidade em ultrapassar os efeitos da sua periferia, que não é apenas geográfica, mas decorre das dificuldades em afirmar-se em termos internacionais. As fragilidades situam-se na dificuldade em identificar as potencialidades da cidade no âmbito da cultura, que lhe podem permitir afirmar-se e fazer crescer alguns dos sectores que hoje são economicamente relevantes, como o turismo ou a criatividade.

Associada à ausência de um Plano Estratégico, a falta de estratégias é a causa da persistência de muitos problemas socioeconómicos, com uma falta de atenção para as áreas que precisam de reabilitação e de investimentos. Referimos como exemplo desta situação a Mouraria, caso que iremos analisar mais à frente. Um problema que advém também da centralização excessiva do poder, levando por um lado à falta de representação de instituições governamentais em muitos locais e, por outro lado, a uma ausência de respostas adequadas por falta de compreensão do local. Só na viragem do século se iniciaram processos de descentralização, atribuindo mais funções em matéria de gestão de espaço a câmaras e juntas de freguesia, aproximando desde modo as instituições políticas e as pessoas, conseguindo dar respostas locais mais especializadas e que realmente compreendam o local (Seixas, 2013).

A somar a este aumento de funções das instituições governamentais, temos ainda uma nova dinâmica urbana que advém da participação das populações na vida ativa e política, o cidadão ocupa um espaço e cria uma relação e intervenção neste (Rogers, 2000). Novas formas de participação das comunidades vão-se multiplicando, aproximando o poder e a cidadania nomeadamente com a criação de associações de bairro fortes que exigem ser ouvidas pelos poderes ou projetos individuais com carácter comunitário.

Tendo em atenção as questões atrás referidas, sobre as mais valias do sector cultural para a cidade, e da falta de atenção que é dada ao sector na capital portuguesa, em 2009 foi apresentada, pelo presidente da câmara de Lisboa António Costa, a *Carta Estratégica para a Cultura em Lisboa 2010-2024*. O documento resultante de um trabalho de investigação, produzido pelo grupo Dinâmia'Cet do ISCTE-IUL, irá marcar em grande parte as políticas estratégicas em Lisboa.

Neste documento é feita uma reflexão sobre Lisboa, integrando o trabalho já realizado, e ao mesmo tempo definem-se algumas das estratégias para o sector da cultura, devendo também ser uma base para as futuras políticas e estratégias a aplicar na cidade. Nesta investigação foram abertas as possibilidades para responder às necessidades da cidade do século XXI, para as mudanças na administração e gestão, e ainda para captar novos investimentos tendo em conta uma política de regeneração urbana (Seixas, 2013).

Um projeto promovido através de um diálogo entre vários atores da cidade. Tal como João Seixas (2013) reflete, a governação e planeamento urbano deve resultar de uma confrontação de realidades, onde a participação de todos deve ser estimulada. Desde a comunidade local, às instituições académicas e às pessoas ligadas a todos os sectores económicos. Uma política que deve ser construída também tendo em atenção a escala e o espaço para os quais se direcciona, evidenciando as diferentes necessidades.

Sendo um dos objetivos da Carta Estratégica compreender que existem vários atores na cidade que têm de dialogar, pensar e intervir de forma integrada e em várias escalas, define-se portanto que na cultura o seu objetivo é *pensar a “cultura na cidade” e a “cultura da cidade”*⁶. Também foi definido o papel que a autarquia deveria assumir nos projetos e na gestão do sector cultural na cidade, evitando assumir um papel de

⁶ Como é defendido na carta estratégica para a cultura em Lisboa 2010-2024.

monopolizador do sector e programador dos eventos na cidade. Defende-se a realização de um trabalho em colaboração com instituições, facilitar alguns processos burocráticos ou de uso do espaço e ainda tentar atrair possíveis projetos ou investidores para a cidade.

Para melhor compreender a cidade e a *cultura na e da cidade* são identificados sete temas que têm uma influência clara na cultura urbana atual da cidade de Lisboa. O primeiro tema relaciona-se com o conhecimento, refletindo sobre Lisboa como a cidade portuguesa que tem neste momento mais centros de investigação e de conhecimento (desde universidades, a bibliotecas ou arquivos). Neste contexto as autarquias devem rever as suas ligações às questões do conhecimento, as ligações às instituições e ainda o conhecimento que ela mesma pode produzir na cidade, estimulando estudos ou projetos. Reforçando as potencialidades de Lisboa como um polo de produção e formação académica em várias áreas, nas artes ou na gestão, estimulando também a possível interdisciplinaridade.

O segundo tema, situa-se na reflexão sobre o trabalho artístico e as suas promoções, ou seja como tornar a cidade de Lisboa um espaço interessante e apelativo para o desenvolvimento das mais variadas criações artísticas, e quais as condições que a autarquia deve desenvolver para tornar Lisboa um espaço onde seja interessante criar. Sendo identificado como problema a falta de espaços, com preços acessíveis para os artistas trabalharem, nomeadamente espaços de trabalhos experimentais para artistas em ascensão. É ainda definido o papel que a autarquia deve assumir, facilitando a comunicação entre os diferentes agentes e destes com o poder local, assim como a natureza da intervenção autárquica na produção e organização de eventos ou de espaços. Ainda neste ponto procura-se compreender de que modo a diversidade cultural lisboeta pode ser potencializada e usada na criação artística. Um elemento fundamental neste case-study, pois o caso da Mouraria e de alguns dos projetos que crescem no bairro, desde a definição desta estratégia, estão relacionados com a diversidade étnica e cultural que o caracteriza.

O terceiro vetor de reflexão está ligado às geografias e acessibilidades da cultura. Considera-se que existem deficiências na comunicação, uma falta de especialização na divulgação de eventos, não atentando às diferenças entre um público infantil e um juvenil, por exemplo. Também se identificam, as dificuldades de internacionalização do sector, com poucos apoios à promoção dos artistas ou de eventos, bem como na comunicação com os turistas na cidade.

O quarto âmbito analisado foi o da herança e do património material e imaterial, que caracteriza a cidade, o património ligado ao passado, mas também à cultura da cidade. Defende-se uma valorização da história e do património material que confere uma identidade à cidade, mas que deve ser articulada com as atuais vivências e cultura, com a diversidade cultural como parte da identidade de Lisboa.

Com a diversidade e multiplicidade de vivências que caracterizam hoje as cidades compreende-se a necessidade de refletir sobre as novas formas de participação, como as associações locais que têm desempenhado papéis fundamentais na cidade e no desenvolvimento local, bem como nos apoios à integração imigrante e promoção da diversidade. Deste modo, estes novos espaços de participação cívica devem receber uma atenção da autarquia, colaborando nos seus processos de legalização ou mesmo criando espaços de diálogo com as mesmas.

As duas últimas linhas abordadas estão ligadas ao planeamento e representação. Segundo as estratégias apontadas, é necessário que se definam as escalas de atuação dos vários órgãos, compreendendo as necessidades locais que são difíceis de apreender por órgãos superiores que estão longe dos bairros. A representação, criação de uma imagem e de uma marca da cidade, é um processo complicado, tem de ter em atenção as múltiplas identidades, sendo difícil definir uma identidade única para toda a cidade, até porque tem de ser um conceito com o qual os habitantes se identifiquem, sendo por isso um desafio muito considerável.

A Carta Estratégica apresenta uma visão integrada e transdisciplinar do território, onde a cidadania tem um papel central, vem ao encontro dos desafios propostos para as cidades de hoje e para as políticas culturais urbanas, cruzando muitas das problemáticas que foram abordadas na Parte I deste trabalho. Trata-se de um documento que pretende dar uma resposta estratégica e sistemática, combatendo a falta de uma política de médio e longo prazo, evitando mudanças de política e de visão frequentes na cidade e que muitas vezes têm inviabilizado projetos ou desmotivado investimentos por instabilidade nas regras.

O sector cultural tem aqui um enorme destaque, sustentando-se no conceito de cultura como foi definido anteriormente. Reconhecidas as fragilidades e as potencialidades da cultura *da e na* cidade, a cultura pode ser hoje interpretada como um recurso forte para

dinamização urbana e para a promoção do desenvolvimento socioeconómico da cidade. Em territórios como a Mouraria, identificam-se alguns problemas urbanos e socioeconómicos, mas também potencialidades que decorrem da multiculturalidade que o caracteriza. Programas como o *Gabinete Lisboa Encruzilhadas de Mundos*, que acompanham projetos no âmbito da integração de imigrantes e da diversidade cultural (como o Festival Todos) refletem o trabalho no âmbito da diversidade cultural em Lisboa, respeitando o programa anteriormente abordado da *Rede de Cidades Interculturais* na Europa. A *Rede Europeia de Cidades Interculturais* é também responsável pela avaliação de algumas iniciativas que têm sido desenvolvidas em Lisboa neste âmbito, entre algumas das conclusões destaca-se o facto de Lisboa não ter uma história longa de projetos que lidem com a interculturalidade na cidade (Caldas, 2014: 32).

Estes documentos definem linhas estratégicas para a cidade de Lisboa, mas o processo de descentralização do poder foi conferindo mais responsabilidade às entidades locais, nomeadamente as juntas de freguesia, bem como aumentou os atores em vereações, que dão respostas mais especializadas na área em que são responsáveis (Seixas, 2013). Todavia, o aumento de atores envolvidos leva muitas vezes a constrangimentos na cidade, em particular na definição das fronteiras dos poderes de cada instituição ou vereação, ou na coordenação de diretivas entre diferentes agentes.

O espaço urbano, em parte pelas consequências da globalização, parece um espaço destinado às grandes empresas, contudo a cidade de Lisboa tem potencializado novas lógicas de competitividade, com espaço para as empresas mais pequenas e projetos locais. Como aponta Seixas (2013), a cidade criou oportunidades para parcerias, em que o estado aparece como colaborador ou empreendedor, num sistema de parcerias público-privadas, sendo que as instâncias de poder (desde a EU à Junta de Freguesia) são por vezes os investidores neste projetos geridos por privados.

Neste contexto temos uma descentralização do poder e apelo à participação do cidadão comum, com novas formas de parcerias e financiamentos, ficando as instâncias do poder próximas das pessoas e dos seus negócios mas não os gerindo diretamente. Assistimos então a uma diversificação dos modelos institucionais e organizativos das estruturas culturais, bem como a uma alteração dos espaços tradicionalmente associados à cultura,

surgindo na cidade novos eventos e espaços, muitas vezes efémeros e flexíveis, que têm impacto mas que não são eventos duradores (Vaz Pinto, 2015:93-95).

Podemos então concluir que a política administrativa e cultural na cidade de Lisboa se tem alterado de forma profunda, registando-se sobretudo duas alterações chave. Em primeira instância temos uma descentralização do estado e uma valorização da participação das comunidades, criando respostas mais individualizadas e mais assertivas. Assistimos a uma multiplicação de atores e de formas de participação, situação que acaba por obrigar a um planeamento estratégico de longo prazo e à definição de uma linha estratégia de políticas urbanas e de financiamentos, incentivando projetos público-privados com uma continuidade.

O recente *Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-20*, surge como um reforço institucional à Carta Estratégica, neste são referenciadas as indústrias culturais e criativas como uma das estratégias para o desenvolvimento na cidade, sendo-lhes atribuída uma série de vantagens que advém do sector. Vantagens a nível dos recursos humanos, retornos financeiros da atratividade turística e uma via para estratégias de combate a problemas sociais. Como refere Ferrão (2015), existem evidentes vantagens para o sector em ser amplamente referenciado, a cultura é invocada em vários domínios, reconhecendo o seu valor instrumental, contudo o programa não define políticas concretas para o sector.

Este programa tem então a fragilidade de olhar a cultura como um fim, e não como um meio (Ferrão, 2015), dificultando a definição de políticas culturais e mesmo o trabalho dos atores culturais. Em suma, o autor constata que este programa tem uma das principais fragilidades já discutidas no presente estudo (no capítulo 2.2- Políticas culturais em espaço urbano), identifica-se um conjunto de benefícios decorrentes do envolvimento da cultura, porém fica por refletir quais podem ser efetivamente as estratégias para a cultura, ou mesmo qual vai ser o protagonismo da cultura nos outros sectores onde é apresentada como uma "grande vantagem".

1.2 - Planeamento urbano no caso de Lisboa - Definir Local de Intervenção Prioritária

O planeamento de Lisboa tem de se ir adaptando às necessidades existentes na cidade, depois de uma época de investimento na construção de novos edifícios para responder à

procura, o Plano Director Municipal (PDM) alterar-se ia em 2008 tendo em conta o contexto de crise e as mudanças que vinham a registar-se na cidade, em particular: 1) o decréscimo populacional e a taxa de envelhecimento mais elevada de toda a área metropolitana, bem como a menor proporção de população jovem, que se traduzem numa taxa de crescimento natural negativa; 2) o novo paradigma de planeamento e gestão da cidade, orientado para a regeneração e reabilitação urbana, reutilizando o que está devoluto, qualificando a cidade consolidada, conferindo-lhe maior coesão, e tornando-a mais amigável, acolhedora e competitiva; 3) a simplificação e transparência das regras urbanísticas, de programas de apoios financeiros e de incentivos fiscais, bem como a clarificação das relações entre os diferentes atores (Estratégias de Reabilitação Urbana de Lisboa, 2011-2024).

1.2.1 - Reconfigurações do espaço físico e dos poderes locais da cidade

Antes da Carta Estratégica, os grandes desafios que se colocavam à cidade era a necessidade de revitalização dos seus bairros e resolução de problemas socioeconómicos locais, associados à urgência de pensar a cidade como um todo e à falta de atenção às especificidades locais que conduziram à degradação de vários bairros (Seixas, 2013).

Em 2012 foi aprovada uma nova organização administrativa para a Lisboa, uma reorganização profunda da cidade que ainda estava longe de revelar ter uma gestão eficiente e que efetivamente explorasse todas as suas potencialidades. A nível espacial registam-se alterações importantes, passam a existir 24 freguesias e não 53 como até então, com maior impacto no centro histórico da cidade, onde uma multiplicidade de freguesias se agregam (Anexo A).

Com esta mudança pretende-se otimizar a organização do poder local, de modo a refletir a atual ocupação social da cidade. Como referido anteriormente, o centro histórico de Lisboa perdeu muita população, como podemos conferir a freguesia de Santa Maria Maior mesmo integrando 12 antigas freguesias conta com menor número de residentes (12961) do que freguesias como o Lumiar (41162) (Censos 2011). Apesar de registados recentes alterações com um crescimento ligeiro, em parte devido ao número de imigrantes que tem vindo (INE).

Outra alteração registada foi a atribuição de novos poderes às Juntas de freguesia, tentando aproximar as populações do poder local, respondendo às propostas de João Seixas e Augusto Mateus, no estudo apresentado em 2010, que demonstram que havia uma distância elevada entre os lisboetas e as juntas de freguesia e ainda a centralização do poder na Câmara Municipal, debatendo-se as juntas com falta de equipamentos e capacidade de autonomia nas suas decisões. A importância de uma governação de proximidade local foi também um dos pontos abordados na Carta, de modo a motivar a participação e o envolvimento do cidadão com a cidade. Para o pelouro da habitação e desenvolvimento local as Juntas conseguem "mais atribuições, competências, meios e recursos, permitindo uma gestão pública da cidade mais racional e eficiente, mas ao mesmo tempo mais próxima das necessidades dos cidadãos" (Mudar a política de habitação em Lisboa, 2013:14). A descentralização e a aproximação do poder eram então dois pontos chave do planeamento urbano, tentando colmatar a enorme dificuldade em dar resposta a problemas do quotidiano, com muitos poderes concentradas na Câmara e sem haver uma autonomia do poder local (Seixas & Mateus, 2010). Na perspetiva destes autores a criação de órgãos consultivos da população (Conselho Consultivo) e o incentivo para que o poder local crie estruturas de apoio a empresas ou associações é muito relevante na aproximação do poder aos seus residentes (Seixas & Mateus, 2010).

1.2.2 – Definição de espaços de Intervenção Prioritária

Outra das mudanças significativas na política urbana de Lisboa foi a definição de bairros e zonas de intervenção prioritária, no programa *Bairro de Intervenção Prioritária e Zona de Intervenção Prioritária* (BIP-ZIP), que pretende usar este termo em substituição de "bairros críticos"⁷. Este programa pertence ao Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, ao Departamento de Política de Habitação, divisão de Planeamento e Desenvolvimento atualmente chefiada pela Dr^a Filomena Leonardo. Esta iniciativa potencializa trocas entre os moradores e o espaço urbano, sensibilizando para a importância da participação cidadã no desenvolvimento local.

⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005 de 2 de Agosto: espaços urbanos “que, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades (...) constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social (...)”.

O programa BIP-ZIP é aprovado em Novembro de 2010, surge no âmbito do Programa Local de Habitação⁸ (PHL) da CML, que foi aprovado em 2009. Nele são definidas as linhas estratégicas para a habitação em Lisboa, sendo um dos seus subprogramas a Regeneração de Bairros de Intervenção Prioritária, onde surgem cartografados os bairros com problemas sociais e/ou casas devolutas que necessitavam de atenção diferenciada. Este serviu como indicação ao BIP-ZIP.

O programa BIP-ZIP surge por iniciativa da vereadora Helena Roseta, Vereadora da habitação na CML, na altura em que terminava o programa para a erradicação dos bairros de barracas em Lisboa. Porém, segundo a vereadora, a cidade de Lisboa é ainda fortemente pautada por desigualdades⁹, daí a necessidade de criar um novo programa de combate a estas situações e responder ao estipulado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, que defende o direito à habitação (Anexo C1).

A delimitação destas zonas teve em atenção problemas de diferente natureza, nomeadamente socioeconómica, deficiente planeamento urbanístico e problemas ambientais (Anexo D1). A delimitação das zonas obedece a diferentes escalas, podendo ser identificados bairros ou zonas, e ainda definidas intervenções a um nível micro como as ruas. As zonas seriam identificadas através de um método que conjugue uma primeira parte analítica e dados quantitativos, utilizando também dados recolhidos no recente PHL.

Inicialmente foi construído um índice social (Anexo D2) e um índice urbano (Anexo D3), com uma representação gráfica por bairro ou zona. A junção dos 2 índices, resulta num índice composto, deixando de fora um índice ambiental por falta de dados, conjugando assim as ocorrências registadas e identificando as zonas mais debilitadas. Este índice irá ser confrontado com um suporte cartográfico, usado no âmbito do PLH, que definia limitações de bairros, recorrendo a dados da situação imobiliária local (estado de conservação e ocupação), dados socioeconómicos (como os níveis de desemprego, o número de pessoas com rendimentos de inserção ou complemento solidário de idosos) e dados da PSP relativos à cartografia de bairros ou zonas onde a criminalidade e a

⁸ Programa que pretendia analisar os edifícios abandonados da cidade e dar-lhes um novo destino, nomeadamente incentivando a habitação de jovens e evitando o abandono do centro da cidade.

⁹ Aprovação da proposta disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615J1eZT6rd0Bp48RL8.pdf>.

insegurança eram mais sentidos (Relatório de metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP, 2010).

Além da informação qualitativa e quantitativa já identificada, houve também uma consulta pública (workshops) que se organizou em três fases. Na primeira, cidadãos, especialistas e representantes dos bairros foram convocados, promovendo debates, recolha de comentários individuais e inquéritos¹⁰, de modo a compreender quais os interesses e níveis de participação que poderiam surgir. Esta consulta foi posteriormente alargada às Juntas de Freguesia, tentando inferir qual a disponibilidade para participar nesta iniciativa e atuar ativamente no território, criando uma relação mais próxima com os seus cidadãos. Por último foram convocadas associações de moradores, que reclamavam a necessidade de apoios financeiros e dos técnicos da CML para garantir o sucesso do programa. Com este processo o mapa BIP-ZIP cresceu, incluindo territórios que com a fórmula anterior tinham ficado excluídos, surgindo sobretudo zonas a uma microescala, e reforçando-se a vontade de atuar nestas zonas, intensificando a participação cidadã e uma articulação mais coesa entre diferentes instituições, organizações e moradores¹¹.

Foi também feito um registo fotográfico, apresentado no *Relatório para consulta pública do programa BIP-ZIP* (2010), dos problemas identificados. Um método limitado aos problemas materiais, como a degradação da via pública ou problemas ambientais. Foram identificados 67 espaços que integrariam o programa¹², afetando 8% do território do concelho de Lisboa e 1/4 da sua população (Brito, 2013).

O programa pretende trabalhar com instituições de poder local (como as Juntas de Freguesia) reforçar a participação cidadã, incentivando moradores ou pessoas que usam estes espaços a auto-organizarem-se e serem empreendedores. Também as associações de moradores ou coletividades são chamadas a ter um papel ativo no desenvolvimento do território e junto das instituições de poder.

¹⁰ Disponível o modelo do inquérito aplicado na página <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/137372027908aOJ7iz1Ay61NC5.pdf>

¹¹ Para ver os resultados detalhados da consulta pública em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1302372966F1hNO5cb5Nz12FL5.pdf>

¹² os resultados e análise deste primeiro BIP-ZIP estão disponíveis para consulta em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296732539T0oPZ5ba6Mq92HA7.pdf>

O BIP-ZIP pretende financiar projetos numa lógica de orçamento participativo, através de fundos da CML, no quadro de execução financeira do Plano Diretor Municipal. Todas as propostas têm de passar por uma detalhada candidatura e a sua missão tem de alguma forma responder às prioridades definidas para a intervenção no espaço (físicas ou sociais) ou serviços que beneficiem a comunidade em que se inserem, que promovam o diálogo e atenuem problemas de exclusão social ou comportamentos de risco. Os fundos do BIP-ZIP pretendem promover a participação cidadã e ser uma alavanca para o desenvolvimento da economia local, podendo as iniciativas partir de juntas de freguesia, associações locais, coletividades e organizações não governamentais, conseguindo apresentar projetos em parceria ou com entidades individuais.

O concurso BIP-ZIP tem um orçamento anual definido, a ser distribuído pelas candidaturas que forem aprovadas pelo júri. Analisando o concurso mais recente, de 2015, podemos inferir que são atribuídos pontos às propostas, nas categorias de participação, pertinência e complementaridade, coesão social e territorial, sustentabilidade e inovação¹³.

O Gabinete de Apoio ao Bairro de Intervenção Prioritária da Mouraria (GABIP Mouraria, Despacho 81/P/2011), criado com programa BIP-ZIP está na dependência da presidência da Câmara, sendo um ponto de contacto essencial entre diferentes programas para a reabilitação neste território.

A vereadora Helena Roseta faz questão de referir, num encontro no MUDE realizado em 2013, denominado de "Dentro de ti ó cidade - A energia BIP-ZIP", que esta iniciativa foi inspirada pelo Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) que surgiu em agosto de 1974. Um programa nacional instaurado no contexto de pós-revolução pelo 2º governo provisório, tendo como principal impulsionador Nuno Portas. Um programa desenvolvido num contexto particular, com diferenças em relação ao do BIP-ZIP, mas comum em princípios como a valorização da consulta pública e de especialistas, o reconhecimento de quem habita o espaço e do direito a habitar o espaço dignamente, como refere Lefebvre (2008), assim como a valorização da atuação das instituições públicas no espaço (Vieira & Coutinho, 2015).

¹³ <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1434531144M6mZP4bd9Ma91SO9.pdf>.

1.3 - As alterações no mercado imobiliário

Um dos pontos chave em que o PDM assentou (desenvolvido no ponto anterior 1.2) foi a necessidade de trabalhar com as características da cidade de Lisboa. Depois do período de crescimento horizontal e construção de novos edifícios (Anexo I), era necessário compreender a urgência de reabilitação das zonas que sofreram com a periferização.

Na secção Estratégias de Reabilitação Urbana de Lisboa, 2011-2024, são definidos três pontos importantes (que se complementam com as estratégias anteriormente apresentadas): 1) as anteriores políticas de reabilitação, não conseguiram acompanhar a degradação do edificado, do espaço público e melhorar as condições de habitabilidade; 2) a situação de vários fogos que estão sobre arrendamento, a reabilitação e arrendamento urbano estão muito relacionados; 3) o atual Regime Jurídico da Reabilitação Urbana consagra novos mecanismos e meios de atuação que reforçam a capacidade de intervenção do município que não pode andar a reboque da situação – a sua ação tem de ser pró-ativa; 4) é necessário estender os incentivos fiscais a todas as obras de conservação e reabilitação, independentemente da sua localização.

Uma das prioridades é então trabalhar na reabilitação urbana "a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios" (Estratégias de Reabilitação Urbana de Lisboa, 2011-2024: 8). De acordo com o estatuto jurídico da Reabilitação Urbana (Dezembro de 2009), as Câmaras Municipais são as responsáveis por promover a reabilitação do edificado público e para habitação, assim como a qualificação dos espaços comuns da cidade.

1.3.1 - Programa de Investimento Prioritário em Ações de Reabilitação Urbana (PIPARU)

O pelouro da habitação e desenvolvimento local (PHDL) da CML define que a sua missão está não só ligada à habitação, mas a toda a envolvência da cidade "garantir a sustentabilidade da gestão do património habitacional (...) dinamizar a reabilitação urbana,

promover o acesso dos jovens à habitação, enfim, contribuir para uma melhoria de todo o “habitat” da cidade, incluindo a mobilidade, o acesso aos equipamentos, serviços e espaços públicos e um ambiente urbano mais saudável " (Mudar a política de habitação em Lisboa, 2013:14).

Assumindo que a cidade é complexa e que tem de ser vista como um todo, os imóveis para habitação estão inseridos numa lógica de comunidade e num espaço público com uma dinâmica própria, sendo difícil pensar na habitação sem pensar no desenvolvimento local (desenvolvido na parte I, sub-cap. 1.2).

O PIPARU é um programa do PHDL, que incide sobretudo na reabilitação de frações devolutas (em estado mais ou menos avançado) em bairros consolidados, podendo ser edifícios patrimoniais e equipamentos privados e públicos, que avançou em 2011 com uma avaliação e que tem um período de ação entre 2012 e 2014. O programa contempla três ações: 1) concluir empreitadas, sendo que nos bairros históricos houve necessidade de dar atenção aos imóveis em que as obras de recuperação estavam interrompidas por falta de dinheiro de privados; (2) demolir imóveis em ruínas e abandonados; e, (3) reabilitar espaços públicos.

O programa contemplava 698 fogos, com um orçamento de 117 milhões de euros, um fundo que contou com o Banco Europeu de Investimentos que emprestou parte do dinheiro, o restante teria de ser assegurado através de parcerias com outras entidades privadas. Grande parte dos fundos destinavam-se a equipamentos (42,92%) (escolares, culturais e outros) e na parte destinada aos edifícios, a maioria dos contemplados eram municipais (25,54%) (Anexo H).

Foram ainda estabelecidas parcerias com outros programas da CML, nomeadamente o Programa de Ação para a Mouraria, contemplando 38 fogos na Mouraria, alguns no Largo do Intendente e ainda a Igreja de São Lourenço (projeto identificado no mapa do anexo F1).

Respeitando o artigo 65º da constituição (Anexo C1) e um "novo modelo social (...) concebido à escala da cidade e do bairro, uma habitação condigna terá, sem dúvida, um papel essencial" (Mudar a política de habitação em Lisboa, 2013:15). Este programa

aumenta em muito as habitações disponíveis na cidade, sendo que seriam os lugares históricos da cidade, com mais fogos particulares, a necessitar de reabilitação.

Em Abril de 2016 foi promovido pelo Estado Português um programa para a reabilitação urbana, pretendendo reabilitar imóveis e conseqüentemente dinamizar o mercado de arrendamento (para habitação e comércio local), promover o sector da construção e encaminhá-lo no sentido da reabilitação, e combater o envelhecimento dos centros urbanos. Todos se podem candidatar aos fundos que serão disponibilizados pelo programa (como particulares, entidades coletivas ou mesmo órgãos do poder local) (Fundo Nacional de Reabilitações do Edificado, 2016). Um programa que apenas entrará em ação em 2017, mas que revela o esforço e a atenção, cada vez maior, para a importância de investir na reabilitação urbana de modo a combater os problemas que caracterizam estes territórios, que não são exclusivos da capital.

1.3.2 - Nova lei do arrendamento em Portugal

O diagnóstico feito pelas Estratégias para a Reabilitação (2011) concluiu que os efeitos do congelamento das rendas e do prolongado escalonamento das atualizações no caso da realização de obras de reabilitação não criavam um mercado de arrendamento saudável e eram uma das razões para a falta de investimento na reabilitação por parte de privados. Uma vez que as rendas congeladas e o seu antigo sistema previam a diminuição sistemática do valor do arrendamento conforme o número de anos de ocupação do imóvel, uma legislação que estava do lado do arrendatário, as baixas rendas impossibilitavam o senhorio de fazer obras ou reabilitação, conduzindo às situações de degradação do parque habitacional.

Um ano após este relatório, mudam as regras para o arrendamento a nível nacional. A nova lei n.º 31/2012¹⁴, decreta o fim do congelamento de rendas, obrigando a uma atualização das rendas a aplicar no mercado, uma facilitação da possibilidade de expulsão em caso de incumprimento e de não renovação dos contratos.

Esta legislação complexa alterou em muito o mercado do arrendamento, em particular com a possibilidade de atualização das rendas (devendo o aumento ser faseado) após uma nova avaliação pelas entidades próprias e de um processo de negociação entre as duas partes.

¹⁴ Disponível para consulta em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/08/15700/0441104452.pdf>.

Muitas situações de arrendamento foram alteradas, nos centros urbanos os preços subiram muito, resultado do peso do fator de localização na conta final. Em contrapartida este aumento do valor das rendas irá agora permitir a dinamização de um mercado de arrendamento reabilitado, com obras promovidas pelos proprietários, ao mesmo tempo que promove a reabilitação urbana.

No caso do centro histórico de Lisboa é visível nos últimos anos um esforço de reabilitação, contando já com um significativo número de imóveis reabilitados. No entanto, os projetos são na sua maioria para alojamento temporário ou para fins comerciais, uma vez que os seus preços acabam por ser elevados devido à localização. Estando em falta um regime de arrendamentos destes imóveis para as populações de classe média ou outro tipo, um dos pontos agora contemplados no novo Fundo para a Reabilitação (2016), anteriormente apresentado.

2 - Mouraria, um bairro de intervenção prioritária em Lisboa

O conceito de bairro surge com uma definição complexa e não delimitada geograficamente, podendo ser uma zona citadina, de tamanho variável, um espaço com características próprias que se demarca dos restantes e/ou onde pode habitar um conjunto de pessoas de características comuns (etnia por exemplo) ou ainda um espaço que ganhou esta denominação num período particular da sua história (Lynch, 1982). Sendo de difícil delimitação geográfica, o bairro da Mouraria integra por um lado, a totalidade dos territórios das antigas freguesias de São Cristóvão e São Lourenço e do Socorro, sendo, por outro, composto por áreas de fronteira, abrangendo parte das freguesias da Graça, dos Anjos e de Santa Justa (PDCM). Atualmente tem o seu espaço dividido entre as freguesias de Santa Maria Maior, Graça e Arroios.

Além das delimitações físicas, o território que designamos de bairro da Mouraria também se define pela população que o habita, pelas atividades económicas que o caracterizam e pelas sociabilidades que nele se constroem. Neste âmbito, este tem sido ao longo dos tempos palco de encontros e sociabilidades diversas, revistas na população que o habita e o usa em cada momento, mas também nas práticas que quotidianamente lhe dão vida.

No presente estudo, revela-se fundamental uma análise a uma escala local, do bairro. Neste é possível inferir uma série de diferenças nas vivências, consumos ou formas de usar o espaço, que lhe conferem identidade no contexto da cidade ao mesmo tempo que é possível identificar a natureza das interações que com esta estabelece. Nestas dinâmicas locais surgirão, certamente, as marcas das relações com espaços mais distantes, resultado das influências da globalização, anteriormente abordadas.

2.1- Contextualização histórica - o diagnóstico antes da intervenção

Sassen (2010) afirma que os processos de globalização entram no espaço local e passam as fronteiras do tradicionalismo e da história, conferindo mesmo aos pequenos territórios uma enorme complexidade e ao mesmo tempo riqueza. Esta ideia parece ligar-se bem ao espaço do bairro da Mouraria. Uma área do centro histórico lisboeta onde o tradicionalismo é visível fisicamente (nas construções, infra-estruturas de transporte e saneamentos), não tendo sofrido praticamente destruições pelo terramoto de 1755 (Mota, 2015:40), tem habitações centenárias e conserva um traçado urbano muito irregular, e é também visível

nas práticas culturais, a presença de uma população envelhecida (Anexo B-mapa 3). Contudo, é também o local de Lisboa onde co-habita hoje o maior número de indivíduos de diferentes nacionalidades. Um local que hoje se caracteriza por esta dinâmica particular, entre o tradicional e as novas influências decorrentes da globalização, revistas na forte presença de população imigrante.

A Mouraria pode então definir-se como um espaço global, recebendo influências de múltiplos localismos (Sassen, 2010). O bairro acolheu em diferentes momentos da sua história população imigrante e população de grupos étnicos minoritários, deixando influências que são hoje parte da identidade do bairro.

Época medieval e época Moderna

A Mouraria tem a data oficial de formação com um foral do rei D. Afonso Henriques (1109-1185) em 1170, nele se decretava aquela área como território de moradores de origem muçulmana que não tinham abandonado a cidade após a sua reconquista em 1147. Na sua origem, ao bairro associa-se um espaço de segregação social (Calvo, 2015:14), localizado fora das muralhas, onde residia a população muçulmana separada dos restantes habitantes. Antes da conquista da cidade por D. Afonso Henriques a colina de São Jorge já tinha sido habitada por diferentes civilizações, a última teriam sido os Mouros. Mesmo com toda a expansão da cidade e com a construção da muralha fernandina este era um bairro que continuava a extravasar as fronteiras da cidade (Estevens, 2014).

A segregação¹⁵ desta minoria não significou, no entanto, que a Mouraria ficasse limitada aos muçulmanos, registando-se nas chancelarias de vários reis, até D. Manuel (1469-1521), usos daquele espaço, nomeadamente um hospital no reinado de D. Afonso V (1432-1481) e nas imediações de uma das portas do bairro localizavam-se os banhos para cristãos, normalmente utilizados pelos reis. Com espaços que provavelmente eram frequentados por cristãos e muçulmanos, a atividade económica acabou por atrair uma população diferenciada, que se instalava próximo do bairro, havendo assim convívio profissional e de vizinhança que, em Lisboa, naquela fase da história da cidade, somente se verificou neste segmento do espaço urbano (Barros, 1998). Menezes (2005:71) coloca a hipótese, "que cristãos e muçulmanos correspondiam a identidades étnicas distintas, é pertinente falar na

¹⁵ O conceito de segregação urbana remete para a ideia de uma separação de determinados grupos sociais no território da cidade (Bógus, 2009).

existência de um convívio multiétnico, o qual incrementou a expansão do bairro pelas áreas vizinhas".

O bairro cresce para além das suas portas, assim como a cidade de Lisboa vai crescendo e o espaço físico da Mouraria será cada vez menos um espaço geograficamente isolado do resto da cidade. Porém, a sua génese de formação não será esquecida, sendo um território que sofrerá uma estigmatização, a sociedade irá conotá-lo negativamente, associando-o a problemas sociais e conferindo-lhe uma carga negativa que se estende aos seus habitantes (Menezes, 2012b).

A falta de registos históricos sobre aquela área, fora do perímetro urbano, perdurou até à época moderna com o édito de expulsão de minorias (1496) por parte do rei D. Manuel, fechando judiarias e mourarias, nessa época associadas a uma enorme estigmatização territorial. Os bens passaram para mãos de organizações cristãs, que na época fizeram um levantamento de alguns dos imóveis, destacando-se a existência de uma mesquita grande e uma mais pequena, e ainda uma malha urbana marcadamente muçulmana, com várias ruas sem saída, terminando em becos, escadinhas que ligam ruas, pátios que são o prolongamento da casa. De acordo com Gésero (2011:12) os principais equipamentos eram "as mesquitas, a escola, os banhos públicos, o curral, a cadeia, o cemitério, sendo o abastecimento de água efetuado por um poço designado poço dos mouros".

Final da época moderna e época Contemporânea

A malha urbana de origem ainda hoje resiste, por ter sido uma das poucas áreas históricas de Lisboa que não foi afetada pela terramoto de 1775 (Santana, 1994). Um fenómeno que se transformou numa oportunidade de modernizar a cidade, pois da destruição desenvolver-se-ia toda uma nova dinâmica de pensar e fazer cidade, um empreendimento onde se destaca o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal). As grandes praças (Terreiro do Paço), ruas desenhadas para a circulação de pessoas, animais e mercadorias e os primeiros *passeios públicos* denunciavam um novo uso do espaço, abandonando as ruas muito estreitas e becos e construindo redes de ruas largas com ligações entre si (Cordeiro & Vidal, 2008), num traçado visivelmente geométrico. A modernidade da malha urbana de Lisboa não chegava então ao bairro histórico da Mouraria, algo semelhante ao bairro de Alfama, perdendo-se a "oportunidade" de

reconstrução que permitiria uma urbanização com vista a melhorar a circulação de pessoas e mercadorias e que reconfiguraria a organização social, demográfica e económica (Calvo, 2015:20).

O bairro irá continuar a crescer, e à semelhança dos bairros históricos de Lisboa cresce de forma desorganizada, com a população que migrava das zonas rurais para Lisboa (Menezes, 2012b). No século XVI o bairro era ocupado por elementos das classes populares, "não somente oficiais mecânicos (19%) mas também lavradores, hortelãos, granjeiros, vinhateiros e pastores, com 35% do total (...) braceiros (44%)", profissões comuns por existirem campos agrícolas em abundância e passar ali um braço do rio (Estevens, 2014:245-246) e "na periferia ou junto de áreas já degradadas (por exemplo junto das mourarias) instalam-se os estratos mais débeis, por vezes em coincidência com atividades mais poluentes e degradadoras do ambiente, como a indústria dos curtumes ou as cerâmicas (olarias). Logicamente é nestas mesmas áreas que aparecem os bairros ou ruas de prostituição (as 'mancebias' ou 'putarias')" (Gaspar, 1985:138). O bairro cresce como um território marginalizado e antiquado, sem patrulhamento policial adequado (dificultado pela malha urbana), será um foco de criminalidade e doença, onde os migrantes rurais pobres se concentram (Calvo, 2015:23).

É neste contexto que se desenvolve a imagem de bairro popular, marcado por uma população em contexto económico fragilizado, condições de vida precárias e insalubres, de grande densidade de gentes das classes operárias (Menezes 2012b:74). Uma população normalmente devota ao catolicismo, visível pela concentração de várias igrejas (Capela das Olarias, igreja do Colezinho, igreja de Nossa Senhora do Socorro, igreja de São Cristóvão e a igreja de São Lourenço). Tendo sido nesta época desenvolvidas algumas das tradições do bairro que ainda hoje o caracterizam, considerando assumir tradições como "um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado" (Oliveira, 1992:21).

Esta foi sempre uma área da cidade marcada pela chegada de população migrante. No século XII, foi a parte de Lisboa habitada pelos mouros que aí permaneceram até ao século XV. A partir deste século, a pobreza e precariedade habitacional que caracterizavam o bairro, atraiu segmentos da população com dificuldades socioeconómicas, características visíveis na população oriunda da migração interna (êxodo rural) (Menezes, 2005:71). A concentração de pessoas com baixo estatuto socioeconómico vai levar a Mouraria a ser

conotada como bairro pobre da cidade (Menezes, 2005:71). Mais tarde, entre os séculos XVII e XX recebe imigrantes vindos do norte de Espanha, nomeadamente da Galiza (Fonseca & McGarrigle, 2012).

A saída dos Mouros alterou um pouco a imagem do bairro, contudo o cunho de negatividade não desapareceu por completo, apenas se alteraram as causas, agora mais associadas a uma população de baixos rendimentos. Na sociedade oitocentista (século XIX) Lisboa, como outras cidades europeias assistiram a um crescimento acentuado (Parte I, capítulo 1), particularmente entre o final do século XIX e o início do XX entra na cidade um conjunto de pessoas muito pobres atraídas pela necessidade de mão de obra na construção, na indústria e nas atividades portuárias, concentrando-se nos bairros populares (Rosas, 2007). O bairro seria um "misto de peculiaridade sociocultural, miséria e vício" (Menezes, 2012b:74), uma imagem que representaria a Lisboa boémia, bairro antigo e degradado, onde habitavam operários e camponeses pobres e ficaria associado a comportamentos de risco, como o alcoolismo e violência e ainda ao fado, a marialvas e ao negócio da prostituição (Machado Pais, 1985). Para os bairros antigos seriam empurrados os espaços de lazer para populares, afastando-os da renovada baixa pombalina e levando-os para zonas mais escondidas da cidade (Calvo, 2015:24). A polarização social e a segregação em relação aos bairros populares vai sempre aumentando, temos uma cidade que cresce muito na sua dimensão e com Avenidas Novas luxuosas e caras para as classes populares, por outro lado mantêm-se estes bairros populares onde eram alugados ou vendidos todo o tipo de imóveis, muitos em péssimo estado de conservação, alguns parte de construções da época em que ordens religiosas ocupavam o espaço, sem esgotos, água canalizada, serviços de limpeza ou eletricidade (Rosas, 2007).

Uma imagem com um misto de decadência mas também espaço de diversão, frequentado por pessoas externas ao bairro, visível nas lendas locais, como a da Severa¹⁶ ou mesmo na literatura ou nas belas artes, como no quadro "Fado" de José Malhoa de 1910. Comparando com a cidade pombalina estes bairros históricos onde a modernidade não chegou, a "cidade antiga", seriam então o espaço do tradicionalismo e do popular, onde se tinha mantido o

¹⁶ Maria Severa Honofriana, sem se saber a total veracidade dos fatos e da origem, ficaria associada a origem do fado nos bairros lisboetas, com uma imagem que era pautada também pela miséria, comportamentos de risco, prostituição e a o retrato de uma vida boémia que se vivia no bairro.

autêntico de Lisboa, uma imagem que não se deslocou de comportamentos de risco ou da marginalidade, mas que dava uma visão romântica de uma vida boémia (Calvo, 2015).

Data do século XIX a intervenção na malha urbana da Mouraria. Uma crise Sanitária em 1856/58 traria para primeiro plano a importância de criar uma rede de esgotos e de abastecimento de água nos domicílios, um projeto do Ministério das Obras Públicas que por falta de financiamentos nunca saíra do papel (Estevens, 2014:266). Em 1964 um projeto de Ressano Garcia¹⁷ fez uma intervenção muito pontual e insuficiente, destruiu parte da Cerca Fernandina e abriu a Rua Marquês Ponte de Lima (Estevens, 2014:266), uma rua que passa mais ou menos a meio do bairro e que é ainda hoje uma das mais largas do bairro. A Mouraria passaria a ser um bairro atrasado em relação à "cidade pombalina" e também em relação a estas novas avenidas na cidade que foram sendo construídas neste século "a contradição entre (...) a arquitectura, o urbanismo cuidado, a quase ostentação, a limpeza, a prosperidade segura (...), e a situação de degradação urbana e social, de promiscuidade e pobreza, os bairros operários e populares" (Rosas, 2007:24).

Durante o período do Estado Novo em Portugal, sobretudo entre as décadas de 30 e 60, foi levado a cabo um novo projeto urbanístico que pretendia dar uma nova imagem estética e modernizar bairros mal afamados, nomeadamente Alfama e Mouraria (Menezes, 2011). Na década de 40 foi desenhado um projeto, as zonas baixas da Mouraria assistiram a demolições para criar espaços mais amplos, acreditando ser esta uma forma de acabar com a criminalidade que caracterizava a zona caso se deitassem "abaixo os bairros velhos, os bairros do vício e do crime (...)" (Reis, 1908: 342 in Menezes 2012b). O "Urbanismo Civilizador" pretendia alterar por completo a Mouraria, a nível urbanístico e social, criando um "bairro com avenidas largas, edifícios modernos e prestigiantes, remetendo para a periferia da cidade os moradores que poderiam comprometer um ideal de modernização e higienização" (Menezes, 2005:72).

A destruição do mercado da Praça da Figueira foi uma das primeiras ações (Anexo N), símbolo e marca da identidade da zona, que além da função comercial por vezes era palco de celebrações dos locais (como os Santos Populares), teria como consequência a abertura de um espaço vazio, que retirava a articulação que o mercado fazia entre a Baixa e a

¹⁷ Urbanista que se destacou nesta época pelo alargamento da cidade até as Avenidas Novas e ainda a construção da Avenida Dona Amélia (atual Almirante Reis).

Mouraria, marginalizando mais o bairro e a sua população (Estevens, 2014). De seguida seria a Praça do Martim Moniz o alvo de atenções, com um projeto que previa tornar aquela praça num espaço para a circulação e estacionamento automóvel, descaracterizando-a como lugar de sociabilidades (Menezes, 2009:307). Porém, o projeto de destruição e higienização para o bairro foi deixado incompleto, destruíram-se as partes mais baixas destes bairros, mantendo-se na área próxima do castelo as casas degradadas.

Socialmente estes bairros continuavam a ser habitados pelas classes populares, economicamente fragilizadas e com alguns grupos com comportamentos de risco. A nível cultural, este bairro acabou por receber também alguma atenção pela apropriação do fado como símbolo nacional (Estevens, 2014:252). Também as Marchas Populares, concebidas pelo Estado Novo, abriam os bairros fechados e marginalizados. As Marchas seriam a montra da sociedade dos bairros lisboetas, uma imagem pouco espontânea e pensada, onde eram visíveis símbolos rurais que refletiam as origens dos habitantes, promovendo o bairrismo, misturados com outros símbolos tradicionais (como o fado), onde era tema recorrente as profissões associadas às classes populares (como as vendedoras ambulantes de peixe, lavadeiras ou costureiras) (Calvo, 2015:26). A Mouraria também entraria neste evento da cidade, procurando elementos da identidade do bairro, transmitindo a imagem de tradicionalismo e classes populares: o bairro onde tinha nascido o fado, função que lhe confere uma imagem mais romântica, ocultando a realidade de decadência socioeconómica dos moradores. Da mesma época é a abertura do Clube Desportivo da Mouraria, coletividade do bairro mantida e frequentada por classes populares (Estevens, 2014:252). Estas eram apenas manobras de distração dos problemas de pobreza e iliteracia, que marcavam as classes populares que habitavam a Mouraria (Laranjeiro & Vasconcelos, 2012:52).

Época contemporânea - Pós 25 de Abril de 1974

O espaço foi ficando esquecido e sem alterações concretas, até à década de 80. Foram feitas destruições e realojadas pessoas nos subúrbios da cidade, no entanto nada foi construído para renovar e revitalizar a área (Menezes, 2005). Até à década de 80, com o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz¹⁸, promovido pela EPUL em 1982, serão

¹⁸ A Praça do Martim Moniz foi uma das áreas destruídas pelo projeto do Estado Novo, passando a ser um espaço vazio.

construídos os dois grandes centros comerciais na Praça do Martim Moniz, o centro comercial da Mouraria e o centro comercial do Martim Moniz (abrem em 1989 e 1991 respetivamente). Respondendo ao aumento do comércio grossista, estes espaços de emprego são também espaços de sociabilidade entre os residentes e os imigrantes que se fixaram na área (Fonseca & McGarrigle, 2012). Ainda nos anos 90 a praça foi alvo de um projeto que pretendia anular a decisão do Estado Novo e devolver àquele espaço as funções anteriores de lugar de sociabilidades. Atualmente a forte presença de populações imigrantes no bairro conferiu-lhe novas práticas e usos, também justificadas pela reduzida dimensão das casas (Menezes, 2009). Com esta intervenção pretendia-se mudar o estigma em relação à zona, alterando a estação de metro fisicamente, introduzindo elementos alusivos a outras culturas nos azulejos e tentando uma política de alteração da imagem com "o globalizar o local – aliviando a especificidade local da zona, tantas vezes, negativamente conotada" (Menezes, 2009: 308).

Porém, nesta época, o bairro já estava a sofrer alterações socioeconómicas e culturais, que caracterizaram muitos espaços urbanos europeus. Destaca-se o processo que ocorreu em muitos bairros da zona histórica de Lisboa, com a deslocação da população para os subúrbios, uma intensa perda de população a juntar à que já tinha sido registada com o processo de demolições e o realojamento nos bairros sociais, também estes periféricos (Menezes, 2011). Em 1987 criam-se os Gabinetes Técnicos Locais que promovem a recuperação de habitações em bairros históricos degradados, respeitando uma lógica de preservação, porém possibilitando novos usos e melhoria das condições de vida dos residentes (Silva, 2013:54). O novo paradigma da intervenção urbana passava agora por evitar alterar a morfologia ou retirar as populações do seu espaço, analisando as suas características sociais, culturais e económicas e criando processos de revalorização do bairro com intervenções pontuais que promovam melhor qualidade de vida (Estevens, 2014).

Porém, um longo caminho havia ainda a percorrer! A falta de planos de reabilitação com sucesso, aliados a uma falta de investimento privado conduziu à degradação do edificado e ainda a um número razoável de casas abandonadas (Fonseca & McGarrigle, 2012:23). A antiga lei do arrendamento levou a que as rendas descessem para valores muito baixos, impossibilitando os senhorios de fazer obras. Habitava o bairro uma população envelhecida

e durante anos tivemos um abandono dos prédios, levando à sua degradação e também redução dos preços das rendas. A procura imigrante foi o único fator que contrariou esta tendência (Fonseca & McGarrigle, 2012:23) antes da nova lei do arrendamento.

No final da década de 70 e início dos anos 80, começam a ser atraídos para esta zona "abandonada" imigrantes, nomeadamente recém chegados das antigas colónias africanas portuguesas, alguns em situação ilegal, que procuravam zonas centrais e com preços mais baixos (Menezes, SD). Ainda nestas décadas surge o comércio controlado por minorias étnicas, alguns negócios realizam-se nos recentes centros Comerciais do Martim Moniz, locais que hoje têm um comércio de retalho quase exclusivamente dominado por imigrantes e produtos étnicos (Menezes, 2005). Os compradores são de origens e estatutos diversos, ficando longe de se tratar de um comércio apenas para as comunidades étnicas locais (Menezes, 2005). Estas novas dinâmicas, sociais e económicas, fazem associar a Mouraria a um bairro multiétnico e cosmopolita.

Ao longo do tempo os territórios de origem dos imigrantes que chegaram à Mouraria foram-se alterando. Nos anos 70 do século XX chegaram os imigrantes que ainda hoje marcam o espaço, nomeadamente imigrantes não europeus, que aí se concentram devido às redes de contacto e influência entre as comunidades migrantes (Menezes, 2011). Após o 25 de abril de 1974 vieram muitos imigrantes das ex-colónias, alguns retornados, mas em grande parte os que estavam a tentar fugir à guerra. Podemos ainda destacar os imigrantes chineses, os imigrantes da península Hindustão (Indianos, Paquistaneses e do Bangladesh) e ainda dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa). Estes imigrantes, tendencialmente os de origem asiática e os indianos que vieram de Moçambique¹⁹, abrem os seus próprios negócios ou trabalham nos negócios de família ou coétnicos, tendo sido os indianos de Moçambique que iniciaram os negócios étnicos naquela zona (Malheiros, 2008), porém esta tendência de se juntar à sua comunidade é relativamente comum com todos os imigrantes.

Uma população imigrante que tem a tendência a viver em *clusters* com imigrantes da mesma nacionalidade que também usa a rua como espaço de sociabilidade, sobretudo os espaços mais próximos dos seus locais de trabalho e sempre inseridos na sua comunidade

¹⁹ Nos anos 70 com a vinda de pessoas das antigas colónias portuguesas, um dos fluxos que foi relevante foram os indianos que moravam em Moçambique.

(Fonseca & McGarrigle, 2012), algo visível nas fotografias do projeto *Transmouraria*²⁰. De acordo com o projeto de fotografia *Transmouraria*, vivem 51 diferentes etnias na área. E segundo o estudo do projeto *Geitonies* (2009/10), vivem no território pessoas de 29 países diferentes (Anexo E).

De acordo com Rodrigues (2012), os imigrantes da área estão concentrados nos seus clusters de acordo com a etnia, como é visível no mapa 2 (Anexo B), havendo na sua área os locais religiosos e de culto correspondentes às suas culturas. A questão religiosa é também um fator de características particulares no bairro, como referido, passou pelo período habitado pelos muçulmanos, depois do século XV vão para o local intuições católicas que serão as responsáveis pelas igrejas, que a população autóctone e sobretudo envelhecida ainda utiliza com frequência, e que estão ao lado de mesquitas e outros locais de culto das mais variadas confissões religiosas. É no plano religioso que têm origem os maiores motivos de segregação e de isolamento étnico, e mesmo episódios de xenofobia e preconceito (Mendes, 2012)²¹.

Hoje o bairro da Mouraria assume características únicas ao nível socioeconómico na cidade de Lisboa. A imigração confere um grande dinamismo ao bairro, muito visível a nível social, económico e cultural. Pode associar-se ao bairro o conceito de *ethnoscape* apresentado por Appadurai (2000), resultado da intensa mobilidade atual e dos variados fluxos culturais globais. Nos “novos” espaços que resultam da chegada de novas pessoas e das influências que trazem, alteraram-se ou unem-se as vivências já existentes criando ali um local particular que mistura influências diversas, e que ao mesmo tempo é um espaço de fluxos, algo que é temporário e que se vai alterando exatamente com a vinda de mais migrantes.

Esta diversidade étnico-cultural marca a Mouraria como uma "super diverse cities", um lugar étnico que recebe uma herança cultural e o convívio de inúmeras comunidades (Lin, 2011). É também das áreas de Lisboa onde o comércio étnico surge de forma mais marcada, e curiosamente os tipos de negócio estão também eles ligados à nacionalidade: os

²⁰ *Transmouraria*, um projecto de fotografia que pretende fazer um registo fotografico da diversidade etnica existente hoje na Mouraria.

²¹ Exemplo de Xenofobia retirado de Mendes (2012:27) " No Ramadão, como há cerimónias à noite e há o quebra jejum, as pessoas queixam-se do barulho nas ruas. Mas não há assim tanto barulho... estas reclamações têm sobretudo a ver com alguma xenofobia dos portugueses e católicos."

chineses como proprietários de restauração e lojas de roupa; os africanos com os cafés e cabeleireiros; e os paquistaneses e bangladeshianos ligados às mercearias (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012). Nos dois centros comerciais do Martim Moniz os negócios estão em grande parte nas mãos de imigrantes (Malheiros, 2008).

Contudo, Menezes (2003), numa sequência de inquéritos na área verificou que nem sempre estes comerciantes habitavam naquele bairro. Muitos habitaram ainda a zona quando chegaram a Lisboa, sendo o bairro frequentemente um local de residência temporário entre os imigrantes (Fonseca & McGarrigle, 2012:19). No caso da comunidade Hindu, por vezes os comerciantes já não são moradores (Malheiros, 2008), inclusive os seus locais de culto não se localizam no bairro.

De acordo com os censos de 2011, o bairro tem uma população maioritariamente envelhecida. Entre 1981 e 2011 a Mouraria perdeu 53% da sua população²², entre os censos de 2001 e 2011 a tendência foi de uma ligeira inversão, registando um crescimento de 3%²³. Trata-se também de uma população que se caracteriza por baixos níveis de instrução e maioritariamente envelhecida – 53% dos nativos e 8% dos imigrantes têm mais de 65 anos (73% dos nativos não completou a instrução primária)²⁴. Sendo que apenas 25% dos residentes tem instrução primária (Estevens, 2014:262). Muitos vivem isolados e têm grandes dificuldades de mobilidade ou mesmo de acesso à saúde, o tipo de família predominante é de uma ou duas pessoas (Fonseca & McGarrigle, 2012:30).

O bairrismo é uma das marcas do bairro, não só pelo uso do espaço comum com frequência. De acordo com o estudo *Geitonies* (2009/10) quase metade dos nativos (44,4%) e dos imigrantes (50,0%) afirmam saber quem são os seus vizinhos e os resultados são semelhantes perante a pergunta se sabe quem são mesmo não conhecendo pessoalmente. Outra das questões colocadas pelo estudo era se conheciam as pessoas do bairro por nome e por local de residência, dos nativos 40,4% concorda e 27,0% tem a mesma posição (Fonseca & McGarrigle, 2012:120 e 121). Inferimos que existe uma relativa proximidade entre os residentes do bairro e um conhecimento mútuo, sendo que

²² Adaptado de PDCM.

²³ Resultados que combinam as antigas freguesias de Anjos, Graça, Socorro, São Critóvão e São Lourenço e Santa Justa.

²⁴ Ibidem.

uma das marcas típicas da cidade atual é o anonimato (parte I) neste caso particular ainda existem relações e conhecimentos entre a população.

O estudo referido revelou ainda que os nativos têm uma tendência muito mais acentuada para estabelecer conversas, relações ou visitar a casa de outros nativos e menos com imigrantes, e que também a população de origem imigrante tem uma tendência semelhante, sendo que a maioria das relações mais próximas se estabelecem entre os imigrantes da mesma comunidade e ainda existem tendencialmente mais contatos com nativos que com imigrantes de outras origens (Fonseca & McGarrigle, 2012:128-130).

Um estudo de 2010 que passou por entrevistas a 100 indivíduos de origem imigrante e a 100 nativos, residentes na Mouraria, aponta que existe uma tendência para o uso do espaço público do bairro. Porém os espaços usados entre nativos e imigrantes são diferenciados e um espaço potencializador de diálogo multicultural será neste caso algo apenas teórico (por exemplo, parques) (Fonseca, 2010). São os homens que têm uma maior presença no espaço público (Menezes, 2003:212).

Na Mouraria, o uso da rua leva a querer que naquele bairro em particular não exista uma identidade de grupo única e particular, mas sim diferentes identidades e hábitos. A tendência dos imigrantes para viver dentro da sua comunidade é notória, quando se percorrem em algumas ruas do bairro é frequente ouvir outras línguas ou ver vestuário étnico. Sendo este espaço público privilegiado na observação de manifestações culturais tal como Sieber (2008) defendia. As análises de terceiros e a observação do bairro permitem concluir que no caso da Mouraria a rua é um palco privilegiado para o diálogo, uma vida de comunidade que estende a sociabilidade ao espaço público. Sieber (2008:61), com base numa análise do uso das ruas da cidade de Lisboa pelas pessoas, defende que a rua é também local de expressão de identidades de grupo, especialmente culturais. O autor refere o conceito de identidade de grupo abordando as ideias de bairrismo, e como na cidade de Lisboa existe uma identidade de bairro visível em diversas ocasiões, como nas conversas entre os residentes do bairro ou nas suas manifestações culturais.

Hoje a CML e as associações de imigrantes usam cada vez mais estes espaços públicos para celebrações e eventos, tornando-se assim estas praças e largos da Mouraria espaços de encontro entre comunidades. Momentos relevantes uma vez que a o contacto e o

conhecimento entre estes indivíduos de diferentes origens e etnias é uma das formas de aumentar a compreensão e o diálogo (Allport, 1979) e ainda fazem parte de uma estratégia para atração de novos moradores e visitantes, tentando garantir a participação dos moradores (Fonseca & McGarrigle, 2012:20). Também, para a CML a multiculturalidade torna-se uma das bandeiras para atrair o turismo e desenvolver eventos na cidade. Henriques (2016)²⁵ afirmava vender-se hoje uma Lisboa multicultural como forma de atrair visitantes.

No bairro da Mouraria é raro o registo de conflitos entre a população imigrante e os autóctones que habitam o espaço, pois quer os tradicionais habitantes do bairro quer os imigrantes não frequentam os mesmos espaços e por norma não habitam as mesmas ruas, situações que derivam sobretudo da tendência para viver no *cluster* da sua comunidade (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012). É então um bairro multicultural mas onde as pessoas não partilham realmente as suas culturas e experiências²⁶. Existindo mesmo algumas críticas por parte dos "filhos do bairro" que consideram que o número elevado de imigrantes tem levado a uma descaracterização do mesmo e que alteraram a antiga ordem estabelecida, considerando que o bairrismo, a comunidade e mesmo o património material se tem vindo a alterar e a perder (Menezes, 2003:281).

Se não é um local de fortes problemas entre autóctones e imigrantes, a sua coabitação pacífica não implica uma vida colaborativa, passando muito ao lado de uma ideia de vida cosmopolita. O estudo de Gésero (2011), concluiu a partir de entrevistas aos residentes autóctones que havia queixas por parte destes, particularmente em questões relativas aos horários de funcionamento dos estabelecimentos, dos cheiros intensos derivados das especiarias, da falta de higiene e de respeito pelos horários de recolha do lixo e de uma resistência à integração, nomeadamente com falta de conhecimento do português e no caso dos imigrantes chineses mesmo desconhecimento de inglês, impedindo qualquer tipo de entendimento. Nem no nível comercial existe uma colaboração, existem mesmo autóctones que se queixam de concorrência desleal por parte de alguns negócios de imigrantes (Mendes, 2012).

²⁵ Henriques, Joana (17.04.2016), Vende-se uma Lisboa Multicultural, Jornal Público.

²⁶ Testemunho retirado de Mendes (2012:24), "a Mouraria é um bairro culturalmente diversificado, existem muitos grupos ... As pessoas não se misturam muito, há desconfiança de uns face aos outros e não querem se misturar." (Joana, ex-residente).

A Mouraria é então um bairro que não abandona traços típicos e hábitos culturais tradicionais, porém é o bairro de Lisboa mais marcado pela diversidade étnica, ganhando uma nova vida das inúmeras influências culturais que advém das trocas de pessoas e bens, tornando-se o bairro um símbolo da multiculturalidade na capital. Situação hoje valorizada pelas políticas na cidade e para o turismo, sendo usada para fins de publicidade passando como uma marca única da cidade, apesar de durante muito tempo ser uma situação que provocava medos e receios (Bauman, 2003). Contudo, os residentes consideram esta imagem como descaracterizadora da "verdadeira Mouraria" (Menezes, 2003).

A questão da autenticidade e da tradição é amplamente discutida nestes bairros históricos, acrescentando-se ainda o fator de serem recetores de imigrantes. Como foi referido, a tradição parte de um conjunto de construções sociais e não é algo inalterável, estarão sempre sujeitas a alterações ou mesmo a acabar com as mudanças de geração. A autenticidade de um bairro vai além do seu património construído, abarcando questões sociais e culturais (Moragas, 2001). Parte da história e dos considerados hábitos culturais do bairro são fruto da invenção na época do Estado Novo, como anteriormente descrito, desde a apropriação do Fado à invenção das marchas populares, todavia marcas que hoje não são esquecidas. A construção da imagem identitária e da memória local da Mouraria é complexa, com heranças variadas e que não pode ser indiferente à inúmera mobilidade de bens e pessoas ao longo da história.

Hoje como bairro histórico lisboeta, tem uma memória e tradições coletivas, conserva a identidade de boémio e tradicional, algures no século XIX. "A Mouraria foi então socialmente construída como um bairro que detinha algumas tradições, encontrando-se esta fundação no meio de uma complexa rede de elementos culturais, sociais, históricos, urbanos e rurais, sonhos, mitos e representações" (Menezes, 2005:71). Tradições que hoje se traduzem na participação dos habitantes autóctones nas festas populares tradicionais (como a festa de Santo António e as marchas de Lisboa) e em procissões (como a da Nossa Senhora da Saúde), e ainda nas várias lendas e histórias tipicamente bairristas, como o caso da história da Severa e do Fado, hoje com o seu património material preservado no Largo da Severa.

Porém, existe desalento por parte dos autóctones, receiam a total perda do bairrismo, das tradições e da identidade que caracterizava o bairro, culpando a intensificação da imigração, que muitas vezes não se integra nesta vida de bairro (Menezes, 2012b).

A visão dos de fora do bairro, diferente da dos seus moradores, é normalmente negativa e associada a receios de frequentar o bairro. Contudo, a imagem de negatividade muda os seus motivos, a multiculturalidade no local, como explicado na Parte I, é hoje vista como algo de bom e que confere características únicas e atrativas a um bairro. Associada aos seus problemas sociais e comportamentos de risco, a falta de condições de higiene e estado de degradação dos imóveis, são fatores que constituem as maiores críticas ao bairro²⁷, e não a sua multiculturalidade que as pessoas de fora veem mesmo com algum interesse e como uma marca interessante e histórica do bairro, inclusive a sua *ethnoscape* é um dos atrativos atuais para o turismo, para a classe artística e para novos moradores (Menezes, 2012b).

Todavia, o estigma territorial não abandona o bairro. A Mouraria na viragem para o século XXI continuava associada a uma vida boémia verdadeiramente decadente. A política de limpeza do Estado Novo criaria a herança de um bairro marginalizado, com pouca população, imobiliário degradado com imigrantes ilegais, com um número elevado de sem-abrigo, onde é comum a prostituição e ainda tráfico e consumo de droga (Menezes, 2012b), problemas georreferenciados no PDCM no mapa no Anexo B - Mapa 3.

A degradação do bairro foi crescente, inclusive chegando a sofrer repercussões de outro projeto de reabilitação em Lisboa, a "limpeza" do Casal Ventoso na década de 90, levou a que muitos dos "negócios" de droga se mudassem para a Mouraria (Estevens, 2014:283). Apesar de ser ainda um problema a resolver na cidade, para o presente trabalho importa compreender que a Mouraria, na época já bastante decadente, iria acabar por atrair algumas das pessoas com comportamentos de risco, nomeadamente ligados ao tráfico de droga, intensificando este problema que foi durante anos um dos grandes dilemas da área (Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM), 2012).

²⁷ Dois testemunhos, um de comerciante indiano que não vive no bairro mas trabalha lá, “ambiente que ali existe, com os problemas de roubo, prostituição e os sem lar”, e o segundo de um comerciante português Para um comerciante português agora “é tanta mistura que é difícil dizer o que caracteriza o bairro, porque antes se dizia o peixe e as vendedeiras, o fado, mas agora é a droga” (Menezes, 2003: 337).

A somar aos problemas sociais não podem também ser esquecidos os problemas no edificado. Num bairro onde a maioria dos edifícios são arrendados as construções são de diferentes períodos históricos. Alguns dos edifícios devido à sua idade têm os mais variados problemas, 13,3% em 2001 ainda tinham carência de pelo menos uma necessidade básica, como água corrente, casa-de-banho, esgotos ou eletricidade e são casas sobrelotadas, situação provocada pela falta de mobilidade social dos habitantes mais antigos e ainda pela tendência de partilha de habitação entre imigrantes (Fonseca & McGarrigle, 2012:23-30). Em 2011 existiam ainda 140 casas sem casa-de-banho privada ou chuveiro (Estevens, 2014:262).

Em suma, a Mouraria pode ser caracterizada como tendo uma identidade híbrida, um bairro com uma vasta e complexa história marcada em diversos períodos pela migração e a troca de culturas. A Mouraria evoluiu divergindo pouco das dinâmicas que foram apresentadas na parte I deste trabalho, atravessando o século XX com uma contínua degradação que marcou muitos dos bairros históricos europeus. No final do século o cunho marcado da história da imigração e outras culturas no bairro voltava. Apesar de Lisboa ter um número reduzido de imigrantes face a outras capitais europeias, aqui é inegável a importância que a mobilidade assume nesta identidade em construção.

Menezes (2005:73) caracteriza de forma interessante o bairro atual "Um mundo em que o fado, as severas e os marialvas, as tascas, as peixeiras, os operários, os (i)migrantes, os visitantes, os desempregados e os reformados coexistem com as lojas e mercearias chinesas, os cabeleireiros luso-africanos, os bazares indianos, a Associação Comercial China Town, o gang dos telemóveis, os toxicodependentes, os sem-abrigo".

São inegáveis os problemas sociais e de comportamentos de risco que pautam o quotidiano do bairro, sendo importante intervir no sentido de uma reabilitação que trave a segregação social. Este processo iniciou-se já perto da segunda metade do século XX, alicerçado no conceito de desenvolvimento sustentável, que enfatiza a necessidade de conhecer o bairro e a sua sociedade, dando nova voz a moradores e cidadãos, para poder participar. Neste tipo de reabilitações, a atenção às tendências do sector cultural e a valorização da cultura (segundo o conceito de cultura anteriormente apresentado) sustentam uma reabilitação respeitadora dos moradores e dos cidadãos. Assim o sector cultural e da criação e

distribuição dos seus bens ou serviços surge aliado a uma promoção da cidadania, dos direitos culturais e da liberdade cultural (Vaz Pinto, 2015).

2.2 - Orientações políticas e planos estruturais

Retomando as ideias (diagnóstico) desenvolvidas anteriormente, a Mouraria é então um espaço com fragilidades várias. Porém, são também diversas as potencialidades de desenvolvimento, algumas destas emergindo das dinâmicas multiculturais do território que são cada vez mais objeto de valorização em algumas cidades europeias. Um bairro onde a maioria dos edifícios tem um uso residencial nos pisos superiores (aproximadamente 83% segundo os censos de 2001), com uma localização geográfica privilegiada no centro da cidade, o restante edificado é ocupado não só por estabelecimentos de comércio local, mas também restauração e habitação temporária (guesthouses, hotéis, etc) (Fonseca & McGarrigle, 2012).

Importa reforçar que as lógicas para a intervenção urbana foram-se alterando ao longo do tempo, e o bairro da Mouraria reflete essas mudanças. A primeira intervenção, datada do século XX, foi uma renovação do Estado Novo, que apostava na demolição do edificado. Os projetos mais recentes, de final da década de 80, apostam num outro paradigma de fazer cidade, a reabilitação orientada para a intervenção localmente situada, a partir dos problemas do bairro e das comunidades que o usam, numa lógica participativa e de fixação das populações. Uma forma de intervenção que advém provavelmente do novo espírito da cidade, acreditando que os utilizadores do espaço urbano devem ter direito a este e, como tal, devem ser os principais motores da intervenção e do desenvolvimento de uma cidadania que respeite a cidade.

Para Menezes (2005:67) reabilitar é mais que melhorar as condições de habitabilidade. Reabilitar sugere uma ação mais ampla que, segundo Luz Valente Pereira (1986) se oferece como “oportunidade de reencontro com o bom conceito que a cidade detinha”. A reabilitação associada à revitalização dos espaços da cidade implica assumir “a premência da necessidade de recomposição da mistura de atividades e de uma maior diversificação etária, cultural e económica da população” (Portas, 2003) e ainda, "revitalização propõe novos usos ao tecido edificado, ou melhor dizendo, uma reutilização do mesmo" (Menezes, 2006:67).

Será no final dos anos 80 e início dos anos 90 que surgem gabinetes e profissionais especializados nesta nova forma de intervenção, que pretende reabilitar e revitalizar. Uma época pautada pela pressão dos moradores dos bairros históricos no melhoramento das condições dos imóveis, da higiene e do ambiente, de modo a contrariar o abandono. A reabilitação urbana, neste caso, é a resposta a solicitações de intervenção da sociedade para a resolução de problemas do quotidiano (Menezes, 2015). Na prática, esta intervenção irá ficar muito ligada à reconstrução de fachadas e melhoria dos espaços públicos, respeitando a importância histórica que este património comporta. É o designado "fachadismo", dando uma imagem mais limpa a estes bairros, promovendo depois festas, eventos culturais e mesmo o turismo (Menezes, 2015). A cidade é então, como anteriormente referido, não só o espaço onde se habita e trabalha, mas também o espaço onde os residentes têm uma vida social e cultural (Benjamim, 1997).

Enquanto espaço social, a cidade vai-se afirmando ao longo do século XXI, sendo o espaço urbano produzido com influência das sociabilidades e da forma como as pessoas o usam (Lefebvre, 2013). Referindo-nos aqui a pessoas que podem ser nativos ou novos habitantes, resultado da mobilidade global. Paralelamente as atividades culturais foram ganhando um peso significativo na vida da cidade, numa lógica de competitividade urbana, afirmando-se os bairros e tornando-se mais atrativos para visitar, morar ou investir (Queirós, 2007). "O espaço público urbano e a cultura assumem um expressivo papel como motor de mudança e de criação de uma nova centralidade em Lisboa" (Menezes, 2015:142).

Atualmente a tendência para aliar a intervenção física com a cultura vai caracterizando as intervenções na cidade. No espaço público torna-se central, combater a marginalidade²⁸, tornando-o atrativo para novos públicos, com efeitos multiplicadores na alteração de comportamentos e da sua imagem. Contudo, importa não olhar o bairro como um todo homogéneo e assumir as diferenças sociais e territoriais trabalhando com e a partir destas. Na intervenção urbana é fundamental "investigar e promover formas de mediação entre o carácter popular e típico do bairro e o seu carácter multiétnico, para que a salvaguarda e a

²⁸ "Qualquer indivíduo que saia fora do rumo "das regras ditadas pela sua sociedade" é marginalizado socialmente, indivíduos que, por razões diversas, saíram fora do caminho dito "normal". A prostituição, toxicodpendência, atividades ilegais e a degradação social" (Carvalho, 2013:14).

reabilitação do património se articule com a promoção do desenvolvimento socio-urbanístico" (Menezes, 2005:78).

Esta visão foi partilhada pelos programas para a cidade, anteriormente abordados, e surge reforçada pelos programas mais recentes e/ou em curso para a reabilitação do bairro da Mouraria, como iremos apresentar de seguida.

2.2.1. Os programas de intervenção

O Programa de Ação (PA) do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) da Mouraria – ‘As cidades dentro da cidade’²⁹ (Anexo F, mapa 1), desenvolvido pela CML, decorreu entre o último trimestre de 2011 e teve a sua conclusão no primeiro trimestre de 2013, reabilitando o espaço entre o Largo do Caldas e o Largo do Intendente. Uma aposta partilhada por um investimento a fundo perdido do FEDER³⁰, a CML e entidades como a Empresa Pública para a Urbanização de Lisboa (EPUL) e o Instituto das Drogas e Toxicoddependência (IDT). O programa coordena a requalificação dos espaços da Mouraria, atuando em conjunto com outros programas já existentes da responsabilidade da CML, nomeadamente o BIP-ZIP e o PIPARU, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia³¹, e ainda a instalação da 1.ª Divisão e Esquadra da P.S.P.

A coordenação dos vários programas está a cargo do GABIP, gabinete da CML, responsável por “garantir a articulação, não apenas a nível técnico, mas também a nível institucional, entre todos os serviços técnicos da CML, Juntas de Freguesia e parceiros do Plano de Ação QREN Mouraria (com o programa PIPARU) e do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria.”³². Também monitoriza os diferentes programas e garante o diálogo e envolvimento de todas as entidades e da população.

²⁹ Estratégia explicada no site Ai Mouraria - "O "aimouraria" é um espaço dinâmico e interactivo, onde poderá encontrar toda a informação referente a todas as fases do Programa de Acção da Mouraria ; a informação sobre o modelo de funcionamento; a calendarização e as iniciativas do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria. E ainda toda a informação e divulgação das acções da Comissão Executiva e Comissão Alargada do GABIP Mouraria, gabinete institucional que alicerça e congrega todo o trabalho de desenvolvimento comunitário da Mouraria." (Site ai Mouraria).

³⁰ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - fundos distriuidos pelo programa QREN.

³¹ Na época de formação do programa ainda não se tinha dado a reestruturação das freguesias em Lisboa, tendo o programa de trabalhar com as Juntas de São Cristovão e São Lourenço, Socorro, Anjos, Graça e Santa Justa e atualmente inseridas na Juntas de Santa Maria Maior e Junta de Arroios (que afecta a intervenção a nível do Largo do Intendente que fica no limite da jurisdição desta Junta).

³² <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/>

Este programa organiza-se em 4 operações: I) Requalificação do Espaço Público e ambiente urbano, focando na melhoria da gestão do espaço e funções dos espaços públicos, das acessibilidades e da sinalética; II) Revitalização de espaços do bairro, com a criação do Centro de Inovação da Mouraria no antigo Quarteirão dos Lagares; III) Valorização das artes e ofícios, ressaltando o trabalho que se desenvolvia com parceiros locais e com órgãos do poder local; IV) Valorização sociocultural e turística. Neste eixo a cultura aparece como ponto chave, é valorizado o património material e imaterial do bairro como estratégia para a reabilitação, sendo reconhecido o trabalho com os parceiros.

Salientando a importância da estratégia de comunicação das ações desenvolvidas, tal como no BIP-ZIP, a aproximação às pessoas e à realidade diária foi tida em conta, concretizando-se: (i) pela disponibilização da informação a nível digital (pretendendo ser o principal meio de comunicação); (ii) pelo programa de divulgação e comunicação próprios, com *outdoors* e desdobráveis com o plano na integra ou com informações sobre a natureza da intervenção a decorrer num imóvel particular, tendo de ser capaz de responder a um conjunto de residentes multilingues e uma população idosa (site Ai Mouraria).

O PA para a Mouraria divide-se em duas grandes ações. Uma primeira que assenta em mudanças no espaço público e nos imóveis (ponto I e II), requalificando do Largo do Intendente e o Largo Adelino Amaro da Costa, e com financiamento para um centro de inovação e criatividade, dois equipamentos para jovens e idosos, um parque infantil e um espaço dedicado ao fado, no Largo da Severa. Um trabalho conjunto com o PIPARU que na Mouraria foi responsável pela reabilitação de 36 fogos, em destaque dois edifícios da antiga fabrica Viúva Lamego (Largo do Intendente), o edifício que hoje é ocupado pela Associação SOU³³ (Largo do Intendente) e ainda a reabilitação da Igreja de São Lourenço.

A segunda grande operação deste programa teve em atenção as questões sociais, culturais e turísticas, seguindo a lógica anteriormente apresentada da importância que tem de ser hoje dada a estas dimensões quando se está a implementar uma reabilitação urbana (pontos III e IV). Nestes pontos pretendia-se sobretudo responder a problemas sociais, apoiados pela

³³ "SOU é uma Associação Cultural sem fins lucrativos cuja actividade se centra na formação, criação e programação artística. Tem como principais objectivos: oferecer formação nas áreas das artes performativas; promover e dinamizar actividades culturais; acolher criadores de várias áreas artísticas, com o intuito de enriquecer o tecido cultural artístico nacional e local". Retirado de <https://soumovimentoarte.wordpress.com/> (14.04.2016).

construção dos equipamentos para jovens e idosos, mas também fazendo um trabalho com o IDT, para colmatar os problemas de toxicodependências, e ações com a escola básica nº 75, onde foram investidos esforços para educação da higiene do espaço.

Outras iniciativas têm procurado promover a inclusão social das comunidades imigrantes e diminuir o estigma em relação às mesmas, no sentido de construir uma imagem positiva de um bairro que tem já uma identidade multicultural. Através da iniciativa "corredor intercultural", eixo da Rua dos Cavaleiros e da Rua do Benfornoso, reabilitou-se o espaço público e deram-se a conhecer os espaços comerciais, de restauração e religiosos, tentando atrair para este eixo novos públicos que usem os espaços já abertos, na sua maioria propriedade de imigrantes (restaurantes, bares, lojas, etc). A promoção do turismo, valorizando o património cultural com a reabilitação (Cerca Fernandina), com festas e festivais (como o festival Multicultural "Há Mundos na Mouraria") e investido em visitas guiadas (ambos organizados pela Associação Renovar Mouraria).

É também relevante a aposta na aproximação às pessoas e o investimento na comunicação, com consultas e pontos informativos ao longo do bairro e nos imóveis que estão em reabilitação.

Estas propostas têm sido coordenadas, em conjunto com programas e com iniciativas privadas, sendo a reabilitação do bairro desenvolvida na articulação entre estas duas dimensões, "Quando estiverem concluídas as intervenções do PIPARU, do QREN e também do programa municipal BIP-ZIP (que para a Mouraria canalizou 175 mil euros), António Costa reconhece que haverá ainda «um trabalho ciclópico a desenvolver". Mas esse, diz, estará nas mãos dos privados.»³⁴.

O PA da Mouraria não foi implementado no bairro isoladamente, vários projetos foram decorrendo em parceria ou de forma independente mas com estreita comunicação com o PA e a CML, acabando por existir uma densa e complexa rede de ligações e parcerias, tal como se observa no mapa dos anexos F, mapa 1 e 3. Para a dimensão social deste programa de reabilitação da Mouraria foram muito relevantes duas iniciativas independentes, reconhecidas pela CML, a já abordada, Associação Renovar Mouraria (ARM) e ainda o Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM).

³⁴ <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/>

A ARM, aberta desde 2008 por pessoas que residiam no bairro, tem sede no Beco do Castelo, funciona como associação sem fins lucrativos e em 2015 ganhou o estatuto de organização de utilidade pública pelo despacho nº1321/2015 (Anexo C2), destacada pelo contributo que presta à Mouraria desde a sua criação. Funciona com várias parcerias nacionais e internacionais, conta com o interesse de vários financiadores públicos e privados, incluindo a CML e fundos do QREN, é ainda a promotora de várias atividades que foram eleitas para fundos BIP-ZIP, todos os anos. Tem um sistema de amigos e sócios que mediante uma quota anual usufrui de benefícios, como descontos, ou sistemas de angariação de fundos, através de visitas guiadas e outras atividades para o público em geral.

As iniciativas promovidas pela ARM são diversas, trabalhando para os residentes do bairro e visitantes, tem como objetivo promover o bairro de forma positiva. Existe um reconhecimento da composição social e dos problemas que caracterizam a área. As diferentes atividades para os residentes visam colmatar problemas como a exclusão de imigrantes e a pobreza. Trabalhando com o Alto Comissariado para as Migrações e desenvolvendo iniciativas como aulas de português, combate ao insucesso escolar e analfabetismo, a associação dinamiza programas de alfabetização e de apoio a estudantes do bairro organizados com a participação de voluntários. Existe ainda uma preocupação com o acesso à saúde, para tal a ARM dinamiza o programa "Saúde para Todos" a decorrer na Casa da Mouraria, um dos programas que recebe fundos BIP-ZIP, oferecendo a preço reduzido cuidados de saúde ou mesmo a oferta de medicinas alternativas (como acupuntura).

A ARM é ainda responsável pela dinamização de atividades culturais e artísticas, com recurso a várias parcerias. São responsáveis pela divulgação do jornal local "Rosa Maria", e por iniciativas ligadas ao fado, programa "há fado na Mouraria", entre outras. Não esquecendo que este é um lugar privilegiado pela diversidade cultural que nele habita, podem ser destacadas neste âmbito duas importantes parcerias, o projeto *Transmouraria* (registos fotográficos de quem habita e usa o espaço da Mouraria, registando a diversidade étnica e de hábitos culturais, de Carla Rosado)³⁵, ou ainda a *Enciclopédia dos Migrantes* (projeto internacional, que reúne histórias de migrantes e tenta compreender o seu lugar na

³⁵ <http://transmouraria.com/>

sociedade, de Paloma Fernández Sobrinho)³⁶. A ARM foi também responsável por um arraial, em junho de 2015, com a duração de um mês, que apresentou artistas do bairro e outros convidados, tirando partido da diversidade cultural existente e tentando por esta via promover o diálogo entre comunidades incluindo outros moradores ou visitantes. A preocupação com o turismo faz parte dos objetivos da associação, uma das questões que a CML visava promover com o PA, estando disponíveis no site visitas temáticas e uma apresentação das mesmas em diferentes línguas.

Outro dos programas que tem um forte impacto a nível social e comunitário no bairro é o PDCM, que recebeu verbas sobretudo do Orçamento Participativo³⁷, ao qual concorreu com o projeto "Há vida na Mouraria". Este foi desenhado com a colaboração estreita do GABIP, que ajudou a desenvolver a proposta, e ainda com entidades locais variadas, convidadas a participar no desenvolvimento ou mesmo nas iniciativas.

Este programa foi considerado de grande relevância e a CML ressaltou que um "programa de desenvolvimento social para a Mouraria, de modo a que a intervenção urbana de que esta será objeto, até 2013, incida não só sobre a dimensão material (o edificado e o espaço público) mas, também e sobretudo, sobre o seu património imaterial – os seus habitantes, comunidades e visitantes" (PDCM, 2012:3). O programa definiu sete pontos chave para a intervenção no bairro: (i) insegurança; (ii) marginalidade (prostituição, toxicod dependência e/ou sem-abrigo); (iii) envelhecimento demográfico; (iv) diversidade da comunidade migrante; (v) tráfico de droga; (vi) fechamento face ao exterior; e, (vii) degradação urbana e do espaço público.

Perante este diagnóstico foi importante trabalhar num modelo de desenvolvimento local, que completaria o lado da recuperação material promovido pela CML. Numa primeira fase, realizou-se um importante trabalho de campo e análise de dados estatísticos. Foram contactados diversos parceiros, para informarem sobre a sua visão e propostas, e definiram-se princípios importantes a respeitar para as propostas do PDCM (Anexo G), destacando a valorização da criatividade, da diversidade cultural e da inovação como possibilidades de resposta aos desafios apresentados. Numa segunda fase decorreu uma

³⁶ <http://www.renovaramouraria.pt/enciclopedia-dos-migrantes-projecto/>

³⁷ Iniciativa da CML que disponibiliza uma verba para a qual se candidatam projetos de diferentes naturezas e posteriormente é sujeito a uma votação sobre a distribuição e atribuição dos fundos.

análise dos recursos e projetos já existentes, destacando o trabalho da CML (com o PIPARU, Festival Todos, BIP-ZIP), recorrendo aqui à ajuda de vários parceiros.

As propostas apresentadas pelo programa e pelos parceiros visavam responder a quatro eixos de ação, que foram desenhados de acordo com a informação anteriormente recolhida: 1) Dinamização económica, focando na criação de emprego e empreendedorismo; 2) Promoção do envelhecimento ativo, com a consciencialização do apoio inter-geracional e combate ao isolamento; 3) Trabalho com populações vulneráveis (prostituição, sem-abrigo e toxicod dependência); 4) Valorização do Fado (tema abordado a trás como parte da identidade local/memória para promover a vinda de novos públicos).

Depois da análise foram definidos objetivos do Plano, objetivos intermédios (até 2013) e objetivos finais (até 2020), fixando a sua missão como " Contribuir decisivamente para a valorização da Mouraria e para o bem-estar, a cidadania e a liberdade dos seus habitantes e comunidades, promovendo a coesão social, a qualidade de vida e uma maior abertura do território ao exterior" (PDCM, 2012:45).

Tal como foi dito anteriormente, a CML pretende ser um mediador nos projetos culturais e de reabilitação urbana, sendo aqui relevante a rede de parecerias que estabelece. Do ponto de vista institucional, para promover a reabilitação da Mouraria e dos seus Largos e Praças, podemos abordar a importância de duas situações: I) mudança das instalações do Presidente da Câmara para o Largo do Intendente; II) existência de vários planos de desenvolvimento, uma vez terminado o PA, o GABIP Mouraria continua a existir e é uma entidade representativa da CML neste processo de renovação, promovendo com regularidade reuniões com diversos intervenientes desse processo, com o objetivo de consolidar políticas assentes numa estratégia de proximidade (Caldas, 2014:78).

Podemos ainda acrescentar que este processo complexo de reabilitação da Mouraria tentou ao máximo respeitar as suas populações, assumindo uma lógica de *bottom-up*³⁸, tendo sido relevante conhecer a sua população e trabalhar de acordo com as suas necessidades e problemas, sendo um projeto que vai além de uma renovação do espaço físico.

³⁸ Uma lógica de intervenção que tem por base, neste caso, as necessidades e interesses da população que habita o espaço.

Uma carta de Setembro de 2011 (Anexo F mapa 2), do presidente da Câmara de Lisboa na altura, António Costa, revela os planos que existem para aquele bairro, por um lado demonstrando confiança no projeto e por outro a complexidade e os inúmeros atores envolvidos "Sem o contributo de todas estas iniciativas e entidades, a reabilitação da Mouraria não seria possível"³⁹. Termina com a frase "A Mouraria vai mesmo mudar para melhor!"⁴⁰, mostrando por um lado a confiança nos projetos que foram desenvolvidos para a zona e ainda o desejo da Câmara em ver a mudança ocorrer neste bairro.

Efetivamente a rede e as iniciativas para mudar a Mouraria foram-se intensificando desde 2011. Nesse mesmo ano a EPUL e a CML assinavam um acordo para construir e fazer a gestão dos quiosques do Mercado de Fusão na Praça do Martim Moniz, conferindo-lhe uma nova vida e função, recebendo variados eventos. Para além do PDCM ter recebido verbas do Orçamento Participativo, no ano seguinte (2012) também foram atribuídas verbas a outro projeto do bairro, o *Centro de Inovação da Mouraria*, situado perto do Largo dos Trigueiros, importante no âmbito do sector da cultura e inovação de Lisboa. Em 2012, no âmbito do PDCM, foi criada a iniciativa "Bairros", constituída por atores locais como objetivo de melhorar a qualidade de vida e diminuir episódios de exclusão social. Recentemente (2014) a iniciativa internacional, " My neighbourhood, my city", projeto financiado pela Comissão Europeia, que celebrou parcerias com várias instituições já existentes, teve como objetivo principal promover as vivências e a entajuda no bairro "dinamizando a atividade económica e a criação de emprego, reforçando laços de solidariedade e do espírito da identidade local e contribuindo para a humanização dos laços sociais" (Estevens, 2014:305).

Um trabalho de reabilitação que vai ao encontro da procura de uma identidade do bairro, ou pelo menos de elementos que caracterizam a vida e a cultura existentes. Porém, este é um projeto que vai além do bairro, procurando responder à competitividade crescente entre cidades em busca de investimentos e turismo. A "marca de Lisboa" em sido uma prioridade da CML, numa estratégia de marketing que consiga transmitir a cidade ideal para diferentes públicos (Estevens, 2014). Para este efeito, a valorização da cultura é também uma das estratégias adotadas, por um lado promovendo eventos, o património material e instituições, por outro lado fortalecendo a imagem de uma Lisboa onde habitam vários

³⁹ <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/mensagem-do-presidente.html>.

⁴⁰ Ibidem.

mundos, como o artigo do Público afirma, hoje "Vende-se uma Lisboa multicultural"(Henriques, 2016)⁴¹.

O presente trabalho visa a análise dos percursos de reabilitação levados a cabo no Largo do Intendente, no entanto, estando este integrado no bairro da Mouraria foi fundamental para a compreensão deste processo o conhecimento das alterações que o bairro viveu e os projetos que nele foram desenvolvidos neste âmbito, uma vez que o Largo não teve um projeto de reabilitação único. Desde as alterações institucionais anteriormente abordadas, até à criação de associações e projetos culturais, têm sido muitas as intervenções levadas a cabo.

⁴¹ Henriques, Joana (17.04.2016), Vende-se uma Lisboa Multicultural, Jornal Público.

Parte III - O Largo do Intendente Pina Manique

1 - A cultura na produção do espaço do Largo do Intendente

A cidade é um palco de encontros e de sociabilidades, o espaço público é diariamente usado e alterado por movimentos de pessoas e bens, numa sociedade onde a circulação rápida e globalizada é uma marca, devendo ser um direito o uso do mesmo Cullen (1961:105) “a noção de cidade como um local de reunião, de contacto social, de ponto de encontro (...) um rito e de um direito”.

O uso dos espaços públicos nas cidades europeias tem sido intensificado já desde o fim da II Guerra Mundial, teorias como o "Direito à Cidade" ou o "La producción del espacio" ambas de Lefebvre (anteriormente abordadas) são bases teóricas desta nova vivência em espaços públicos, "A rua é considerada o espaço público por excelência, por ser o elemento de ligação entre localidades e pessoas" (Silva, 2013:40). O planeamento urbano deve então ter em atenção estas questões, procurando nas propostas de planos e projetos integrar as efetivas necessidades e expectativas sobre os usos do espaço, uma das falhas apresentadas na intervenção de reabilitação da Mouraria durante o Estado Novo.

1.1 - Génese e imagens construídas sobre o Largo

O Largo do Intendente Pina Manique localiza-se no limite do bairro da Mouraria, anteriormente inserido na Junta de freguesia dos Anjos, sendo hoje parte da Junta de Freguesia de Arroios, na fronteira com a freguesia de Santa Maria Maior (Anexo B, mapa 2). Autores como Ferro (2012), questionam esta inserção do Intendente no bairro da Mouraria em todos os planos mais recentes, uma opinião que não foi consensual em entrevistas realizadas para este estudo a diversas entidades. Ferro (2012:67) numa entrevista realizada na antiga Junta de Freguesia de Anjos avança que existe uma negação por parte de um membro da Junta daquele território pertencer à Mouraria. Em entrevista realizada para este estudo, ao responsável do café *O das Joanas*⁴², localizado no Largo do Intendente, este reporta-se ao Intendente como *bairro do Intendente*. Também numa outra

⁴² Entrevista realizada pela própria a 4.05.2016, segundo o guião em anexo, concedida por Pedro Ramos, responsável do café (anexo Z).

entrevista, realizada a um colaborador da Junta de Freguesia de Arroios⁴³ (Polo dos Anjos), Miguel Fernandes, não se opõem diretamente à ideia do Largo do Intendente ser parte do bairro da Mouraria, mas tendencialmente individualiza o Largo, não como bairro do Intendente mas também não o incluindo na Mouraria.

Como referido em pontos anteriores, no conceito de bairro os limites geográficos não são estanques ou definidos fisicamente, neste caso o uso do termo bairro para designar o Intendente como parte do bairro da Mouraria advém da existência de dinâmicas sociais particulares, populações e problemas que são comuns. Desde logo, a definição de Largo e não Praça prende-se com a história da formação da Mouraria, numa época onde o planeamento urbano era muito distante da realidade atual e mesmo o uso do espaço público se fazia de modo diferente,

"na Mouraria não existem espaços públicos planeados de origem. São vazios urbanos que surgem acidentalmente e não são desenhados propositadamente para terem uma forma e cumprirem uma função. É por isso que estes espaços são chamados Largos e não Praças (...) a densidade construtiva não permitiu espaços verdes públicos" (Silva, 2013:41).

Todavia o planeamento, ou a falta deste, não impede que as pessoas não atribuam uma função social ao espaço, sendo o Intendente um Largo que é usado como local de encontro de pessoas mesmo que não tenha sido pensado para tal. Contudo, é com os recentes projetos de reabilitação da Mouraria (com a PA da Mouraria e os apoios BIP-ZIP) que o Largo do Intendente vai ganhar estruturas para cumprir a sua função de espaço social de encontro, com cafés, esplanadas ou equipamentos culturais, contribuição decisiva para deixar a sua imagem de espaço marginal na cidade. Uma clara resposta à função que moradores e visitantes sempre atribuíram àquele Largo, e que na verdade foi um trabalho que também ocorreu noutros largos do bairro, como o da Severa. Inclusive, em 2013, em plena reabilitação do bairro foi desenvolvido o evento cultural "Largos da Mouraria" promovido pela EGEAC e pela CML (Anexo J).

Mas o Largo partilha mais do que as questões associadas ao planeamento urbano com o bairro. Partilha a sua "ethnoscape" (Appadurai, 2000) atípica e antiga na cidade, com a marca da diversidade cultural e do cosmopolitismo, que também se revê no comércio e serviços. E ainda a "má imagem" herdada de outras épocas, que conheceu períodos em que

⁴³ Entrevista realizada pela própria a 7.06.2016, segundo o guião em anexo, concedida por Miguel Fernandes, colaborador do Junta de Freguesia de Arroios (anexo Z).

era mais acentuada que outros, com problemas associados a comportamentos de risco (particularmente prostituição, tráfico de droga e toxicod dependência) e marginalidades (sem abrigo, imigrantes ilegais, etc). Como refere Machado Pais estamos perante “um terreno de negociações, resistências e inovações e, conseqüentemente de dilemas” (2007: 25).

Este território carrega o peso do estigma social fortemente ligado à marginalidade, associado a representações e práticas de atividades ilegais e de degradação, uma imagem que acaba por ser transportada também para os moradores (Carvalho, 2013:14). Contudo a Mouraria é um bairro habitacional, marcado pela segregação territorial e social, o que não significa que os seus habitantes não estejam integrados na sociedade ou que as práticas de sociabilidade estejam ausentes.

Espaços como o Intendente e a Praça do Martim Moniz podem ser considerados “territórios psicotrópicos”, estão intrinsecamente ligados ao simbólico, onde dois mundos distintos (o normal e o desviante) coabitam (Fernandes, 1998:154). Esta imagem está presente nas opiniões da comunicação social em diferentes anos: I) O autarca reconhece que “o Largo do Intendente está muito estigmatizado. É considerada uma zona negra de Lisboa, conotada com prostituição, tráfico de droga, toxicod dependentes e roubos”⁴⁴; II) Trata-se de uma “Zona que até há dois anos as pessoas tinham medo de passar”⁴⁵. Como foi já referido, existem várias marcas na cultura de Lisboa que revelam esta imagem em diferentes períodos da história, também para o caso do Intendente podemos identificar estas marcas, como ilustra é o poema de Júlio Castilho (Anexo K1).

O Largo localiza-se no limite norte do bairro, próximo do Largo da Severa (associado à História do fado). Conheceu nas décadas de 30 e 40 um desenvolvimento relevante, com a Fábrica Viúva Lamego, e era já zona de palacetes desde o século XVIII, paralelo a um dos eixos principais de Lisboa, a Avenida Almirante Reis. No Largo, como na Mouraria, é na década de 70 que muitos imigrantes se fixam. Esta atratividade encontra justificação na oferta de rendas baixas em habitações antigas e degradadas, aliada a jovens imigrantes de espírito empreendedor e com baixa qualificação, que desenvolvem estratégias próprias de inserção económica, muitas vezes associadas a lógicas de redes da comunidade, criando e

⁴⁴ *O Intendente quer mudar de nome para afastar a “má fama”*, (12.01.2010), Diário de Notícias.

⁴⁵ Ferreira (25.04. 2013), *A Nova Mouraria*, em Expresso. Nº 2117.

incentivando a formação de negócios próprios (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012:99). É no início da rua do Benfornoso que "domina o comércio e serviços étnicos uma rua frequentada maioritariamente por imigrantes" (registo de observação efetuada em 27.11.2016 - Anexo U).

Nas proximidades localizam-se espaços de culto católicos e outros, funcionando como pontos de encontro de comunidades (Anexo V). A comunidade religiosa católica está servida por edifícios, já antigos, que foram propositadamente construídos para esta finalidade, as restantes confissões religiosas muitas vezes utilizam habitações adaptadas, por vezes até mais do que uma, sendo comunicantes pelo interior (Silva, 2014:64). Relativamente perto do Largo, localiza-se a mesquita que serve maioritariamente a comunidade muçulmana do Bangladesh, numa habitação na Rua do Benfornoso e existe agora outra na Calçada Agostinho de Carvalho a Mesquita Baitul Mukarram que acolhe 300 pessoas, sendo a segunda mais importante da cidade de Lisboa (Rodrigues, 2012). Esta ainda prevista a construção de outra mesquita na Rua do Benfornoso, porém o projeto ainda não arrancou.

Apesar dos traços que mantém em comum com o bairro, o Largo é periférico a este e a sua história conta com algumas particularidades. Deve o seu nome ao Intendente⁴⁶ Diogo Pina Manique (1733-1805), que tinha aí o seu palácio. O Intendente ordenou ainda a construção do chafariz no Largo, que hoje se encontra na rua da Palma (Mota, 2015:42). No início do século XX uma zona muito frequentada pelo seu comércio e por ser um acesso importante à cidade (Castilho, 1937) (Anexo L, fotografia 5). Ficava ainda no mesmo local que a fábrica "Viúva Lamego" que prosperou sobretudo a partir do final do século XIX, inaugurou em 1849 (Mota, 2015:42).

O Intendente Pina Manique teve a sua principal atividade durante o reinado de D. Maria I (1734-1816). Monárquico, conservador, era contra as ideias da revolução francesa e chegou a perseguir grupos maçónicos e liberais, porém, com preocupações sociais (Marques, 2004:7). Enquanto vigilante da política sanitária promoveu medidas para melhorar a higiene, com destaque para uma reestruturação polémica dos cemitérios em Lisboa, passando-os para fora da área da cidade (Silva et al., 2006:230). Ocupou também cargos na justiça, tendo sido Juiz do crime nos bairros do Castelo e Alfama e ainda

⁴⁶ Um posto na polícia.

Intendente Geral da polícia em 1780, ano em que foi também responsável pela iluminação pública da cidade de Lisboa (Marques, 2004:7-8).

O Intendente destacou-se ainda por ser o fundador da Casa Pia (1781), uma instituição de educação e ensino de ofícios a crianças em situação desfavorecida. No campo das artes tentou desenvolver um novo tipo de mecenato de apoio jovens promessas dando-lhes possibilidades de um bom ensino, por vezes no estrangeiro, foi também um dos fundadores do teatro São Carlos (Marques, 2004:8-9).

O palácio é hoje ocupado por pelo *Sport Clube do Intendente*, fundado em 1933, sendo um dos clubes mais antigos da anterior Junta de Freguesia dos Anjos. Destaca-se por ser um espaço importante de encontro para a população mais envelhecida do bairro que continua a frequentá-lo, em particular durante a tarde, o movimento é pouco mas é sobretudo de pessoas mais idosas⁴⁷. Mantém ainda as funções desportivas, com mesas de ténis e de bilhar, bem como de espaço de discussão, em particular de futebol⁴⁸. É hoje um local onde se realizam festas e atividades culturais, sobretudo desde a renovação do Largo. Sobre as mudanças registadas o presidente do Clube disse ao Jornal I em 2013 "O Intendente era assustador, não era bem visto pela maior parte das pessoas e esta nova envolvência permitiu que o clube se transfigurasse da noite para o dia"⁴⁹.

Em suma, este Largo periférico do bairro da Mouraria enquadra-se dentro da sua complexa imagem. Desde a sua génese, foi um local esquecido na cidade, crescendo de forma isolada, sem atenção continuada das autoridades. O bairro chegou a captar o interesse de católicos e mesmo de alguns nobres porém, o que o marcou mais na sua história foi a imagem que perdurou no último século, de um local mal afamado e de segregação social. Uma imagem que se tem tentado alterar nos últimos anos.

1.2 – Reabilitação urbana – Projetos e Espaços

Uma das preocupações das cidades de hoje é responder ao desafio de se afirmarem no competitivo mercado do turismo, os seus bairros e as marcas distintivas que conseguem criar são investimentos chave para se afirmarem neste campo. No caso de Lisboa, os bairros populares e os seus moradores são uma das representações que fazem parte da

⁴⁷ registado em observações feitas pela própria entre Outubro de 2015 e Setembro 2016, anexo U.

⁴⁸ *Sport Club do Intendente. 80 anos de bailes, copos e futebol* (04.08.2013), Jornal I.

⁴⁹ *Ibidem*.

imagem da cidade, "configurando-se como um dos seus bens patrimoniais mais preciosos" (Mendes, 2012:20). Recentemente, a Mouraria é evocada por organismos e serviços estatais como um local único, sendo uma "marca" da cidade, assumindo o "espírito do lugar", tornando o bairro e a cidade de Lisboa atrativa ao nível do mercado do turismo, em geral, e do turismo de cidades (Mendes, 2012:19). A sua marca advém da sua história complexa, onde a multiculturalidade esteve sempre presente, sendo a diversidade de pessoas, bens e serviços uma das particularidades que caracteriza o bairro, o cosmopolitismo do bairro só por si é fator abordado como fator de atratividade. Também o seu forte valor patrimonial, localizado no centro histórico da cidade, muito próximo do Castelo de São Jorge, uma das principais atrações de Lisboa.

O Largo do Intendente vem como o todo o bairro da Mouraria, de uma longa história de "má fama" e segregação social. Nos últimos anos tornou-se um espaço de imigração por excelência em Lisboa, curiosamente uma imagem que também tenta passar da negatividade para algo que é a marca distintiva do bairro, o local "da encruzilhada de mundos"⁵⁰. Sendo que um dos objetivos desta reabilitação e desenvolvimento da nova imagem, como indica Miguel Fernandes na entrevista, *é criar uma nova centralidade na cidade*.

1.2.1 - Primeiras intervenções no século XXI (antes de 2011)

No século XXI, os primeiros trabalhos para a reabilitação do Largo e zonas circundantes (Zona do Intendente), iniciam-se com a Presidência de Santana Lopes na CML (2002-2004). Esta intervenção visava a retirada dos camiões estacionados no Largo, a dinamização de uma equipa no local para apoio a pessoas com comportamentos de risco (articulada com hospitais e centros de apoio especializado) e ainda um reforço do patrulhamento da polícia, surgindo nesta altura o projeto para a criação de uma divisão da PSP no Palácio da Folgosa (junto ao Martim Moniz) que atualmente se encontra em funcionamento⁵¹.

⁵⁰ Designação de um dos gabinetes da CML que trabalha em eventos culturais na zona, que procuravam fazer um aproveitamento da diversidade cultural que existe.

⁵¹ Agência Lusa (12.02.2005), *População do Intendente em Lisboa continua insegura apesar da intervenção municipal*, RTP. http://www.rtp.pt/noticias/pais/populacao-do-intendente-em-lisboa-continua-insegura-apesar-de-intervencao-municipal_n5780.

Numa da Assembleia municipal da CML, de novembro de 2004⁵², são ainda referenciados 21 edifícios que estariam em obras (pp. 8) no Intendente e ainda um reforço policial visível e constante (Polícia Municipal). Outra das situações abordadas na reunião passada para ata é a eliminação e limitação do estacionamento de camiões de mercadorias (com caixas altas) naquele lugar, que facilitavam as situações de tráfico de droga, um dos principais problemas do Largo desde os anos 90. Esta foi a primeira ação concreta na zona, seguida de um plano de intervenção social para combater a toxicodependência e a prostituição.

Incidindo sobre os problemas de toxicodependência e da prostituição, de acordo com o Jornal Público (08/09/2015)⁵³, foi destacado um grupo de trabalho para a intervenção (iniciado em junho de 2003), identificou 300 a 400 toxicodependentes naquele ano, no âmbito da prostituição foram identificadas cerca de 30 mulheres por dia. Em ambos os casos o encaminhamento para instituições de apoio foi uma das principais medidas. Na mesma ata de 2004 afirma-se que funcionários da CML já acompanharam mais de 200 mulheres que se dedicavam à prostituição (casos relativos a zona do Intendente e de Monsanto).

O aumento de toxicodependentes e traficantes no Intendente desde os anos 90 e consequente "degradação da qualidade de vida do bairro", a PSP intensificou o patrulhamento deste local, com o objetivo de contrariar o sentimento de insegurança "explicou o comando metropolitano (...) Desta operação resultou, em 2004, um total de 285 pessoas detidas, metade das quais por tráfico de droga e a apreensão de 8.571 doses de cocaína, 2.612 doses de heroína e 786 doses de haxixe" (Agência Lusa, 2005).

Uma operação que quer na ata de 2004, quer em reportagens, é frequentemente conotada como sendo apenas *show off*, mantendo-se a maioria dos problemas. Como é reportado na notícia dada para o jornal Público de Inês Boaventura ou da Agência Lusa, ambas de 2005, muitos moradores dizem que os problemas não desapareceram, sendo ainda bastante visíveis e contribuindo para a degradação da zona, o presidente da antiga Junta Freguesia de Santa Justa, Ramiro Nelson, trata-se de um "problema de saúde pública e social, que não se resolve com a distribuição de preservativos e seringas ou com polícia e mais polícia" (Agência Lusa, 2005).

⁵² Ata da Assembleia Municipal da CML, novembro de 2004.

⁵³ Boaventura, Inês (08.09.2005) "*Ninguém teve coragem para fazer o que eu fiz*" no Intendente, Jornal Público.

Os problemas não seriam então totalmente erradicados com esta intervenção, sendo difícil indicar valores sobre os resultados específicos no local, uma vez que os dados da prostituição são analisados no total de Lisboa (ata, 2004). Os dados da toxicodependência refletem apenas os utilizadores naquele Largo, indicando uma redução de acordo com a notícia publicada no jornal Público⁵⁴. Porém, é comum que perante esta identificação, patrulhamento e a saída dos camiões que facilitavam o tráfico, tenha havido alguma dispersão pela zona, alargando o consumo a outras áreas "a limpeza do Largo do Intendente foi positiva", "mas os toxicodependentes espalharam-se pelas outras ruas e a Rua do Benfornoso, que antes era sossegada" (Agência Lusa, 2005). Seria interessante consultar dados de possíveis trabalhos/intervenção com este grupo de risco, compreendendo se houve um efetivo reduzir de toxicodependentes e não apenas uma mudança de local, contudo esta informação não foi recolhida.

No mapeamento dos problemas no bairro da Mouraria feito pelo PDCM (Anexo B, mapa 3), verificamos que para o Largo são identificados situações de sem-abrigo e de prostituição, e os limites do Largo (Rua dos Anjos e Benfornoso) são identificados como eixos de consumo e tráfico de droga.

Foi uma chamada de atenção para as situações vividas no local que desencadeou a decisão de avançar com uma intervenção que permitisse atuar no sentido da resolução dos problemas. Numa reportagem do Público⁵⁵, já em 2011, antes de António Costa se mudar para o local, é chamada a atenção para a persistência dos problemas,

"as camionetas aqui estacionadas tinham saído (contam-se muitas histórias de como se passava "de tudo" entre aquelas camionetas). Já muitos bares, como os poucos que sobram na Rua dos Anjos, tinham fechado, já a pensão do n.º 19 tinha desaparecido. É ainda um Largo mais patrulado".

Teve como consequência uma alteração da dinâmica de bairro "a prostituição que havia no Intendente se tem dispersado para o Cais do Sodré, Restelo, Instituto Superior Técnico e a Rua da Artilharia"⁵⁶.

⁵⁴ Ata da Assembleia Municipal da CML, novembro de 2004 - "Os toxicodependentes indetificados reduziram de 300 a 400 para cerca de 25".

⁵⁵ Sobral, Cláudia (2011), *Este Largo já não é o mesmo*, Jornal Público, <http://www.publico.pt/temas/jornal/este-largo-ja-nao-e-o-mesmo-22304409>.

⁵⁶ Ibidem.

Apesar de críticas e resultados parcos, a eliminação de alguns elementos que motivavam os comportamentos de risco, foi relativamente importante e necessária. Porém a esta intervenção faltou um projeto de continuidade. Mais uma vez, à semelhança do projeto de intervenção na Mouraria no período do Estado Novo, numa área particularmente afetada por problemas do foro social, simples mudanças materiais (quer dos imóveis, quer do camiões) são insuficientes para levar a uma alteração real do uso do espaço e de comportamentos.

Em 2012, quando é lançado o PDCM aquele Largo é apontado como um espaço onde as principais fragilidades são a prostituição (sinalizadas 122 mulheres, das quais 28 têm problemas de toxicodependência e 61 são imigrantes) e os sem-abrigo, sendo ainda uma zona que fica situada no final de duas ruas apontadas como locais de tráfico de droga (Rua BenFornoso e Rua dos Anjos) (Anexo B- Mapa 3).

1.2.2 - A intervenção de 2012

No Anexo F, verificamos que o Largo do Intendente é referenciado como espaço que terá uma intervenção no espaço público. Um local não pensado para o convívio público, mas que em diferentes períodos históricos assumiu estas funções (Anexo L, fotografia 1 e 3) e posteriormente, já na segunda metade do século XX, era muito usado como local de estacionamento (Anexo L, fotografia 2 e 4). Comparando as fotografias 1 e 2 (Anexo L) vemos que não só a função do Largo se alterou, como os prédios ficaram em estado mais degradado e os negócios daquele imóvel alteraram-se, muitos têm portas fechadas, sugerindo uma possível deterioração do Largo nesta década de 60. Um relato de 1998 (Anexo K2) revela também a decadência que se vivia neste Largo no final do século XX, coincidindo com algumas das referências apontadas na ata de 2004, que identifica que muitos problemas vinham já dos anos 90, não tendo sido nada feito nessa época no sentido de os contrariar.

Em 2009 o Plano de Ação (PA) para a Mouraria, desenvolvido pela CML, era aprovado, definindo um “conjunto de operações de valorização dos aspetos positivos do território, designadamente os seus patrimónios material e imaterial e a sua diversidade económica,

social e cultural.”⁵⁷. O Largo do Intendente definia o limite norte deste Plano de Ação (anexo F), tendo-lhe sido dada alguma atenção particular desde o início deste processo.

O PA tal como foi estruturado vai ao encontro da definição de intervenção "na cidade existente"

" programas e projetos públicos ou de iniciativas autónomas que incidem sobre os tecidos urbanizados dos aglomerados, sejam antigos ou relativamente recentes, tendo em vista: a sua reestruturação ou revitalização funcional (atividades e redes de serviços); a sua recuperação ou reabilitação arquitetónica (edificação e espaços não construídos, designadamente os de uso público); finalmente, a sua reapropriação social e cultural (grupos sociais que habitam ou trabalham em tais estruturas, relações de propriedade e troca, atuações no âmbito da segurança social, educação, tempos livres, etc.)." (Portas, 1985: 8).

O Largo foi sendo ainda alvo de intervenções a nível dos imóveis, promovendo a reabilitação de edifícios na época bastante degradados. Projeto que foi levado a cabo pelos fundos destinados ao PIPARU. A reabilitação do edificado é relevante para a imagem do Largo, mas também é importante refletir sobre os usos que são dados a estes imóveis agora reabilitados. Deste 2012 que instituições políticas e de negócios se instalaram, contribuindo positivamente para as alterações sociais e das dinâmicas que se têm verificado desde esse período.

Ao lado desta reabilitação dos imóveis e dos novos inquilinos que muitas vezes atribuíam um novo significado ao edificado (para residentes e negócios), temos também uma reabilitação do espaço público, em destaque a repavimentação, o *Kit Garden* e os novos bancos, promovendo a utilização do espaço como zona para estar (Anexo M). A melhoria do espaço público era um dos eixos do PA (2011), recriando percursos e regulando o trânsito, de modo a promover maior facilidade na mobilidade e tentar abrir o bairro ao exterior, combatendo a segregação territorial. No caso do Intendente a regulação do trânsito limitou o acesso ao Largo a pessoas autorizadas, eliminando também o estacionamento.

Tendo já sido a presença dos camiões e as funções de espaço de estacionamento para veículos resolvida pela administração de Santana Lopes, a recuperação passou então por obras de repavimentação (Anexo M), combinando a calçada típica e mármore lioz bem como a instalação de bancos, bancos estes que não tem costas, um pormenor importante

⁵⁷ Informação disponível no Site *ai Mouraria*.

pois deste modo é o utilizador que escolhe como se quer sentar e o que observa. As mudanças a nível do espaço público foram muito relevantes no processo de reabilitação, de acordo com o excerto entrevista de Miguel Fernandes, *a arquitetura e a renovação dos espaços públicos é estruturante na criação das centralidades, na criação de novos momentos, energias e movimentos dentro da cidade*.

Em 2012 foi inaugurado *Kit Garden* (Anexo O), da autoria da artista plástica portuguesa Joana Vasconcelos, "Uma obra artística “viva e multifuncional”, simultaneamente “escultura, banco e jardim” (Martinho, 2013:1). Aliando deste modo uma obra que data de 2003, que anteriormente não estava em espaço público e não fora construída para o Intendente (Martinho, 2013:1). Uma peça artística, que pode ter as mais variadas interpretações (que dependem inclusive da perspetiva em que é olhada, num plano mais alto ou mais baixo) e ao mesmo tempo decoradora materializando o desejo da reabilitação, de uma imagem mais cuidada do Largo e conferindo-lhe o lugar de espaço de sociabilidade, que irá motivar o seu uso e a visita à obra, trazendo assim curiosos moradores e visitantes.

Em Martinho (2013:2) identificamos que a própria artista tinha esta visão dualista em relação à sua obra, apontando a imagem do jardim em “desenhar um infinito que contém um jardim, como se, no fundo, dentro daquela peça se pudesse sempre pensar para além das fronteiras” e por outro lado o objetivo de ter uma funcionalidade e ainda valor decorativo acrescentado, dando cor, em particular verde, a um Largo onde esta existe muito pouco.

Compromisso político

De seguida, é de ressaltar o compromisso político assumido. A atenção particular a este Largo é desde logo visível, com a opção do Presidente da Câmara pela mudança temporária do seu gabinete, em 2011, para um escritório alugado num prédio no Largo, uma parte do antigo armazém da Fábrica Viúva Lamego. Na época ainda sem as obras do Largo terem começado e com muitos carros estacionados, imagem visível na fotografia publicada pelo Jornal Público em 2011⁵⁸. Na mesma reportagem o autarca afirma só

⁵⁸ Boaventura, Inês (16.04.2011), *Mudança de António Costa custa 672 mil euros*, Jornal Público, <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/mudanca-de-antonio-costa-custa-672-mil-euros-21854594>.

pretender ficar naquele espaço até 2013, acreditando que nessa altura já estaria a reabilitação do Largo assegurada, não sabendo o possível futuro do imóvel que teve uma intervenção muito pequena, o " autarca depois de uma semana no local não lhe poupa elogios: "Este Largo tem um enorme potencial. É um dos mais bonitos de Lisboa e tem alguma reserva dos grandes caudais de trânsito"⁵⁹.

A atenção mediática para a zona foi aumentando todos os anos, impulsionada pela mudança do gabinete do Presidente da CML, e pelos projetos que iam florescendo. "No velho Intendente há agora prédios recuperados com novos inquilinos, enquanto nas ruas é feito o acompanhamento de prostitutas e toxicodependentes"⁶⁰.

O presidente torna-se assim uma das caras da recuperação do Largo, sendo um impulsionador da atração dos media e dos cidadãos para as mudanças que estavam a ocorrer. Estas foram em muitos casos mais positivas do que as reportagens relativas à intervenção do seu antecessor. Passou a frequentar o espaço diariamente, tentando transmitir uma imagem de confiança no projeto para a reabilitação do Largo e do bairro da Mouraria. Pretendendo cativar novos investidores e potencializando os imóveis, na época muitos abandonados e/ou degradados,

"São estes projectos, a par da mudança temporária do meu Gabinete para o Largo do Intendente, que poderão gerar a confiança necessária para outras iniciativas e dar um contributo decisivo para a revitalização social da Mouraria." (Carta do Presidente da CML, Setembro 2011).

A mudança deste gabinete foi na opinião conseguida nas entrevistas a Pedro Ramos (*O das Joanas*) e Marta Silva⁶¹ (*LARGO Residências*) bastante relevante. Pedro Ramos afirma que foi uma *alavanca para que a zona fosse vista como aberta, segura e atrativa*. Marta Silva relembra que a mudança foi mediática e controversa, em particular porque iria ser um encargo financeiro para a CML uma vez que o edifício não lhes pertencia, porém, citando a entrevistada:

A mensagem de António Costa foi muito importante e pautou a intervenção: "a segurança traz ocupação, se as pessoas ocuparem as ruas estas deixam de ser ghettos". Não foi mandada a polícia antes do presidente, com a mudança veio segurança para a porta do edifício por ser obrigatório, mas era apenas para a porta do gabinete.

⁵⁹ Ibidem

⁶⁰ http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?audio_id=2652591&content_id=917979.

⁶¹ Entrevista realizada pela própria a 20.09.2016, de acordo com guião em anexo, conceida por Marta Silva, responsável pelo LARGO (Anexo Z).

A juntar-se ao gabinete da presidência da CML desloca-se também para o Largo a sede da Junta de Freguesia de Arroios. Atualmente no edifício, situado ao lado do café "O das Joanas". Em ambos os casos, fica patente o compromisso com a reabilitação do Largo do Intendente. Uma aproximação das instituições de poder local às pessoas do Intendente é ainda um fator que leva novos públicos a circular e a usar o espaço, quer de forma contínua no caso dos trabalhadores, quer de forma pontual pela necessidade de uso destes órgãos. Miguel Fernandes relembra que depois da reforma administrativa as *Juntas têm novas competências, mas que continuam a ter a vantagem de estar mais próximas das pessoas e têm mais possibilidades de intervir junto da população.*

O Intendente teve um processo de mudança relativamente rápido, possível com o compromisso de instituições do poder local e municipal, de instituições culturais e comerciais e ainda um trabalho de várias instituições no apoio necessário nas diferentes vertentes do apoio social e integração. De acordo com a opinião do gerente do café *O das Joanas, a recuperação deste Largo é a prova de que um espaço que durante anos tem má fama e estigma social não está condenado a ficar assim para sempre.*

Como anteriormente abordado, uma intervenção meramente material é insuficiente para a verdadeira reabilitação de um espaço. Deste modo, o trabalho pelo Intendente tinha de passar necessariamente por um cunho social e cultural. Indo assim ao encontro dos conceitos de reabilitação e revitalização anteriormente desenvolvidos, sugerindo que a intervenção tem de ir além de uma intervenção material, e que estando a trabalhar na cidade nunca se pode ignorar as dinâmicas patentes em vários níveis (económico, social e cultural)

Iniciativas culturais e novos espaços

Os negócios e associações que procuraram uma localização no Intendente foram e são elementos chave para o sucesso do processo de reabilitação, nomeadamente pelos efeitos na melhoria das condições socioeconómicas e capacidade de atração de novos visitantes. Os registos das observações realizadas no Largo identificam a utilização constante destes espaços, evidenciando a sua viabilidade económica. Dos vários registos constantes no anexo U, destaca-se "O Largo tinha bastante gente, estando abertos todos os estabelecimentos essa noite (LARGO, Casa Independente, O das Joanas e o Clube

Desportivo do Intendente). Todos tinham música e muito movimento à porta." (noite 22.04.2016) e

"As duas esplanadas (LARGO e O das Joanas), continuam a ter muita gente ao fim da tarde, apesar de já não estar a bater o sol no Largo. Os restantes bancos do Largo ou espaços livres são usados por pessoas de todas as gerações e para diferentes atividades, algumas apenas conversando e miúdos que estão a jogar à bola, tendo acompanhamento de adultos." (dia 04.05.2016).

Denota-se, desde já, o sucesso ao nível da atração de investimentos, de um Largo onde sobravam poucos negócios, ergueram-se negócios em praticamente todas as portas e desde 2012 até setembro de 2016 (Anexo O), todos os anos apareceram novos negócios, mostrando a confiança na reabilitação.

A natureza cultural de uma boa parte dos estabelecimentos dá um novo cunho ao Largo e torna-o num novo bairro cultural/artístico da cidade, com uma oferta sobretudo alternativa e que se tem vindo a afirmar no programa cultural de Lisboa. Projetos que têm uma programação cultural própria e que pretendem respeitar e potencializar as especificidades culturais do bairro da Mouraria.

Outro eixo decisivo para as novas dinâmicas do Largo foram os eventos projetados e promovidos naqueles espaços que abriram. Vários exemplos remetem para eventos de caráter multicultural e descoberta daquela zona de cunho cosmopolita. Um dos festivais de referência do Intendente e da Mouraria surgiu com uma proposta que data de 2008, antecedendo este processo de reabilitação, e enfrentando na época os riscos de uma fraca adesão sobretudo devido ao estigma associado àquela zona. O festival *TODOS – Caminhada de Culturas*⁶² teve a sua primeira edição no bairro da Mouraria, com a proposta de levar o público a conhecer a diversidade étnica e cultural da área, apresentava um programa noturno que mostrava diferentes manifestações culturais dos moradores.

De acordo com Carvalho (2013:54), apesar dos receios, o festival teve um sucesso notório, com boa adesão do público, tendo sido reconhecida a sua importância por parte do presidente da CML. O festival passou a ocupar lugar nas propostas de requalificação para o bairro da Mouraria, partilhando as máximas de recuperar os ícones tradicionais do bairro (como fado e a multiculturalidade) e combater os problemas, e ainda promover a interação e contacto de culturas, entre os imigrantes residentes do bairro e a população em geral.

⁶² <http://festivaltodos.com/intro/home>.

O festival continuaria neste eixo da cidade, vendo o número de espectadores aumentar todos os anos. O projeto desenvolvido em estreita articulação com a CML, afirma-se como um dos veículos de atração da população em geral e de alteração dos estigmas associados ao bairro. Para os moradores esta é também uma aposta muito positiva, em Carvalho (2013) é-nos relatada a resposta de um cozinheiro chinês à questão como é participar nestes eventos? "É muito fortalecedor para ambas as culturas. Ao mesmo tempo que explico a culinária do país dos meus pais, divulgo o negócio da minha família, um pequeno restaurante na Mouraria." (Carvalho, 2013:55). Do público a autora valoriza opiniões como "Através destas atividades, pode ser que o estigma que existe sobre certas culturas tende a desaparecer" (Carvalho, 2013:56).

Este tipo de eventos acaba por ser mais do que apenas um acontecimento do momento, a importância e a mudança que geram aproxima as pessoas daquele bairro, negativamente conotado, e sustenta a sua reabilitação. A arte e a cultura são assumidas como potenciais impulsionadores de conversações e de aproximação entre pessoas.

Este festival voltou a ser um exemplo de como a cultura pode ser um instrumento para a integração, com a criação da *Orquestra Todos*, um projeto musical que “reconhece a integração da “diversidade cultural” como fundamento para o desenvolvimento das cidades contemporâneas, tomando a arte como um instrumento (...) para comunicar e intervir (...)” (Pereira, 2012:5). O primeiro concerto aconteceu na Fundação Calouste Gulbenkian, em 2012, com um álbum com o nome "Intendente", em referência ao Largo.

Os eventos culturais e as iniciativas para tornar aquele Largo numa referência a nível da programação cultural de Lisboa ficaram também a cargo de iniciativas com funções comerciais e culturais que se implementaram no Intendente, alguns com um apoio dos fundos do BIP-ZIP. Como o anexo F3 ilustra, o BIP-ZIP foi um dos programas importantes na extensa rede que esteve por trás da reabilitação da Mouraria, tendo sido um auxílio importante para a reabilitação Intendente. Neste Largo apareceram dois projetos com o apoio deste fundo, a *Casa Independente* e o *LARGO de Residências*, ambos com um cunho muito importante a nível da programação cultural. Foram contributos decisivos, acrescentam um maior dinamismo à zona, sendo complementados com as iniciativas que a CML já vinha promovendo para o Largo.

Nestes dois espaços, a programação e os eventos não são as únicas tarefas, assumem também uma função de cafetaria, que funciona durante o dia e até às duas horas da manhã. O *LARGO Residências*, local de alojamento temporário e uma cafetaria, que funciona de forma muito particular, acolhe turistas mas também faz residências artísticas, estabelecendo parcerias com diversas entidades para acolhimento de pessoas da cultura ou projetos na área. Tendo iniciado as suas funções em 2012, realizou também colaborações com o PDCM nomeadamente como promotor de alguns eventos onde a comunidade assumia um papel relevante⁶³. Este foi um dos primeiros espaços a abrir no Intendente, criado por pessoas que já conheciam bem as particularidades do bairro, uma vez que eram parte integrante do projeto *SOU*. Abriram com o apoio do BIP-ZIP, fundos que de acordo com Marta Silva foram *insuficientes para as necessidades do negócio, sendo sobretudo direcionados para a formação da equipa e algumas atividades que foram desenvolvidas ao longo dos primeiros 9 meses*. Teve como uma das primeira visita António Costa, que quando tomou conhecimento deste projeto foi ao local e confessou-se surpreendido a Marta Silva, afirmando com algum humor "quem são estes malucos a apostar tudo num sítio, como eu, que ainda não se sabe se vai correr bem ou mal".

Desde cedo que este espaço pretendia ser mais que um espaço de alojamento turístico, estabelecia contacto com a população e continuou a promover variados eventos e atividades de cunho cultural, à semelhança do trabalho desenvolvido com o *SOU*. Um exemplo destes eventos foi registado na observação do dia 19.05.2016, "De uma série de concertos que o LARGO organizou este mês, todos eles com um artista que tocava música típica de países de origem de moradores no bairro da Mouraria (Cabo-Verde, Brasil e França)." (Anexo U). A existência de uma programação mensal no *LARGO* tem como consequência, uma procura mais frequente do espaço e da sua oferta.

Um dos objetivos desta reabilitação e revitalização é conseguir um Largo movimentado, frequentado por várias pessoas a todas as horas, sem ser limitado a momentos em que existe algum evento. Para este efeito é também relevante a abertura das diversas lojas e outras iniciativas naquele espaço. Logo em 2012, no início da reabilitação do Largo, abre o

⁶³ Exemplos de atividades, de PDCM- "Intendente(s)": Encenação de fotografias e peça sonora baseada nos olhares de 10 moradores do Intendente. "Experiências do Lugar: actividades e acontecimentos performativos de interacção entre a comunidade do Intendente e os visitantes.

café *O das Joanas*, junto ao recente gabinete do presidente da CML, mantendo-se até hoje. O atual proprietário confessa que *inicialmente podia ter sido um risco, uma vez que o sucesso do projeto não era garantido e ainda pouco havia no Largo, porém atualmente a reabilitação pode não estar concluída mas dificilmente haverá um processo de retrocesso.*

Também em 2012 abre o segundo projeto que contou com o apoio BIP-ZIP e que é hoje independente financeiramente, a *Casa Independente*, funcionando num antigo palacete é um projeto promovido pela associação cultural *Ironia Tropical*. A consulta da página *online* permite confirmar a intenção do projeto em trazer o seu contributo nas alterações que o Largo iria viver nos próximos anos, sendo ainda possível ler na página a ideia dos seus dinamizadores de se tornarem "agentes activos dessa transformação, tendo como principal ideia o encontro entre a tradição e contemporaneidade de um dos bairros mais carismáticos da cidade de Lisboa", apresentando a sua missão como um "espaço cultural multidisciplinar (...) com um lógica de integração da comunidade". Para tal propõem-se realizar atividades de natureza diversa, desde artes visuais, música a projetos de colaboração com a escola local, contando com várias parcerias.

É visível a importância que é dada ao setor cultural, enquanto setor económico, mas também a relevância que a instituição pode desempenhar no desenvolvimento social e cultural da área. Na candidatura ao BIP-ZIP⁶⁴, de 2012, entre as diversas atividades que são propostas, destaca-se a importância do setor cultural e ainda a articulação deste com o apoio à comunidade, acreditando na capacidade de envolver e capacitar quem mora no bairro. Paralelamente, este espaço conta ainda com uma programação própria na área cultural e com uma cafetaria. Em suma, a sua atividade não se limita a uma programação independente das características e necessidades sociais do local. Procura também desenvolver propostas que trabalhem diretamente os residentes, complementadas com atividades que trazem público de fora do bairro e estrangeiros, público visível nas observações realizadas no local.

Também na fase de intervenção inicial abriu a Loja *A Vida Portuguesa*, que já existia no Chiado, e que vê naquele Largo potencialidades para ampliar os seus negócios. Uma colaboradora da loja reflete mesmo, na entrevista realizada, sobre a antiga vitalidade daquele espaço, nos anos 30 e 40 (séc. XX), *aquele era um local muito movimentado da*

⁶⁴ candidatura disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1346253393T2nHY6tj1Ji51HN1.pdf>.

*cidade, muito próximo de um dos principais eixos da cidade, a atual Almirante Reis. Na mesma entrevista é refletida sobre aquela zona como um dos maiores centros comerciais um grande centro cultural, de artes e de diversão. O Cinema Rex, o cinema Lys, o Salão Lisboa e o Teatro Apolo*⁶⁵. Espaços que hoje já não estão abertos.

Em Maio de 2016 abre uma loja de produtos regionais portugueses e prevê-se que futuramente entre em funcionamento uma unidade hoteleira num edifício reabilitado do Largo. Para o futuro estão ainda previstas reabilitações imobiliárias, sobretudo a encargos privados, nomeadamente um projeto que prevê a construção de uma residência para estudantes Erasmus, apresentado já em 2012 como um projeto relevante para o rejuvenescimento social da Mouraria (Anexo P)⁶⁶.

⁶⁵ Entrevista respondida por mail em 20.05.2016, por Marisa Silva (colaboradora da loja) (Anexo Z).

⁶⁶ todas as alterações no espaço público e espaços abertos desde 2012 estão no Anexo O.

2- Compreender as consequências da reabilitação urbana do Largo do Intendente

A cultura e a valorização das artes foram eixos estruturantes da intervenção. No PA para a Mouraria assume-se como um dos eixos instrumentais o setor da cultura, apostando numa conservação da memória comum e das tradições e ao mesmo tempo investindo na produção de conteúdos e eventos. Um eixo que vai também ao encontro da construção da "marca de Lisboa", já abordado, uma estratégia de "city branding", procurando desenvolver uma imagem atrativa de Lisboa, onde eventos e produção cultural são setores chave.

As iniciativas culturais são marca desde o lançamento do PA, que foi inaugurado com dois espetáculos de ópera. Em Estevens (2014:290), um mediador social da ARM reflete que “deveria estar pouca gente do bairro a assistir, mas que conseguiu atrair pessoas de fora do bairro”.

2.1- O sector da cultura na produção do espaço

Os eventos organizados no bairro por entidades públicas (Juntas de Freguesia e CML) e privadas foram-se multiplicando e alguns deles passaram a ser anuais, como o caso do *Festival Todos*. As marcas sociais do bairro são um ponto essencial. As tradições e a memória coletiva são relembrados frequentemente, mantendo símbolos como as Marchas Populares, ou os eventos que decorrem no Largo do Intendente na noite de Santos Populares e durante o mês das festas de Lisboa (junho) ou o Fado.

Outra das características frequentemente evocadas como marca do bairro é a multiculturalidade. A globalização, a maior facilidade de mobilidade de pessoas e a presença de imigração, conduziram muitos países a criar uma oferta cultural (para turistas e residentes) baseada nas potencialidades da multiculturalidade e cosmopolitismo. Costa (2011:88) utiliza o termo "mercantilização das referências culturais" para se referir a estes fenómenos e Florida (2005) reforça também a importância da diversidade como um fator que atrai a classe criativa e diferencia a cidade. Mobilizada para tema de diversos eventos, “reforçando os fatores positivos da interculturalidade, tendo em conta que vão integrar a memória do valor patrimonial do bairro com os valores e práticas culturais dos novos grupos imigrantes” (PA, 2011), a promoção da interculturalidade e coesão social entre

peças do bairro têm sido uma prioridade, ao mesmo tempo que com estes eventos pretendem atrair novos públicos (turistas e moradores de outras zonas).

No âmbito desta aposta, destaca-se a criação do corredor intercultural (projeto PA, pela CML), um eixo que atravessa a rua do Benfornoso, que tem como limites a Praça do Martim Moniz e o Largo do Intendente. Trata-se de um eixo fortemente marcado pela concentração de população imigrante e comércio étnico, algo visível em diversas deslocações feitas pela rua⁶⁷. Para além desta exploração do PA, os próprios imigrantes são parte das transformações sociais e culturais que têm mudado estes espaços, não só potencializam o turismo étnico, como os próprios têm desenvolvido uma economia étnica, resultado da abertura dos seus negócios. Por economia étnica entende-se todas as atividades comerciais e criativas em que as referências culturais são usadas como elementos para comercialização (Costa, 2011:89). De acordo com Costa (2011:92), a gastronomia e a música são os setores com maior expressão e retorno entre a comunidade imigrante.

O uso de uma discriminação positiva da diversidade cultural é visível. O discurso municipal reporta-se ao Largo como uma zona de diversidade étnica e cultural, atua como um legitimador da oferta variada que é possível encontrar naquela zona (Costa, 2011). As iniciativas e eventos que exploram e mostram este espaço como uma alternativa na cidade, promovem-no como um local atrativo pela oferta cultural diversificada que apresenta. À política cosmopolita que a CML adotou, alia-se então o próprio imigrante como elemento que transporta a sua bagagem cultural e a usa para fins económicos, define a oferta e de certo modo a marca daquele território, e garante a integração no mercado de trabalho ao mesmo tempo que se abre às relações com outros agentes e indivíduos (Costa, 2011:100). Promove ainda o contacto com a população que habita ou frequenta o bairro.

Para quem frequenta Lisboa, o acesso a novos produtos e a possibilidade de contacto com novas culturas, aqui também explorando a possibilidade de relações interculturais, confere um valor acrescentado à cidade, bem como à Mouraria. Tem ainda vantagens do ponto de vista económico, com empresas organizadas e trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, reduzindo riscos de exclusão (Costa, 2011:100). O Largo deixa de ter uma

⁶⁷ Registo das observações realizadas pela própria entre dezembro de 2015 e setembro de 2016 (Anexo U) e Anexo B-mapa 1.

imagem de território de exclusão e de alguns estereótipos ligados às comunidades imigrantes, e passa a figurar como um espaço de enorme e variada oferta cultural, com capacidade de atrair visitantes internos e turistas graças a multiculturalidade.

As marcas sociais apropriadas pelos eventos refletem também um fator abordado em alguns dos programas para zona, a necessidade de motivar a participação e o envolvimento das pessoas para o desenvolvimento local. Em alguns momentos são trazidos para os eventos culturais e artísticos o quotidiano e os hábitos dos moradores, tentando um envolvimento das comunidades na própria produção. Situam-se aqui os eventos que espelham a multiculturalidade, como o "Ano Novo Chinês" (anexo Q), mas que também lidam com realidades do bairro como o envelhecimento, explorado por exemplo pela *Companhia Limitada* da Associação *SOU*⁶⁸, ou mesmo a prostituição, abordada em trabalhos desenvolvidos pelo *Centro em Movimento* (C.E.M.)⁶⁹. Ainda o trabalho de Hélène Veiga Gomes "Intendente(s)", que coloca em oposição fotografias de moradores ou visitantes do Intendente com os planos ou imagens do poder, uma instalação artística de 2012 que remete para várias questões, numa lógica *bottom-up*, ou de uma intervenção em espaço público tem por base as pessoas, os utilizadores reais.

A participação é um ponto abordado no PDCM, muitas vezes coordenada e incentivada por associações locais, significa para os moradores assumir um papel ativo na mudança e não apenas ser um recetor de apoios. O envolvimento é importante para a dinâmica criativa e cultural, sendo aqui os participantes figuras centrais dos projetos, as consequências para os intervenientes são várias, uma das principais a diminuição de fenómenos de exclusão e/ou isolamento. Porém, são também eles que atraem o público e aproveitam os espaços ou recursos que existem na zona, conferindo-lhes novas dinâmicas. Desempenham um papel semelhante aos mediadores culturais à escala do seu bairro, a produção cultural centra-se frequentemente em temas sociais ou marcas tradicionais do bairro. As propostas para os turistas envolvem-nos no desempenho de papéis intermediário do sitio onde mora e dos vivências que lhe são inerentes. Um exemplo são as visitas guiadas propostas pela ARM

⁶⁸ Formada em 2004, trabalha com moradores da zona Anjos e Mouraria que se encontram em situações de exclusão e isolamento. Conta desde o início com o apoio artístico da coreógrafa Madalena Vitorino e apresentou já vários espetáculos em variados "cenários" locais. (<https://soumovimentoearte.wordpress.com/o-sou-2/historial/>).

⁶⁹ Fundado em 2012, "estrutura de investigação artística dedicada ao estudo do corpo e do movimento" (Página do Facebook, C.E.M - centro em movimento).

dinamizadas por moradores. Iniciativas que vêm de cidadãos comuns ou entidades privadas, que por vezes recebem os fundos públicos, anteriormente já abordados, e/ou estão coordenadas com os programas que existem (PDCM, PA Mouraria).

A criação artística e cultural é então aqui um dos veículos de trabalho ao nível da comunidade e do indivíduo, acreditando que um projeto de reabilitação urbana não pode desconsiderar quem usa e/ou habita no espaço, ao mesmo tempo que motiva o interesse e o sentimento de fazer parte em trabalhar com e para aquele bairro. A população fica efetivamente envolvida nas mudanças e ao mesmo tempo investe para atenuar a imagem de um local de segregação, potencializando o uso do espaço por públicos diversos nas atividades. O envolvimento da comunidade e o compromisso que assume na criação artística acaba por ser uma das formas de abertura do bairro (Ferro, 2012:85), sendo que combater a segregação espacial e social era uma das prioridades desta reabilitação.

O setor cultural no bairro da Mouraria é também muito dinamizado por iniciativas paralelas de variadas instituições, optamos neste estudo por abordar apenas a programação que afeta o território do Intendente. A própria dimensão geográfica conferida ao PA é por si só uma forma de abertura do bairro, numa dimensão física e uma mobilidade interna mais fácil, quer para moradores quer para turistas, neste último caso com a criação de percursos e eixos alargados. Do programa BIP-ZIP que foi desenvolvido para a zona surgiam dois projetos no início do PA com programação cultural permanente e alternativa, diferenciada das marcas tradicionais, o *LARGO residências* (aprovado em 2011) e a *Casa Independente* (aprovado em 2012). A abertura de novos espaços - sociais, culturais e económicos - coincide com a abertura para novas pessoas - sociais, culturais e económicas (Ferro, 2012:79).

Existem ainda dois espaços sem programação cultural, pelo menos de forma continua, mas que assumem também uma proximidade à cultura e identidade que aquele Largo tem hoje. Por um lado, o café *O das Joanas*, onde existe alguma atenção à diversidade cultural do território, visível nas capulanas e outros pormenores da decoração, bem como na ementa oferecida, confessando o responsável na entrevista *que tenta oferecer produtos variados e diferentes do que se encontra nos cafés, como nan bread ou chamusas* (parte da alimentação indiana). Por outro lado, *A Vida Portuguesa*, loja não exclusiva do Largo, mas

que oferece uma variedade de produtos típicos portugueses e de Lisboa ajudando sobretudo a preservar a memória, como refletem na entrevista:

atitude política de preservação de lojas históricas, de fachadas ou de recheios e isso também é cultura, é património e foi destruído, fica a memória do que foi e uma inspiração para o que se segue. Nós queremos ter essa atitude, queremos recuperar a memória e prática-la diariamente.

Em suma, estabelecimentos que assumem partes da identidade e cultura daquele espaço.

Estes novos espaços culturais e económicos do Largo atraem novos visitantes e públicos, e em entrevistas é possível aferir uma posição unânime entre os responsáveis destes estabelecimentos que se resume ao seguinte: todos têm direito a estar naquele espaço e devem ser tratados da mesma forma, apesar das dificuldades em lidar ainda com alguns problemas sociais. É ainda muito presente no Largo, e nomeadamente nas imediações, a população sem-abrigo e a prostituição, sem nunca terem sido registados fenómenos de violência durante as observações realizadas, identificaram-se episódios de alcoolismo, pessoas a dormir nos bancos ou dentro do Jardim e algumas a pedir, inclusive nas esplanadas dos estabelecimentos. Situações como o tráfico ou a prostituição foram poucas vezes registadas em observações, Marta Silva alerta para o facto de estes fenómenos não terem desaparecido do Largo:

o tráfico e consumo de droga são ainda visíveis em transversais ao Largo e a prostituição existe também mas é menos visível, são mulheres que frequentam o Largo e os seus cafés mas nestas situações ficam diluídas entre os restantes clientes e apenas são identificáveis para quem já conhece bem.

Nas observações foi visível, apesar dos problemas que ainda persistem, identificar a capacidade do Largo para atrair muitas pessoas, em celebrações ou festas de qualquer natureza: a celebração do Ano Novo Chinês, a feira mensal organizada pela loja *Retrox Vintage* (Anexo R e Anexo U). Não estamos apenas a falar de público português, existe já uma afluência de turistas àquele Largo, pessoas de todas as faixas etárias. Fora dessas ocasiões, continuam a ser vários os que procuram o Largo e a oferta que este tem, de dia e de noite. A partir registos das observações é possível inferir que algumas pessoas procuram os espaços abertos no Largo, com tendência a usar mais os espaços interiores no inverno e as esplanadas no verão, outras apenas usam os bancos ou o Jardim ou ainda usam o espaço

para a prática de algum desporto (andar de bicicleta ou jogar a bola). As características dos públicos são semelhantes, portugueses e estrangeiros de todas as faixas etárias. Durante a noite é visível nas observações que é mais frequente a presença de uma faixa etária de jovens e adultos, muitos procuram a oferta cultural de espaços como a *Casa Independente* ou o *LARGO*.

Foi ainda possível constatar que a população envelhecida e principalmente a imigrante residente no bairro usa o espaço do Largo como passagem, não sendo comum o uso dos espaços de lazer e cultura. Exceto em eventos, mesmo quando não associados diretamente à multiculturalidade, é possível identificar o envolvimento da população imigrante. Um exemplo que ilustra esta presença é a Feira mensal do Intendente, onde foi possível observar alguns a vender nas bancas em mais que uma ocasião (Anexo R). Estevens (2014:306) apresenta resultados semelhantes em inquéritos a moradores, muitos frequentam o Largo com frequência, mas sobretudo para passear ou para passagem⁷⁰.

Em suma, a frequência e os destinatários destes “novos” espaços é sempre uma questão associada às intervenções urbanas desta natureza: para quem são estas mudanças?, quem frequentará os novos espaços e eventos? A banda desenhada da (Anexo X) revela essas preocupações, de Miguel Castro Caldas em conjunto com José Smith Vargas (2012), "Ópera(ções) na Mouraria" publicado em 2012, quando se iniciava o processo de reabilitação do Largo, na altura com um concerto de ópera que levou muitos a questionar sobre os verdadeiros motivos e alvos daquela reabilitação.

2.2- As alterações sociais

O Largo foi frequentemente referenciado como local de tráfico de droga, prostituição e com presença acentuada de sem-abrigo (PDCM). Características que marcavam a segregação territorial daquele espaço, reconhecidas pela população em geral.

Atualmente, em conversas informais⁷¹, ainda é possível identificar que algumas pessoas na cidade conservam esta imagem. Por um lado, evidencia-se a forte imagem negativa que este território conservou durante muitos anos, por outro, sendo as alterações recentes é

⁷⁰ Estudo sobre o Largo do Intendente e do Martim Moniz.

⁷¹ conversas informais tidas ao longo do ano, sobretudo quando abordava o tema que esta a desenvolver para a dissertação que acabava por gerar alguma curiosidade pelo estigma que alguns ainda tinham em relação ao Largo.

natural que ainda não tenham conseguido projetar para o exterior estas mudanças. Acresce ainda o facto do espaços adjacentes não terem passado pela mesma mudança e de certa forma contagiam a imagem do Largo. Quem percorre as ruas do Benfornoso e dos Anjos identifica facilmente os problemas ligados ao tráfico de droga e prostituição (verificado nas observações realizadas). Estevens (2014:315) dá-nos também conta desta situação, rotulando o fenómeno como um movimento de afastamento dos problemas do Largo para ruas mais próximas. Acresce o problema dos sem-abrigo, visível um pouco por toda a Almirante Reis, tendo levado já a Junta de Arroios a desenvolver projetos de combate à situação.

Também, na entrevista realizada a um representante da Junta, Miguel Fernandes, foi referenciada a imagem pouco atrativa da estação de metro do Intendente, que de acordo com este se encontra *ainda muito degradada, suja e que trabalha ao contrário da imagem que se pretende dar ao Intendente*, de acordo com o mesmo *já houve uma tentativa de abordar as entidades próprias no sentido de resolver o problema*.

Para a resolução das questões referidas e de outros problemas ligados à segurança daquele Largo, foi importante a instalação do quartel da GNR na Avenida Almirante Reis, nas imediações do Largo. A vigilância é bastante frequente, aspeto visível em todas as observações realizadas durante o dia e noite, com patrulhas a pé de 2 a 3 elementos.

Também para a segurança é importante a iluminação do Largo, mais forte do que a verificada em ruas próximas do mesmo e noutras áreas da Mouraria. A iluminação foi reforçada com a melhoria do espaço público prevista no PA Mouraria.

Todavia, como referiu Marta Silva na entrevista, os problemas sociais não desapareceram do Largo do Intendente, *questões como a prostituição permanecem contudo, ficam muitas vezes invisíveis entre os restantes visitantes e clientes do Largo*. A mesma reforça que *o tráfico e consumo de droga não desapareceram na zona, apesar de não se ver no Largo é frequente nas imediações*, um comportamento de risco e que coloca em causa a construção de uma nova imagem. Relembrando um projeto de criar uma sala de consumo assistido, a entrevistada afirma que este poderia ter sido um fator decisivo no combate a estas situações, no entanto o projeto numa chegou a avançar. Marta Silva refere ainda que a convivência entre os seus clientes e estes grupos de pessoas, com comportamentos de

risco, é diário, sendo no entanto raras as situações de queixa, *nestes anos tivemos apenas 2 ou 3 situações de clientes que se queixaram.*

Efetivamente, foi frequente referir que eram raras as situações de prostituição que se detetavam nas observações, porém com esta entrevista compreendo que nem a atividade nem as suas protagonistas saíram por completo daquela zona, talvez apenas se tenham tornado menos visíveis em alguns casos.

Podendo afirmar-se que os problemas sociais não foram hoje eliminados por completo, estes persistem e alguns necessitam de atenção, todavia a reabilitação e a construção da nova imagem não foi travada por esta persistência.

A reabilitação do espaço urbano e do imobiliário traz consigo mudanças do ponto de vista social. Por um lado a perda de população nas freguesias do centro histórico (antigo mapa de freguesias) diminuiu de -14,9 (1991-2001) para -3,4 (2001-2011). Por outro lado iniciativas públicas tentam incentivar a habitação jovem no centro (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012). Destacam-se ainda dois fenómenos de alteração do tecido social, que advém em parte da valorização do capital imobiliário no centro da cidade criando nova oferta de produtos e formatos de alojamento (Barata Salgueiro, 2006), são a nobilitação urbana (gentrificação) e o crescente número de turistas.

Gentrificação turística

O turismo crescente em Lisboa teve consequência num aumento exponencial dos alojamentos temporários, multiplicando-se o tipo de ofertas, com preços muito variados e diversos tipos de alojamento. Os centros históricos são os que mais têm sofrido com um fenómeno que alguns já chamam de gentrificação turística, muitos turistas e alojamentos que procuram o centro, "o autêntico" da cidade. Como consequência vários edificios com necessidades de intervenção são reabilitados por privados, garantindo por um lado a preservação do património mas, por outro lado, um aumento de rendas e das pressões para retirar moradores das suas habitações.

O conceito gentrificação turística é definido por Gotham como “the transformation of a middle-class neighbourhood into a relatively affluent and exclusive enclave marked by a proliferation of corporate entertainment and tourism venues” (Bures & Cain, 2008:3).

Gradualmente os bairros perdem a sua população, substituída por serviços e espaços de entretenimento para turistas. Mendes (2016) indica que nos últimos 10 anos os problemas económicos e a nova lei do arrendamento desencadearam um processo de gentrificação turística nos bairros mais centrais de Lisboa, crescendo serviços e alojamentos apenas dirigidos para o turismo. Processo que afeta sobretudo populações com fragilidades económicas, muitas vezes imigrantes, mas colocando em risco a descaracterização de muitos destes bairros.

O sector é com frequência referido como chave do desenvolvimento da cidade, registando crescimento todos os anos, a oferta que a cidade proporciona tenta ser o mais variada possível (Anexo S). A Mouraria é alvo de atenção pela sua proximidade ao castelo, as recentes intervenções promovem o desenvolvimento de percursos turísticos e eventos que captem esta classe para o bairro, sendo frequentes os pequenos grupos de turistas que são guiados em percursos pelo bairro. Contudo, o que potencializa esta gentrificação em Lisboa prende-se sobretudo com 3 fatores: 1) facilidade de reservas em plataformas *online*, onde existe ainda falta de legislação que regule o arrendamento; 2) falta de oferta de hotéis, complementada com um número de casas vagas que afeta o centro há várias décadas; 3) o lucro ser superior aos arrendamentos a médio e longo prazo (Mendes, 2016). Estes fatores surgem associados à recente legislação que facilitou despejos e incentivou investimentos privados para a reabilitação, recuperando imóveis para o turismo ou para aluguer/venda a valores muito altos. Os investidores que compreendem que existia um enorme *rent gap* (a diferença entre as rendas praticadas e as rendas potenciais para a área) tornam os seus investimentos sustentáveis (Mendes, 2014:494).

As características sociais do bairro não permitem que este se associe à classe média, não se inserindo na totalidade no conceito de Gotham. No entanto, as melhorias mais recentes que advém da reabilitação que foi levada a cabo elevaram as condições de muitas habitações e do espaço público, tornando-o atraente para o turismo, situação que também beneficia da sua localização no centro histórico da cidade. A posição de centralidade num bairro histórico, conservando ainda o património e as características sociais associadas ao multiculturalismo, são em parte os fatores que atraem para a Mouraria muitos turistas que procuram este ambiente histórico e ao mesmo tempo cosmopolita (Mendes, 2016).

Esta dinâmica, decorrente da nova centralidade que o bairro vai construindo na cidade, coloca em risco a saída de população em situação económica de fragilidade que habita o bairro há vários anos e gerações e, também, o afastamento da população imigrante que conferiu ao território o seu carácter multicultural nas últimas décadas. O conceito de gentrificação turística reporta-se também ao incremento da indústria da cultura e do entretenimento, como já abordado, trata-se de um sector que cresceu bastante no Largo e no bairro em geral.

A somar, aos serviços hoteleiros têm vindo ainda a aumentar o número de alojamentos *Airbnb*, serviços de arrendamento de casas ou quartos privados. Este é um serviço contestado em diversas cidades por promover o aumento de rendas e a saída de residentes para zonas periféricas das cidades. Recentemente foram definidas leis, em alguns centros urbanos, para controlar o arrendamento nesta modalidade e impedir a gentrificação turística em alguns bairros, destacando-se, entre vários, o caso de Berlim, que impede o aluguer da habitação na totalidade sobre pena de pagamento de multa. Um exemplo de um alojamento turístico sem fins apenas comerciais encontramos no Largo, o *LARGO* existe já há bastantes anos, tendo um compromisso raro de ser um espaço de alojamento que se compromete em manter ligações a moradores e ao bairro, sendo em parte um dos alicerces da reabilitação do Intendente, atraindo novas pessoas para o alojamento e para os eventos que desenvolve de forma muito regular e que contam com alguma frequência com artistas ou moradores do bairro.

No caso do Intendente e Mouraria a questão da identidade e memória coletiva é algo de difícil definição, uma vez que as dinâmicas multiculturais das últimas décadas são já uma imagem de marca, que pode perder-se pelo aumento de alojamentos turísticos. As críticas à falta de proteção destes moradores multiplicam-se em zonas como o Bairro Alto ou o Cais do Sodré, podendo o Intendente vir a ser o próximo alvo.

Desde o início da investigação que surgiram vários serviços de alojamento naquele Largo, somam-se mais dois alojamentos, um deles no antigo edifício da fábrica Viúva Lamego (com entrada pela rua Almirante Reis), o *Culture Guesthouse*, e no edifício imediatamente a seguir o *Next Hostel* (Anexo O), para os quais não são ainda registados envolvimento com a programação artística ou com o bairro, aproveitando apenas a recente imagem de

espaço renovado e ligado à cultura, como se o Largo tivesse emergido como o novo "bairro das artes" e da multiculturalidade.

Ainda em fase final de construção está também um novo hotel de 4 ou 5 estrelas, num antigo edifício que foi reabilitado. Provavelmente esta construção irá atrair um novo tipo de turistas, uma vez que os três alojamentos anteriormente referenciados são *hostel* ou *guesthouse*, não associados a um turismo caro. Não se conhece qualquer ligação ao bairro desta nova construção, apenas o benefício de um bairro em reabilitação e de uma localização central na cidade. No serviço *Airbnb*, a pesquisa efetuada para as datas de 01.01.2017 a 30.04.2017 devolve mais de uma dezena de ofertas apenas para o Largo do Intendente ou em ruas adjacentes, sendo o preço médio apontado de 1350€ por mês, com uma maioria de casas inteiras para arrendamento (Anexo T).

O discurso oficial e da imprensa e o discurso dos moradores (nomeadamente moradores mais antigos e *marginal gentrifiers*) é muitas vezes diferente no âmbito do turismo. De acordo com Bettencourt e Castro (2015:40), o discurso oficial e o da imprensa colocam a Mouraria como o novo bairro do itinerário de Lisboa, normalmente ressaltando a sua multiculturalidade e a recente renovação.

Em observações realizadas é visível o considerável número de turistas no Largo, sendo muito frequente ver pessoas com mapas mão e falando outras línguas, transmitindo uma imagem de turista. A confirmar a situação temos também um artigo do jornal Público, de Borges (2016)⁷², que na Mouraria conversou com duas pessoas que confirmam a presença de muitos turistas, acrescentando que é sentido no bairro o efeito nas rendas e um certo mal estar pela perda de vizinhos e de algumas das marcas do bairro.

Num curto espaço de tempo é possível que este Largo que foi devolvido à cidade e aos seus moradores venha a ser frequentado por uma população maioritariamente de turistas. Todavia, situações de sem abrigo ou alcoolismo são ainda vistas no Largo, e em maior número nas suas imediações. Ainda se encontram muitos edifícios em estado de avançada degradação, chocando com as recentes reabilitações para turismo.

⁷² Borges, Lílana (05.06.2016), "Qualquer dia arranjamos figurantes para fazer de portugueses", Jornal Público

Projetos como a residência para estudantes Erasmus, projetada num edifício muito debilitado do Largo, nunca avançou. Previsto desde o início da reabilitação e pensado para ser explorado por privados não se encontram informações sobre o futuro desse projeto ou desse imóvel. O edifício contíguo, onde se situa o Sport Club do Intendente, frequentado na sua maioria por homens idosos que provavelmente habitam no bairro, continua debilitado e com pinturas que ilustram um antigo projeto de arte urbana, também não tem previstos projetos para o seu espaço.

Nobilitação urbana e diálogos

Menos significativos no território são os processos de nobilitação urbana, um dos receios apontados pela BD em anexo X. O bairro da Mouraria atraiu durante vários anos imigrantes de baixas qualificações que se juntavam a uma população de status social também baixo por norma. Não houve uma alteração social mas etnográfica (*filtering down*), porém a nível demográfico uma população mais jovem teve um contributo efetivo na dinamização económica do bairro (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012). Os mesmos autores defendem que quando se iniciaram os processos de revitalização do centro, em zonas como a do Chiado, as rendas e composição social alterarem-se rapidamente. Numa zona como a Mouraria a degradação das rendas continua inferior e as potencialidades do bairro e a sua reapropriação processos mais complexos.

Malheiros, Carvalho e Mendes (2012) referem que um processo de nobilitação urbana conjuga quatro fenómenos: I) substituição da população de um status social baixo por outro mais elevado, com alguma frequência de jovens qualificados e altamente qualificados; II) reagrupamento de indivíduos que partilham semelhantes estilos de vida e gostos; III) alteração da paisagem urbana, com oferta de novos serviços e requalificação dos imóveis; IV) incremento do valor das rendas. De acordo com esta perspetiva, o Largo do Intendente ainda não sofreu um processo de nobilitação, sobretudo por ainda existir alguma degradação dos imóveis e a ocupação e uso dos imóveis por parte de uma população jovem não ser uma evidência (observações próprias).

Podemos ainda identificar no Largo um fenómeno indicado por Burgess (in Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012:101), que nos reporta que com frequência estes processos de nobilitação ocorrem depois de um período de degradação e êxodo da classe média,

acompanhado da instalação de grupos sociais mais baixos, com alguma frequência imigrantes. Um grupo da população que, como referido, ocupa o bairro da Mouraria já há várias décadas e continuou a aumentar. No projeto *Geitonies* (2009-10) 53% dos inquiridos eram imigrantes que tinham chegado há menos de 5 anos.

Porém um outro fenómeno poderá estar acontecer no espaço do Largo. Vários autores defendem que o processo de nobilitação ocorre de forma faseada, não se instalando de imediato os habitantes identificados como *gentrifiers*, contrariando a teoria marxista do desenvolvimento de processos de nobilitação que indica que este fenómeno decorre de um investimento privado e não como um desenvolvimento natural urbano (Rose, 1984:48-51).

Recorremos à definição de *marginal gentrifiers*, introduzido por Rose (1984), sustentando a ideia da gentrificação ser um processo faseado. Definido pela autora, *marginal gentrifiers* são identificados como os moradores que aparecem nos centros históricos que buscam por um lado o tradicionalismo e a vizinhança e por outro seguem a tendência de procurar lugares que tenham alguma diversidade étnica. Ir ao encontro da diversidade cultural é referido por Florida (2005) como uma característica das cidades criativas. Identificados como população de elevado capital cultural e escolar, porém de uma classe média mais baixa e um nível económico médio, que não é compatível com os aumentos de rendas identificados nos *gentrifiers*, mas relevantes na fixação de novos habitantes com características demográficas e sociais diferentes da população que habita estes bairros.

O espaço apresenta então grupos de características muito diversas, por um lado uma população imigrante mais jovem e por outro a população mais envelhecida do bairro (Geitonies, 2009-10).

A atratividade do espaço aumenta, conseqüentemente surge um novo conjunto de moradores naquela área, que se identificam no perfil de *marginal gentrifiers*. Um grupo com um perfil particular, num subgrupo do projeto *Geitonies*, apresenta-se como uma maioria jovem e com pelo menos um grau superior de ensino, metade tem atividades profissionais ligadas à cultura e uma parte considerável estava no bairro há menos de 5 anos (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012:109). Os autores defendem também que o capital económico é por norma médio, que a atração é sobretudo uma consequência do cosmopolitismo do bairro e das propostas culturais e sociais alternativas, bem como do

interesse pelo centro histórico, sua arquitetura e "gentes". Um perfil que corresponde à proposta de Rose.

À semelhança dos imigrantes, as mudanças demográficas e sociais são marcantes, mas também as mudanças na oferta dos serviços e nos consumos na área (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012). No Intendente é relativamente visível, a presença de indivíduos com este perfil que usam os serviços culturais existentes e que tendem a participar (como assistentes ou não) em diversos eventos no Largo durante o ano, destacando-se a sua presença sobretudo durante a noite. Estes são tendencialmente consumidores de bens ou serviços disponibilizados pelos imigrantes, atitude particularmente visível em alguns restaurantes nas imediações do Largo (observações próprias).

Este grupo de *gentrifiers* apresenta, de acordo com Rodrigues (2010) e Malheiros, Carvalho & Mendes (2012) comportamentos e atitudes muito diferentes dos imigrantes e dos grupos de moradores mais antigos, dificultando que haja uma verdadeira relação entre estes grupos. Valores religiosos e de consumo são muito diferentes, bem como os tipos de famílias (com famílias monoparentais e indivíduos que vivem sós). Os amigos e o lazer ocupam por norma um papel mais relevante na vida dos *gentrifiers* que dos restantes grupos (Malheiros, Carvalho & Mendes, 2012:115). Também em observações foi visível a existência maioritária deste perfil nos espaços de lazer e com frequência com grupos de amigos alargados, ao contrário da população imigrante que usava o Largo mais como espaço de passagem ou para estar nos bancos públicos.

Existem então estilos de vida e tenções entre os diferentes moradores. Contudo existem alguns pontos de contacto entre estes diferentes grupos que promovem o diálogo: 1) a comunidade imigrante encontra os seus diálogos com os restantes grupos, sobretudo transportando a sua herança cultural para situações económicas e profissionais, apresentando-se a multiculturalidade como um ponto que fortalece relações⁷³ - nas observações realizadas foi visível que efetivamente existe uma participação destas comunidades em vários momentos, na sua maioria inseridos em situações do sector cultural, participando nomeadamente em espetáculos (promovidos por entidades públicas ou nos espaços que abriram no Largo) e na gastronomia, com um local próprio ou então

⁷³ Na entrevista a um representante da Junta de Arroios o próprio insistiu na ideia de ser importante analisar a situação das comunidade do bairro do ponto de vista da Interculturalidade, uma vez que é relevante a relações que existem entre os diferentes moradores e atores.

com ligações a outros, desde cafés a eventos como a *Feira Intendente*; 2) a procura pelo bairro "de antigamente" e sua história é comum entre turistas, *gentrifiers* e população mais envelhecida (Bettencourt & Castro 2015:32), momentos em que a população é chamada a entrar em atividades ou a mostrar o bairro, alguns exemplos dessa situações foram antes apresentados, tornando-se relevantes para aproximar estes grupos.

Em ambos os casos enunciados o setor cultural acaba por assumir um papel relevante, porém apenas eficaz quando existe um esforço de mobilização de toda a comunidade. A nível da diversificação de públicos e da generalização do uso dos novos espaços do Largo ainda há um caminho a percorrer. Contudo, tentar inserir a população local através da real participação nos negócios ou atividades pode ser uma ponte para de futuro construir mais diálogos entre quem mora ou usa o Largo.

A área e os seus imóveis valorizaram significativamente, projetos como o Vila Intendente⁷⁴ denotam uma alteração no mercado imobiliário da zona, projetado como um empreendimento com prédios que serão totalmente reabilitados e com piscina no topo, os valores de venda são também elevados, com um T3 a custar 630.000€. Projetos que à semelhança do hotel Villa Santa Ana fazem prever a mudança de espaços de luxo para o Intendente, confirmando processos de gentrificação turística e gentrificação para o Largo.

São as limitações da lei do arrendamento, nomeadamente a impossibilidade de aumentar rendas para moradores com uma idade avançada, que acabam por controlar um pouco a saída dos residentes e a possibilidade de existirem mais projetos de luxo. De novo podemos estar perante um fenómeno de mudança destes residentes para a zona periférica, sem a consequência do esvaziamento do centro histórico como anteriormente, porém passam a existir zonas da cidade onde a maioria das pessoas estão alojadas de forma temporária, perdem-se relações de vizinhança e de ligação ao bairro e à sua história. Gradualmente as características sociais e de vivências que marcam um bairro podem ser perdidas.

⁷⁴ <http://www.casa-em-portugal.pt/empreendimento/5092374/vila-intendente-lisboa/>

Conclusão

Com a presente investigação procurei compreender os modos de mobilização da cultura por diversas entidades para reabilitar um espaço cuja história surge frequentemente associada a situações de marginalidade e problemas diversos do foro social. Na análise das intervenções sociais e urbanas, que para este espaço têm sido pensadas e implementadas, assumimos o conceito de cultura com um sentido duplo, por um lado, o sector cultural e os seus diversos retornos, por outro lado, a diversidade cultural como parte da identidade da cidade e do bairro.

Com o propósito de compreender esta problemática na cidade de Lisboa foi proposto o estudo do Largo do Intendente Pina Manique. Todavia, numa primeira pesquisa sobre os planos e projetos focados apenas neste Largo, rapidamente se tornou evidente a necessidade de ampliar a escala de análise para o bairro onde este se insere e com o qual mais diretamente interage, pois os planos de reabilitação propostos pela CML são direcionados para o bairro da Mouraria, emergindo nestes as propostas de intervenção para o Largo. Deste modo, foi necessário começar por uma análise do bairro, a sua evolução e dinâmicas recentes, que permitiram compreender a génese deste território e as causas que explicam a sua conotação como bairro marginal, segregado territorial e socialmente. Desde sempre, um bairro que acolheu população imigrante ou “excluída” da cidade, que beneficia de uma localização central com habitações a preços acessíveis, resultado das fracas condições de habitabilidade.

As primeiras leituras e análise de bibliografia, programas e projetos e dados estatísticos permitiram compreender que o Largo fazia parte do bairro da Mouraria, partilhando com este características comuns e que confirmavam a sua posição de "ghetto" no coração histórico de Lisboa. Os problemas que marcam o bairro advém de uma prolongada falta de atenção e intervenção real no espaço construído. Socialmente a saída de muitos moradores para a periferia diminuiu valores imobiliários e simultaneamente situações de marginalidade e comportamentos de risco foram aumentando.

Lançado em 2012 pela CML, o Plano de Ação para a Mouraria tentou contrariar o caminho que o bairro estava a assumir. Entre as diferentes ações e parcerias estabelecidas destaca-se a importância dada à cultura, tentando valorizar o cosmopolitismo do bairro e promover eventos culturais públicos. O Largo e o compromisso de reabilitação ganhou força com a

mudança do gabinete do presidente da câmara para o espaço, muitos projetos privados surgem após esta mudança e os melhoramentos planeados no Plano de Ação, quando são criadas algumas condições urbanísticas e se começa a sentir alguma segurança no sucesso dos investimentos.

As mudanças dos últimos cinco anos foram bastante significativas, visíveis na renovação da oferta comercial e cultural do Largo, e alterando também a imagem negativa que lhe esteve associada durante décadas. A reabilitação do espaço público aliada a uma vontade política de intervir de forma duradoura no local constituíram uma primeira etapa. Todavia seria o investimento privado de quem acreditava na mudança do espaço que marcaria a alteração definitiva da imagem do Largo e lhe permitiria ir ultrapassando a carga negativa que sempre lhe esteve associada. Novos espaços foram abrindo, com uma forte ligação às comunidades étnicas que marcam a paisagem daquele lugar, mas também a oferta de uma programação cultural irá atrair muito público em diferentes momentos do dia.

Os projetos públicos e privados, bem como o compromisso político e a aposta que muitos fizeram no Largo foi decisiva na mudança, de um território de segregação e imagem negativa em relação a quem o frequentava passou a assumir-se como um local atrativo na cidade que em alguns momentos do dia ou da semana não chega para todos. As notícias em jornais passaram de um tom negativo para palavras muito positivas em relação ao “Intendente renovado”. As observações e entrevistas realizadas constroem a imagem de um local com uma oferta cultural forte e onde os projetos são inovadores, uma nova maneira de fazer cidade. Porém, apesar de muitos sucessos, os problemas sociais não desapareceram por completo, são hoje menos visíveis, vivendo-se num clima menos conflituoso entre os diferentes grupos e funções que utilizam os espaços.

Esta viragem na atenção dada ao bairro levou à abertura de novos espaços, em grande parte apoiados por outros programas da CML. Para o Largo estes projetos apresentam uma programação cultural que procura ser diversa e tenta encontrar pontos de contacto com a população autóctone e a diversidade cultural que marca muitas comunidades.

O futuro do largo mantém-se hoje em aberto, a reabilitação conseguiu ter resultados positivos a curto e médio prazo, sem sinais aparentes de um retrocesso ao ponto em que se encontrava antes da intervenção. Todavia hoje surgem outros fenómenos que ameaçam

mudar a imagem e as características do Intendente, possivelmente afastando projetos que cresceram no Largo. A gentrificação turística e não turística é um assunto que tem sido abordado em relação a vários espaços da cidade, apesar de ainda não ter afetado significativamente o Largo em causa. Com efeito, os novos valores imobiliários e o tipo de hotéis e oferta de alojamento a preços elevados tem vindo a ser mais significativa desde o início de 2016. Consequentemente comunidades economicamente mais frágeis, como os imigrantes ou população mais envelhecida poderão ser afastados da zona, ao mesmo tempo que a classe artística e a classe média mais baixa será impossibilitada habitar naquele bairro.

Paralelamente à imagem que foi criada, como um espaço de oferta cultural alternativa, potencializada por empresas públicas e privadas que acreditaram no valor do setor cultural para a reabilitação urbana e social, assistimos a uma alteração da imagem do espaço habitado por classes sociais mais altas e/ou por turistas. Por consequência quer os eventos culturais que fizeram renascer aquele espaço, quer os espaços de comércio e serviços, acabarão por se mudar daquele território ou alterar comportamentos as dinâmicas que têm tido até hoje um impacto muito significativo na nova centralidade daquele espaço na cidade.

Anexos

Anexo A

Mapa - Alteração das Juntas de Freguesia em Lisboa (2012)

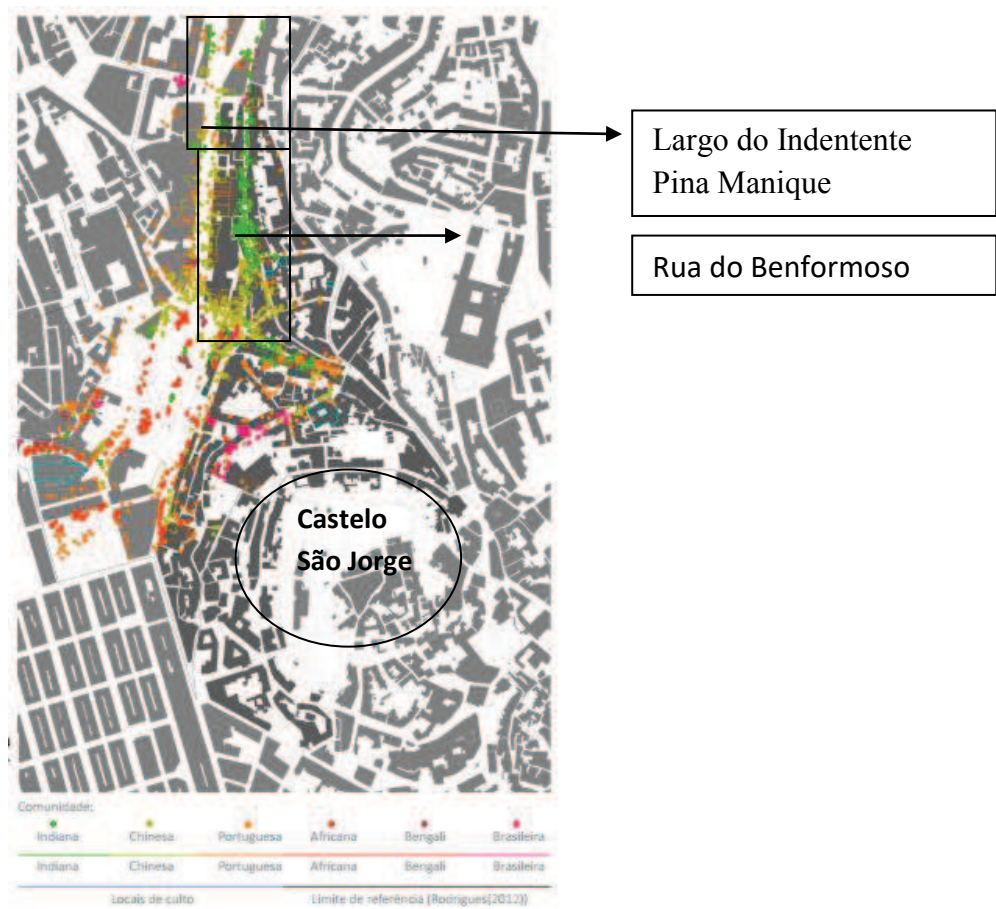
Fonte: <http://www.publico.pt/temas/jornal/e- agora- quem- manda- aqui- 27070244>



Anexo B

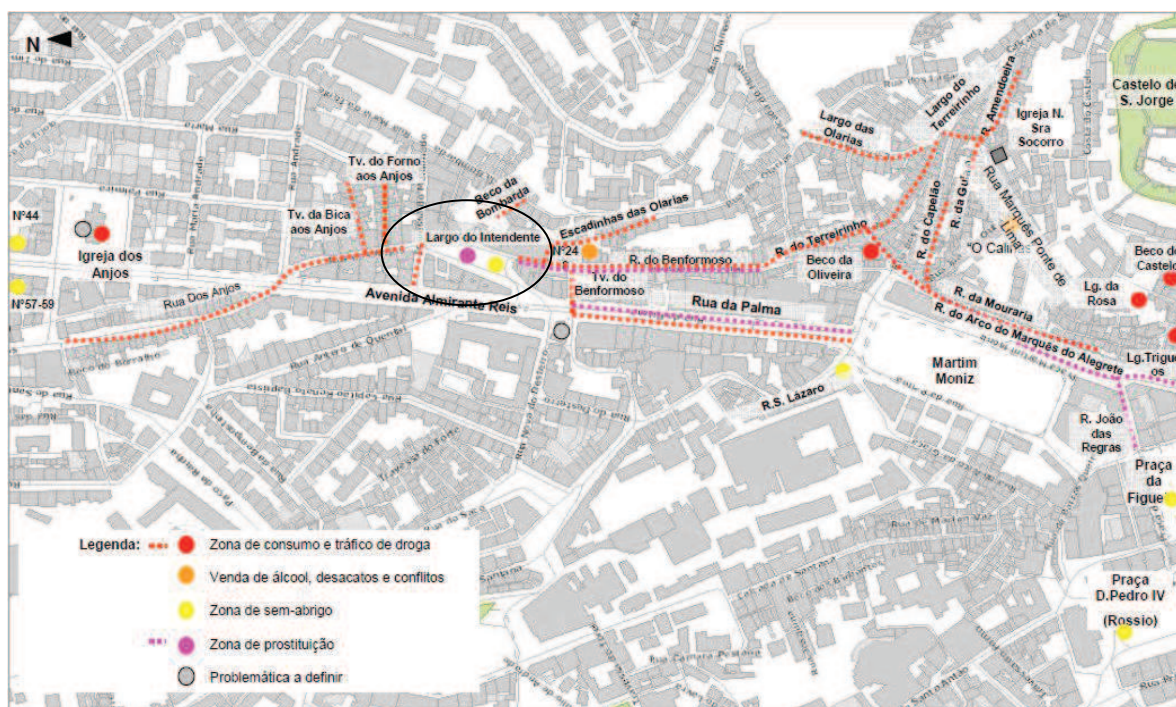
Mapa 1- Distribuição dos imigrantes por nacionalidade na Mouraria.

Adaptado de: SILVA, Vanessa Vieira da (2013), *Vida e espaço público num bairro histórico de Lisboa: usos e apropriações dos Largos da Mouraria*, [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, dissertação de mestrado.



Mapa 2 - Diagnóstico Social da Mouraria: Principais problemáticas sociais identificadas (2010) - georeferenciação.

Fonte: Plano de desenvolvimento Comunitário da Mouraria (2012)



Mapa3 - Mapa indicativo da percentagem de população com idade superior a 65 anos.

Fonte: SILVA, Vanessa Vieira da (2013), *Vida e espaço público num bairro histórico de Lisboa: usos e apropriações dos Largos da Mouraria*, [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, dissertação de mestrado. Planta realizada a partir dos dados dos Censos de 2011, por subsecções, do INE.



Anexo C

Anexo C1 - O ARTIGO 65º Da Constituição da República Portuguesa (PARTE I - Direitos e deveres fundamentais TÍTULO III - Direitos e deveres económicos, sociais e culturais)

1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.

3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

4. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística.

5. É garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território.

Despacho n.º 1321/2015

Declaração de Utilidade Pública

A Associação Renovar a Mouraria, pessoa coletiva n.º 508519667, com sede em Lisboa, vem prestando, desde 2008, um relevante contributo à comunidade onde se insere desenvolvendo, na zona da Mouraria, diversas atividades de revitalização do tecido social, de integração das diversas comunidades migrantes presentes no bairro e de atração de turistas mediante a apresentação de uma oferta diversificada que vai desde a promoção de concertos à organização de jantares temáticos e de visitas guiadas a locais de interesse e também à realização de oficinas diversas envolvendo a população local e promovendo e valorizando as suas tradições.

Coopera com diversas entidades, entre as quais se destaca a Câmara Municipal de Lisboa, mas também com o Agrupamento de Escolas Gil Vicente, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com a Associação Turismo de Lisboa e com diversas associações locais.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação n.º DAJD/22/2015, do processo administrativo n.º 116/UP/2013 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, declaro a utilidade pública da Associação Renovar a Mouraria, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de dezembro.

27 de janeiro de 2015. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

208410816

Anexo D

Anexo D1 - Dados avaliados pelo BIP-ZIP por dimensão

Fonte: *Relatório de Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP* (2010)



Anexo D2- Cálculo do Índice Social

Fonte: *Relatório de Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP* (2010)

Indicadores considerados:

Concentração da população não empregada = $\frac{\text{População residente} - \text{indivíduos residentes empregados}}{\text{Total de população residente}}$

Concentração da população residente menos qualificada = $\frac{\text{População residente com estudos até o 9º ano}}{\text{Total de população residente}}$

Anexo D3 - Cálculo do Índice Urbano

Fonte: *Relatório de Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP* (2010)

Indicadores considerados:

Taxa de esforço de recuperação de edifícios = $\frac{\text{necessidade de reparação média} + 2x \text{ necessidade reparação grande} + 3x \text{ edifícios muito degradados}}{\text{Total de edifícios clássicos de residência habitual}}$

Concentração de alojamentos vagos = $\frac{\text{Alojamentos vagos}}{\text{Total de alojamentos}}$

Idade média dos edifícios = $\frac{E1919 \times (2010-1919) + E1945 \times (2010-1945) + (\dots) + E2001 \times (2010-2001)}{\text{Total de edifícios}}$

Anexo E

Gráfico redondo das diferentes nacionalidade no território da Mouraria.

Fonte: Gentonies, 2012



Anexo F

Mapa 1- Mapa da Programa de Ação (PA) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) da Mouraria – ‘As cidades dentro da cidade’

Fonte: Site Ai Mouraria



Mapa 2 - Geografia da Mensagem de António Costa

Fonte: Estevens (2014:285)



Mapa 3- Rede dos programas que contemplaram a Reabilitação da Mouraria

Fonte: Estevens, 2014:300



Anexo G

Princípios importantes a respeitar para o PDCM (2012:15)

- Crenças evidenciadas pelo grupo de parceiros - Princípios importantes:

- A importância da autonomia e a liberdade (de escolha) das pessoas e comunidades
- Adotar uma estratégia de promoção do sentimento de segurança assente no uso colectivo do espaço público, descentralizada e assente nos cidadãos, e não tanto em forças de segurança e na repressão
- Promover o acesso aos equipamentos existentes e reconhecer as actuais responsabilidades (por ex. dos serviços públicos) e as actuais respostas no terreno (por ex. das instituições sociais e Juntas de Freguesia), e não tanto promover a proliferação de novas respostas e projectos
- A participação ou processos de desenvolvimento “de-baixo-para-cima”
- A adopção de modelos de intervenção holísticos, integrados, globais e não sectoriais ou estanques
- As parcerias e a optimização dos recursos disponíveis
- A possibilidade de uso do espaço e dos equipamentos públicos de forma acessível e criativa
- A especificidade/adaptação das respostas face aos diferentes problemas e públicos-alvo
- A avaliação permanente da eficácia das respostas no combate à exclusão e na promoção do bem-estar
- A valorização da diversidade e dos recursos e saberes locais ou endógenos
- A inovação e o empreendedorismo na resposta aos desafios sociais

Anexo H

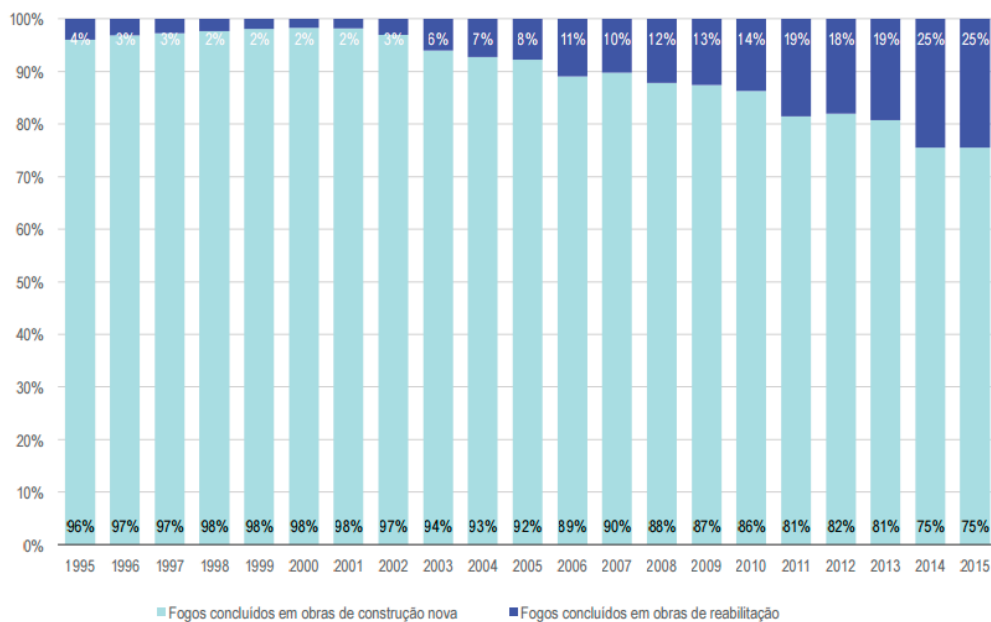
Distribuição dos Fundos do programa PIPARU

Fonte: Estratégias de Reabilitação Urbana de Lisboa, 2011-2024

| Repartição Encargos por tipo de intervenção | | | | TOTAL |
|--|---------------|-----------------------|--------|----------------------|
| ESPAÇO PÚBLICO 25.448.540 € | 21,71% | Espaços públicos | 16,47% | 19.305.040 € |
| | | Espaços verdes | 5,24% | 6.143.500 € |
| EQUIPAMENTOS 50.304.727 € | 42,92% | Escolar | 16,44% | 19.272.874 € |
| | | Cultural | 15,42% | 18.075.124 € |
| | | Diverso | 11,05% | 12.956.729 € |
| EDIFÍCIOS HABITACIONAIS 36.041.062 € | 30,75% | Propriedade municipal | 25,54% | 29.936.992 € |
| | | Propriedade privada | 5,21% | 6.104.070 € |
| DEMOLIÇÕES | 4,62% | | 4,62% | 5.416.050 € |
| TOTAL | | | | 117.210.379 € |

Anexo I - % de Fogos construídos e de fogos reabilitados

Fonte: Apresentação de Fundo Nacional de Reabilitações do Edificado



Anexo J

Cartaz do Festival "Largos da Mouraria"

Cartaz do Festival "Largos da Mouraria" com programação detalhada e logótipos de parceiros.

Largos da Mouraria

Mapa dos locais: Largo do Intendente, Largo da Severa, Largo da Rosa, Largo da Achada.

4/5 Quinta/Sexta 21h30
Teatro
Largo da Achada
Romancero Gitano
A partir da obra de Federico Garcia Lorca, um espectáculo com encenação de António Pires.

6 Sábado 21h30
Música
Largo do Intendente
Diabo na Cruz
Os Diabo na Cruz confirmam-se como um dos mais criativos, inovadores e estimulantes projectos de música que se faz actualmente em Portugal.

7 Domingo 10h–20h30
Largo do Intendente
Dinamiza Mouraria Associação Cultural
Gaiteros pelas ruas da Mouraria: Inauguração da exposição Mouraria, Almooço "musicado", d.e.m., encontro em movimento, Roundabout L.V., Tocadores da Escola de S. Brás, Pado, Cabace, Aldo Mita & Cia, Vasco Hernandez & Cia, Guimada com espectáculo de fogo.

4/5 Quinta/Sexta 21h30
Teatro Largo da Achada
Romancero Gitano

6 Sábado 21h30
Música Largo do Intendente
Diabo na Cruz

6, 13 Sábado 20h–22h (pelo concerto)
20, 27 Música Bares do Intendente
Noites (I)

7 Domingo 10–20h30
Largo do Intendente
Dinamiza Mouraria Associação Cultural

Logótipos: LISBOA, EGEAC, Pôr, AR, E, ATCO, RTP.

Julho
Sempre a andar

Anexo K

Relatos antigos

K1-Júlio de Castilho in Neves, E. A., Do Sítio do Intendente. Lisboa: Amigos de Lisboa, 1950, p.5

Fonte: Mota, 2015:41

“Gente, animais, focinhos e caretas, Pés e patas, caleches e carrões. Cavalos, burros, vacas e peões, Saloios, cidadãos, pretos e pretas.

Tudo isto com berros e trombetas, Discorde como o viver dos furacões, Um cem cessar de rodas e pregões,

Um Valpúrgis de carros e carretas. Sobre isto ainda avulta, acre e vivaz,

O maço d’um latoeiro, impertinente Noite e dia a bater, zás-trás, zás-trás.

E que é isto? Perguntas certamente; O dia de juízo pensarás. Enganas-te – é o Largo do Intendente.”

K2- Relato de «EPISÓDIOS NO "LARGO DO INTENDENTE" NO FINAL DO SÉCULO XX (1)»,

Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhisteria.blogspot.pt/2015/05/largo-do-intendente-pina-manique-vi.html>

"Uma reportagem que o "JORNAL INDEPENDENTE" publicou em 12 de Junho de 1998, escrita pelo grande jornalista «LUÍS PEDRO CABRAL».

"No dia anterior aquilo mais parecia um "FAR-WEST". Na "RUA DO BENFORMOSO" e "INTENDENTE", havia polícia em tudo o que era canto, um movimento pouco habitual para uma véspera de 10 de JUNHO. Nas dezenas de BARES que proliferam neste sítio, o ambiente era o de sempre. Tal como os residentes do bairro, os "habitiés" parecem já imunes às grandes cenas de pancadaria, às vezes da pesada, que estalam no calor da bebida à mínima faísca de provocação. A porteira do "MOURO BAR" estava de avental e roupa branca, a destoar com as suas carnes mais do que generosas. E com a grossa cortina vermelha por trás. Lá dentro encontrava-se a sua irmã gémea, acomodada num dos incómodos lugares em frente ao balcão. Pousou um olhar intrigante e atento nas caras novas que acabavam de entrar e lançou de imediato a primeira informação: "MEUS QUERIDOS, A "BEJECA" É A 350 PAUS". Só estava um cliente no estabelecimento, bem atestado, por sinal. Ao fundo do bar, sobressai uma máquina de dados electrónicos. Um pouco antes, sem nunca abdicar de umas quantas mesas, improvisou-se uma pista de dança. Dá-se pela sua existência por ser onde "aterra" uma mistura de luzes berrantes, que brotam de uma bola de espelhos a cair de podre. Um cliente, desconfiado de que a polícia tinha escolhido o mesmo bar, quis sair de imediato. Mas a empregada de mesa, também dama de companhia, agarrou-o por um braço, antes que este tombasse para o vácuo. Por muito que tentasse não conseguiu convencer o homem de que não estaria para acontecer ali uma rusga. Ela própria não estava muito certa. À cautela, foi debitando o seu sorriso desdentado para manter alguma ordem no estabelecimento, o que não conseguiu. A música, na circunstancia, não estava a ajudar. Mais uma cerveja ali para o senhor que ia tropeçando, que precisava equilíbrio para sair. Antes de o "MOURO BAR" ficar às moscas, eis que penetra um trio ruidoso em formação

ordenada. O da frente tinha uma boina, camisa às riscas, um "pullover" azul às costas. Este cliente não parecia no seu elemento. Mas o mesmo não acontecia com os outros, que cumprimentaram o dono da casa e as respectivas meninas como já se conhecessem de outras noites.

No "MOURO", tal como nos outros locais da especialidade, não se deu muita importância ao facto de nem há um dia terem andado aos tiros mesmo em frente à sua porta. "Acontece", comenta a porteira, também já não seria a primeira vez que acontecia com clientes da casa. às vezes, basta que um homem dedique um olhar mais prolongado à acompanhante de outro.

Outras, nem é preciso tanto.

NICOLAU tinha 17 anos, fumava SG filtro e já completara o ensino preparatório quando conheceu a "ISILDA", que já atingira a maioridade e um estado de adição à heroína que deixou de ser segredo. Os amigos, esqueceram-na. Os seus pais, antes que desaparecesse o que ainda restava de valioso em casa, deram-lhe ordem de despejo. Que voltasse quando estivesse livre da droga. "ISILDA" conheceu um rapaz, 15 anos mais velho, que compreendia bem a situação em que ela se encontrava. "Já tinha passado pelo mesmo", diz. Aceitou o convite para experimentar num bar. O seu homem movimentava-se ali com grande à vontade. Através dele "ISILDA" conheceu outras raparigas como ela, conheceu homens sem fim, bêbados, drogados, técnicos de Contas, empregados de escritório, estivadores, camionistas, ladrões da pior espécie, até polícias".

Anexo L

Fotografia 1 - Atual Casa Independente, fotografia de 1911

Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2015/01/antigamente-109.html>



Fotografia 2- Atual Casa Independente, de 1964.

Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2015/05/largo-do-intendente-pina-manique-vi.html>



Fotografia 3 - atualmente Loja Viúva Lamego (antiga parte da fábrica) , LARGO residências, O das Joanas e a Loja Vida Portuguesa, 191_

Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2015/05/largo-do-intendente-pina-manique-v.html> Foto de Joshua Benoliel



Fotografia 4- Intendente fábrica Viúva Lamego, de 1961

Fonte: <http://aps-ruasdelisboacomhstria.blogspot.pt/2015/06/largo-do-intendente-pina-manique-xi.html>



Fotografia 5 - Entrada rua Benfornoso e Largo do Intendente Pina Manique - (191_)

Fonte: Joshua Benoliel, cedido por loja Vida Portuguesa numa entrevista



Anexo M

Fotografia 1- Fotografias de Obras de reabilitação, Março 2012

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1210815&page=3>



Anexo N

Fotografia da Destruição da Praça da Figueira (1949)

Fonte: Arquivo Fotografico de Lisboa

"A demolição do mercado da Praça da Figueira condicionou a construção de um outro na zona da Baixa, tendo-se escolhido o local situado junto à Rua da Madalena e foi construído no triângulo limitado pela Rua das Atafonas, Calçada do Marquês de Tancos e Largo do Chão do Loureiro. A parte central deste triângulo estava primitivamente ocupada por um amontoado de casas velhas e insalubres, em precário estado de conservação. No novo arranjo urbanístico do local os arruamentos limitrofes atrás mencionados mantêm-se depois de convenientemente regularizados e alargados".

CML, 1950: 156



Anexo O

O1 - Mapa do atual Largo e estabelecimentos abertos desde 2012



Legenda:

Espaços Culturais/comerciais, abertos entre 2012-2016

Alojamentos para turismo, abertos entre 2012-2016

Alterações no espaço público pelo PA em 2012

Espaços que abriram antes de 2012

O2 - Fotografia dos espaços sinalizados

Fotografia 1 - Sport Clube do Intendente



Fotografia 2- Casa Independente



Fotografia 3 - Café O das Joanas



Fotografia 4 - Loja A Vida Portuguesa



Fotografia 5 - Next Hostel (entrada Avenida Almirante Reis)



Fotografia 6 - Culture Guest House (entrada Avenida Almirante Reis)



Fotografia 7 - Hotel ainda por abrir (Villa Santa Ana)



Fotografia 8 - LARGO Residências



Fotografia 9 - Alterações no espaço público



Anexo P

Projeto para a residência Erasmus no Intendente

Fonte: Boaventura, Inês (25.032014), *Vai nascer uma residência de estudantes no Intendente*, jornal Público



Anexo Q

Celebração do ano novo chinês, 30 janeiro de 2016

Fonte: Facebook oficial da Junta de Freguesia de Arroios



Anexo R

Fotografia da Feira Intendente (fotografia própria)



Anexo S

Plano estratégico para o turismo na região de Lisboa 2015-2019

Fonte: Turismo de Lisboa (2014)

Lisboa apresenta uma oferta cultural muito forte, complementada pela gastronomia, *shopping* e *nightlife*



Principais activos da centralidade de Lisboa

| Cultura | MI | Cruzeiros | Eventos |
|--|--|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> > Mosteiro dos Jerónimos > Castelo de S. Jorge > Torre de Belém > Coleção Berardo > Centro Cultural de Belém > Museu do Azulejo > Museu dos Coches > Museu da Electricidade > Padrão dos Descobrimentos > Fundação Calouste Gulbenkian > Museu Nacional de Arte Antiga > Palácio Nacional da Ajuda > MUDE > Museu do Oriente > Centro de Arte Manuel de Brito > Complexo de Mafra – Basílica, Palácio e Tapada > Complexo Palácio e Jardins do Marquês de Pombal > Cristo Rei > Fragata D. Fernando e Glória > Palácio do Correio Mor e dos Arcebispos > Mosteiro de São Dinis > Museu da Marinha | <ul style="list-style-type: none"> > Centro de Congressos de Lisboa > Centro Cultural de Belém > Hotéis <p>Gastronomia</p> <ul style="list-style-type: none"> > Pastéis de Belém > Restaurantes > Casas de Fado <p>Shopping</p> <ul style="list-style-type: none"> > Av. da Liberdade > Chiado > Castilho <p>Náutica</p> <ul style="list-style-type: none"> > Doca de Pedrouços > Marina de Lisboa: <ul style="list-style-type: none"> – Doca de Sto Amaro – Doca de Belém – Doca do B. Sucesso – Doca de Alcântara > Marina do P. Nações > Marina de Oeiras > Vela e <i>Wakeboard</i> | <ul style="list-style-type: none"> > Terminal de cruzeiros <p>Nightlife</p> <ul style="list-style-type: none"> > Bairro Alto > Cais do Sodré > Santos <p>Golfe</p> <ul style="list-style-type: none"> > Aroeira I e II > Aldeia dos Capuchos > Quinta dos Alcoutins <p>Surf</p> <ul style="list-style-type: none"> > Reserva de <i>surf</i> da Ericeira > Costa da Caparica <p>Enologia</p> <ul style="list-style-type: none"> > Vinho de Carcavelos > Vinho de Bucelas > Rota dos Vinhos de Bucelas, Carcavelos e Colares | <ul style="list-style-type: none"> > Volvo Ocean Race > Rock in Rio > Peixe em Lisboa > Festas de Lisboa > NOS Alive > EDP Cool Jazz > Portugal Open > Caixa Alfama > Festival do Caracol Saloio > Corrida do Tejo > Programação do CCB <p>Outros</p> <ul style="list-style-type: none"> > Casino de Lisboa > Oceanário > Jardim Zoológico > Terreiro do Paço > Baixa Pombalina > Rua Augusta > Lisbon Story Center > Estádio do Jamor > Aqueduto das Águas Livres > Fáb. de Pólvora de Barcarena > Parque dos Poetas > Aquário Vasco da Gama |

Havia ainda vários casos de sem-abrigo nos três espaços (largo do Intendente, Almirante Reis e Travessa do Cidadão João Gonçalves). Outras situações de marginalidade, como prostituição ou tráfico de droga, não são visíveis. Sendo ainda visível o patrulhamento a pé das ruas.

No espaço da Casa Independente verificamos que a faixa etária das pessoas que frequentavam o espaço era entre os 18 e 40 anos. Na sua maioria eram portugueses, porém haviam alguns estrangeiros também no espaço, visível por comunicarem noutras línguas, não se sabendo se eram turistas, imigrantes ou estudantes Erasmus.

Quando o local fechou as pessoas dividiram-se entre apanhar um táxi ou sair da praça em direção sobretudo a praça do Martim Moniz e depois ao Rossio. O que nos permite dizer que, provavelmente estas pessoas não habitam na Praça do Intendente ou no Bairro da Mouraria, usando aquele espaço como um espaço de atividade noturna.

19-11-2015 (Quinta-feira)

Dia 16h-18h - café O das Joanas

O largo é sobretudo usado como espaço de passagem de crianças, acompanhadas muitas vezes de adultos e idosos, provavelmente por ser hora de término das aulas e muitos passam no largo para ir para casa, sendo provavelmente moradores do bairro, por vezes é visível que param para conversarem ou ainda se cumprimentarem.

Estas pessoas usaram pouco os espaços do largo, no geral as esplanadas e cafés tem pouca gente. Em diferentes passagens este mês foi visível que existia pouca gente sem ser de passagem ou a usar brevemente os espaços, possivelmente por causa do frio e da chuva que torna estes espaços menos atrativos. Sendo o O das Joanas relativamente pequeno, cerca de 20 lugares dentro do estabelecimento, tem apenas algumas pessoas que passam para beber café, na sua maioria parecem do bairro e que tem alguma familiaridade com o pessoal que trabalha na casa, sugerindo que usam o café com alguma frequência.

A polícia é sempre vista na zona.

27-11-2015 (Sexta-feira)

Dia 17h-19h - No café LARGO

Nas tardes de inverno é pouco frequente ter pessoas a usar a esplanada, as pessoas usam este largo como espaço de passagem e por vezes param para conversar com algumas pessoas, provavelmente vizinhos. Em direção a rua do Benfornoso, onde domina o comércio e serviços étnicos uma rua frequentada maioritariamente por imigrantes é comum. Ainda, é frequente ver homens de origem Indiana ou do Bangladesh, que em vários momentos usam o Largo como local de passagem apenas, não sendo comum frequentarem os espaços, sendo pouco comum ver mulheres apesar de quando vistas é também de passagem e muitas das vezes acompanhadas com crianças.

Dentro do café estão algumas pessoas, algumas a trabalhar em computadores e alguns grupos a conversar, não sendo compreensível se são pessoas do bairro ou não, mas que usam o espaço de forma relativamente prolongada.

Por volta das 19h a iluminação da rua já foi ligada, notando-se importância que foi dada em iluminar bem o largo no seguimento do processo de reabilitação, bem como policiamento constante. A esta hora são ainda vistos sem-abrigo na Almirante Reis. Casos de prostituição ou tráfico de droga não são visíveis no largo.

A entrada para o metro do Intendente continua com uma iluminação relativamente fraca, sendo corredor relativamente escuro, com as paredes escurecidas e com pouco movimento, o que cria algum sentimento de insegurança.



15-12-2015 (Terça-feira)

Manhã 10h-12h- Café LARGO

Existe muito pouco movimento durante estas horas em dias de semana, por norma quando passo no largo nas manhãs de fim-de-semana são vistas mais pessoas. É sobretudo população mais idosa, muita de passagem e outros que vão para o Clube Desportivo do Intendente (um antigo espaço do largo).

19-12-2015 (Sábado)

Noite 21h-24h - Casa Independente

Na rua é vista pouca gente, porém existe polícia de forma permanente e uma iluminação forte, no entanto é notório que as ruas perpendiculares ao largo têm uma iluminação mais fraca e o movimento é bastante reduzido. Durante a noite é possível ver alguns sem-abrigo, nomeadamente nas ruas mais estreitas que saem do largo para a Mouraria ou Graça e na Almirante Reis e Rua da Palma.

Dentro da Casa está bastante gente, era um concerto a pagar. O maior parte estava na faixa etária de jovens e adultos, existindo alguns estrangeiros entre o público que está na Casa.

Todavia durante a noite e nestes eventos pagos é muito raro ver membros das comunidades imigrantes ou população mais idosa que moram ali no bairro, quer na rua quer dentro dos espaços. A oferta cultural é alternativa e com alguma frequência a Casa está cheia, mas os preços (geralmente entre os 5 e 10 euros) acabam por ser de mais difícil acesso as pessoas em situação económica mais frágil, não sendo também certo que a oferta cultural é do interesse das comunidades neste caso.

30-01-2016 (Sábado)

Dia 15h -19h - Comemoração do Ano novo chinês (Rua)

Esta celebração marcou o fim de uma semana dedicada à cultura chinesa, promovida pela Junta de Freguesia de Arroios. Sendo esta freguesia da cidade de Lisboa muito marcada pela presença chinesa, como podemos observar pelas atividades comerciais e seus trabalhadores (lojas, restaurantes e mercados chineses), pela escola de condução que tem

aulas em mandarim e inclusive tem escrito em mandarim Escola de Condução numa parede virada para a rua Almirante Reis e ainda pelas pessoas que usam o espaço diariamente.

O ano novo chinês contou com o apoio da Junta de Freguesia, e outras entidades públicas estiveram também presentes no local, como visível nas fotografias temos a vereadora da cultura da Câmara de Lisboa, Dra. Catarina Vaz Pinto, e ainda a presidente da Junta Dra. Margarida Martins. Destacando-se aqui o envolvimento de entidades públicas neste tipo de comemorações e neste espaço da cidade, sendo um apoio a inserção da comunidade na cidade e ainda uma forma de aproximar o poder local da comunidade criando mais veículos de comunicação.

A Junta de Freguesia de Arroios, durante essa semana organizou sessões de cinema, exposições, amostras de cozinham e um desfile. Terminando a semana com um cortejo que passou pela Rua da Almirante Reis, teve uma passagem pela Praça do Intendente e depois pela Praça do Martim Moniz. Em todos os espaços é possível verificar que existiam várias pessoas que não eram de etnia chinesa, estando portanto no espaço para ver as atividade. Estiveram ainda envolvidos nos próprios festejos pessoas que também não eram de etnia chinesa, destacando aqui a atividade de demonstração de dos atletas da Escola de Kung Fu Hong Long. Também na Praça do Intendente houve uma mostra de comida chinesa e ainda exposição de peças de artesanato, pinturas e escrita chinesa.

Na Praça do Intendente podemos ainda verificar que os espaços abertos, como os cafés e a lojas tiveram muita gente durante a tarde, sendo por isso um evento vantajoso para os comerciantes locais.

Nos espaços da Praça do Intendente, final da Almirante Reis e Travessa do Cidadão João Gonçalves não foram durante aquelas horas visíveis casos de exclusão social. Contudo, tendo os locais registado uma afluência tão grande de pessoas estas situações podem também ser mais difíceis de observar.

21-02-2016 (Domingo)

Dia 15h -19h - Feira do Intendente e Rua dos Anjos (Rua)

Este evento é organizado por uma loja do bairro (Retrox Vintage), conta com o apoio da Junta de Freguesia de Arroios. Começou no ano de 2015, realiza-se todos os 2º domingos do mês, inicialmente apenas na Rua dos Anjos e nas últimas edições foi alargada a Praça do Intendente. Podendo ser encontradas as mais variadas coisas, desde roupa em segunda mão, acessórios de moda ou para a casa, livros e comida. Sendo as inscrições abertas.

Na Praça do Intendente durante a tarde pudemos observar pessoas de todas as faixas etárias e de diferentes etnias que estavam a comprar na feira ou que estavam apenas de passagem. Caso também visível entre os vendedores da feira, sendo que por observação não é possível saber se são ou não moradores do bairro.

Dentro do café "O das Joanas", onde muitos se acabaram entrar devido a chuva verificamos duas situações, a existência de turistas e ao mesmo tempo um ambiente de café de bairro, como podemos inferir quando uma cliente trata o senhor que está a servir pelo nome pedindo-lhe "um café para o Carlos".

Podemos ainda ver circular na praça pessoas com mapas e máquinas fotografias e ainda veículos Tuk-Tuk que fazem passeios pela cidade de Lisboa, permitindo compreender que aquele é um espaço interessante a nível do turismo na cidade.

Pontualmente foram vistas situações de exclusão social, destacando um grupo de pessoas na casa dos 50 anos com garrafas de vinho na mão e já visivelmente embriagados. Este grupo estava dentro do jardim Kit Garden da artista plástica Joana Vasconcelos, que se encontra no meio da praça, sendo difícil ver quem está sentado dentro do jardim devido à altura e à vegetação.

Havia um patrulhamento a pé da polícia.

Fotografias do dia, tiradas pela própria



10-03-2016 (Quinta-feira)

Dia 17h e 20h30

Existe pouco movimento na praça, é sobretudo usada para passagem para a rua do Benfornoso ou para outras ruas que obrigam a passar na praça para entrar. Os transeuntes eram de varias etnias, possivelmente moradores da zona, refletindo o numero elevado de etnias que habita no bairro da Mouraria. Havia ainda o uso da praça para praticar alguns desportos, nomeadamente um grupo de rapazes que estava a andar se skate na praça.

Existe algum movimento nos cafés, onde se ouvia falar sobretudo portugueses, havendo portanto poucos turista na zona naquele momento. Os frequentadores dos 2 cafés (Largo e O das Joanas) e da Casa Independente eram sobretudo jovens e alguns idosos que pareciam morar pela zona. No caso da Casa era possível ver jovens com computadores, que usam o espaço para trabalhar, e os restantes que usam o espaço eram sobretudo jovens de classe media e estudantes.

Numa conversa informal com uma trabalhadora da Casa, estudante de arquitetura, que começou a frequentar o espaço como cliente e depois acabou por ficar lá a trabalhar, acredita que a praça tem sofrido alterações significativas. Refere-se que alguns casos pontuais de problemas de exclusão social (nomeadamente alcoolismo e trafico de droga) são ainda visíveis, a prostituição é algo que já não se vê muito na zona. Esta refere ainda existir muito público na casa, sobretudo público que não habita na praça e de uma faixa

etária jovem, bem como muitos turistas, refletindo a importância que este novo movimento teve para a praça. Uma das preocupações que aponta é a construção de vários alojamentos na praça em prédios anteriormente devolutos, o que no futuro poderá ter consequências negativas, nomeadamente processos de gentrificação, uma vez que continua a morar algumas pessoas na praça e que os preços são ainda acessíveis para uma zona tão central.

Na rua, mais pelas 20h30, foi possível ver 2 casos de possível tráfico de droga, havendo trocas entre 2 pessoas de dinheiro por algo que não era possível ter a certeza do que se tratava. Nestes momentos não estava patrulhamento na rua e o movimento era reduzido.

No percurso da rua do Benfornoso, já fora da praça, verificamos que a rua é maioritariamente frequentada por homens, de várias idades e em grande maioria de países asiáticos, como Índia, Bangladesh e China, o que também é visível na maioria das lojas da rua (com restaurantes asiáticos, talhos Muçulmanos, etc), existe também uma mesquita num prédio. Um ambiente bastante diferente da praça do Intendente, numa rua que vai desde esta praça até a praça do Martim Moniz, parece ser uma rua pouco frequentada por portugueses, uma vez que mal se ouve falar português, e onde existiam casos de prostituição, sobretudo mais para o lado da praça do Martim Moniz. Aqui é menos visível o patrulhamento, que vemos nas duas praças.

13-03-2016 (Domingo)

Dia 15h-17h

Neste dia havia um evento na praça do Intendente, uma feira organizada por uma loja vintage que existe na rua. O número de vendedores era bastante elevado, como se vê nas fotografias a oferta era vasta e o número de bancas ocupava os dois lados da estrada, que tem acesso limitado, e que passa no meio da praça.

Com o evento andava muita gente na praça, de todas as idades. Pessoas de idade que provavelmente moravam nas imediações, tratando-se de uma zona que tem uma população envelhecida, e que estavam mais nos cafés, não representando os maiores compradores da feira. Também eram visíveis turistas, que passeavam de mapas e inclusive pediram indicações. Os jovens eram os principais atraídos pelas bancas que estavam montadas e pelos, sendo difícil compreender que estes habitavam ou não na zona. Era ainda possível

ver pessoas de várias etnias, mas que pareciam estar de passagem no local e que não davam muita atenção a feira.

Passavam ainda muitas famílias na praça e algumas crianças aproveitavam para praticar desportos, como jogar a bola ou andar de patins.

O caso dos vendedores segue mais ou menos esta tendência, os jovens eram em maior numero que as pessoas mais idosas, mas estas também existiam. E apenas existia uma vendedora de etnia indiana, que falava corretamente português, mas que conservava o traje típico indiano e vendia alguns produtos alimentares típicos.

Com este tipo de eventos existe sempre policia a patrulhar a praça.

O jardim, da autoria de Joana Vasconcelos, tinha um senhor a dormir lá dentro, provavelmente sem abrigo, e tinha uma garrafa de álcool no chão.





08-04-2016 (Sábado)

Manhã 10h-12h - Café O das Joanas

Os espaços públicos e privados do Largo tem muita gente, é visível que quando esta algum sol, existe maior afluência de pessoas ao largo, não sendo possível compreender se são do bairro ou se se deslocaram de outros locais.

São pessoas jovens e algumas crianças, que acabam por usar o espaço relativamente a vontade, até porque o trânsito automóvel é apenas numa pequena parte e é limitado. Existem algumas pessoas mais idosas dentro dos cafés e nas esplanadas, quase sempre acompanhadas por algum familiar ou amigo. São ainda vistos alguns turistas, com mapas na mão ou pousados nas mesas, que usam os cafés do largo. Continuam a existir homens da Índia ou Bangladesh que usam o espaço apenas de passagem.

15-04-2016 (Sexta-feira)

Dia 15h-18h

Existe patrulhamento da rua a pé.

Existe muita gente nas esplanadas e cafés, uma situação que parece normal com os dias de maior calor. As pessoas nos espaços são maioritariamente portugueses, e muitos são jovens, até por volta dos 30 anos.

É ainda visível nos espaços ver algumas pessoas mais velhas, existindo alguma afluência das pessoas desta idade ao clube do Intendente ou apenas sentados nos bancos que existem no largo.

No café LARGO existem alguns estrangeiros e o atendimento é feito em inglês quando solicitado. Apesar de se ouvirem outras línguas diferentes pela café e na esplanada, sendo línguas europeias, pelo menos metade dos turistas e/ou estrangeiros serão europeus. Situação possivelmente provocado por ser um espaço ligado ao LARGO residências.

Espaço que é também usado para trabalhar, com pessoas com portáteis, existindo wi-fi grátis em todo o café, existindo alguma confiança naquele espaço, uma vez que se vê pessoas a irem até a porta ou a casa de banho e que deixam o computadores sozinhos.

O metro do Intendente continua algo debilitado, com pouco luz e alguma sujidade, tendo pouco movimento.

O kit Garden não estava a ser utilizado, acabando por ser aqui um elemento mais decorativo. Ainda de acrescentar, que existe alguma arte urbana em edifícios que estão debilitados, em destaque o edifício que alberga o sport clube do Intendente

22-04-2016 (Sexta-feira)

Noite 23h-02h - Casa Independente

O Largo tinha bastante gente, estando abertos todos os estabelecimentos essa noite (LARGO, Casa Independente, O das Joanas e o clube desportivo do Intendente). Todos tinham música e muito movimento à porta.

Numa passagem rápida pelos 4 discriminados, eram frequentado por jovens e adultos, na sua maioria portugueses, mas também existiam estrangeiros sobretudo de faixas etárias mais jovens, possíveis estudantes ERASMUS.

No Largo mesmo eram pontuais a situações de prostituição. Porém são visíveis alguns sem abrigo, alguns com garrafas de álcool. Situações sobretudo visíveis ao longo da Rua do Anjos e no fim desta com a interceção com o Largo. Foi ainda visível dentro do Kit Garden situações de alcoolismo.

Existia ainda patrulhamento a pé, acrescentando o segurança a porta da Casa Independente, que seria responsável pelo controlo de quem entrava no estabelecimento.





04-05-2016 (Quarta-Feira)

Dia 18h-21h

O patrulhamento da policia a pé é sempre visível, como de outras vezes, existindo entre 2 a 3 agentes que circulam pela praça e zona circundantes.

A rua dos anjos, que termina no Largo, continua a ter ao início alguns cafés/tascas mais escuros. Muitas vezes frequentados por homens de etnias africanas, mas que falam português, sendo possivelmente imigrantes (1 ou 2º geração) vindos dos PALOP. Tendo ao fim da rua já próximo do Largo uma loja vintage, a responsável pela festa que acontece na rua e no Largo todos os 2º domingos de cada mês.

O trânsito automóvel continua a ser pouco no Largo. Sendo mais frequente motas ou bicicletas, que tem um lugar próprio para estacionar no início do Largo.

As duas esplanadas (LARGO e O das Joanas), continuam a ter muita gente ao fim da tarde, apesar de já não estar a bater o sol no Largo. Os restantes bancos do Largo ou espaços livres são usados por pessoas de todas as gerações e para diferentes atividades, algumas apenas conversando e miúdos que estão a jogar à bola, tendo acompanhamento de adultos.

As comunidades indianas e do Bangladesh são de novo muito visíveis a usar o Largo, mas sobretudo como local de passagem, sendo que aquela hora é raro ver mulheres daquelas comunidades, o que a horas da tarde é bastante comum. Sendo ainda, aquele Largo um local de passagem para muitas outras pessoas, por ser fim do dia, provavelmente pessoas que moram no mouraria ou na Graça e que passam pelo Largo para subir para os seus bairros.

Reparei que falta a placa da travessa que fica ao fim da rua dos anjos e sobe para a rua do bairro da Graça.

Pontualmente são visíveis casos de sem-abrigo, pedintes nas esplanadas. E apenas foi visível um caso de prostituição.

Muitos dos prédios continuam abandonados e em mau estado, durante aquele tempo não se viu ninguém a entrar ou a sair dos mesmos, sugerindo um total abandono. Tirando os locais comerciais e/ou culturais e a Junta de Freguesia, não se vêem muitos prédios habitados por moradores constantes.





14-05-2016 (Sábado)

Dia 17h-20h

Havia já muita gente nas esplanas, uma grande diferença em relação aos meses de inverno. São sobretudo faixas etárias mais jovens e famílias que usam estes espaços. Existem ainda crianças a jogar a bola no largo e por vezes pessoas que passam de bicicleta.

A afluência às lojas é alguma, quando entramos é visível que muitos dos compradores não são portugueses, falam outras línguas ou estão com mapas e máquinas fotográficas. Nestas é no entanto pouco visível a influência das comunidades imigrantes que moram no bairro, os produtos são portugueses e também os trabalhadores são portugueses, se nos cafés e espaços culturais existem marcas de várias formas dessa influência (nos eventos, nos trabalhadores, nos produtos alimentares ou mesmo na decoração), aqui essa marca não existe.

No entanto existe uma forte ligação ao bairro, na Vida Portuguesa esta sempre disponível o Jornal de Arroios e outras publicações locais.

19-05-2016 (Quinta-feira)

Noite 20h-24h - café LARGO

De uma série de concertos que o LARGO organizou este mês, todos eles com um artista que tocava música típica de países de origem de moradores no bairro da Mouraria (Cabo-Verde, Brasil e França).

Neste dia foi um artista de homenagem a Chico Buarque, o único dia que não era apenas dedicado à música de um país. O concerto tinha pessoas sobretudo portuguesas e brasileiras, sem saber se são efetivamente moradores do bairro ou de bairros próximos, eram fundamentalmente adultos e alguns jovens.

Na rua estava também muita gente e era visível algum movimento na Casa Independente.

25-05-2016 (Quarta-feira)

Dia 18h-20h

As esplanadas do Largo tem muita gente, sobretudo de uma faixa etária mais jovem e que estão nos espaços um período de tempo prolongado.

Continua a ser visto policiamento constante e não vistas situações de comportamentos de risco.

03-07-2016 (domingo) e 07-07-2016 (sábado)

Dia 12h-20h - Festas "Intendente em festa"

O largo teve muita gente neste dia, atraídos pelas diversas atividades que foram promovidas naquele espaço, foi uma programação bastantes extensa e durante vários períodos do dia. Alguma da oferta estaria ligada a muitas das atividades que foram sendo promovidas ou tidas como parceiras na reabilitação como a Companhia Limitada ou a Orquestra Geração.

Muitas das atividades mobilizaram moradores do bairro que participaram como público e como artistas em alguns dos casos. O público era bastante diversificado, neste caso não estavam sobretudo jovens portugueses, mas estavam pessoas de todas as faixas etárias e ainda pessoas das comunidades imigrantes, sobretudo a assistir as propostas varias daquele evento.

Situação que se voltou a repetir no mesmo contexto no dia 16 desse mês, continuando o "Intendente em festa", as propostas eram varias, mais uma vez ligando-se a comunidade, aqui destacando uma atividade que atraiu muitas pessoas que era uma mostra de capoeira, ligando-se aqui a comunidade brasileira da zona. No dia seguinte, dia 17, cativou a meu interesse uma mostra de dança Bollywood, ligada a comunidade indiana, e que também teve bastantes pessoas de variadas comunidades e faixas etárias.

Em pesquisa concluí que as entidades programadoras eram espaços do Largo (Casa Independente, Largo Residências, bike.POP Mob - espaço associativo, Retrox Vintage, A Rua dos Anjos SOU - Movimento e Arte e A Vida Portuguesa), contando com apoios de entidades públicas como Junta de freguesia de Arroios, a CML e a EGEAC. Todas as atividades eram de entrada gratuita, e quando analisado o programa é visível o esforço de ligar parceiros do projeto de reabilitação e as comunidades que marcam o local

Anexo X

Banda desenhada de Miguel Castro Caldas em conjunto com José Smith Vargas, de 2012, "Ópera(ções) na Mouraria".

Fonte: <http://ladroesdegado.tumblr.com/post/24678865385/%C3%B3pera%C3%A7%C3%B5es-na-mouraria>





Anexo Z

Guião das entrevistas

Guião *LARGO*

- 1- O que motivou a abertura deste espaço? Houve contactos prévios com associações locais e/ou moradores?
- 2- Apresenta diferenças da primeiro ano do projeto?
- 3- Qual foi a importância dos fundos Bip-Zip para o vosso projeto?
- 4- Considera que os residentes do bairro devem ser e incentivados a participação e uso destes novos espaços?
- 5- Quais podem ser as circunstâncias que surgem quando se tem um projeto num bairro com múltiplas nacionalidades e múltiplas culturas?
- 6- Qual a importância dos novos públicos?
- 7- Largo do Intendente Pina Manique tem sido um espaços que se alterou nos últimos anos. Recuando apenas 6 ou 7 anos a praça era associada a vários problemas de

gênese social, tráfico de droga, prostituição, etc. São visíveis as alterações? Temos problemas que persistem?

8- Prevê uma continuação da alteração do espaço do Largo?

Guião *O das Joanas*

- 1- O que motivou a abertura deste espaço?
- 2- Para além de uma função comercial, que outras este espaço assume?
- 3- Houve contactos prévios com associações locais e/ou moradores?
- 4- Quais podem ser as circunstâncias que surgem quando se tem um projeto num bairro com múltiplas nacionalidades e múltiplas culturas?
- 5- Existem diferenças em trabalhar hoje neste Largo em relação ao ano em que abriu?
- 6- Largo do Intendente Pina Manique tem sido um espaços que se alterou nos últimos anos. Recuando apenas 6 ou 7 anos a praça era associada a vários problemas de gênese social, tráfico de droga, prostituição, etc. São visíveis as alterações?
- 7- Prevê uma continuação da alteração do espaço do Largo?

Guião *A Vida Portuguesa*

- 1- Largo do Intendente Pina Manique tem sido um espaços que se alterou nos últimos anos. Recuando apenas 6 ou 7 anos a praça era associada a vários problemas de gênese social, tráfico de droga, prostituição, etc. São visíveis as alterações?
- 2- Temos problemas que persistem?
- 3- O que motivou a abertura deste espaço neste Largo?
- 4- Houve receios ou críticas quando decidiu abrir numa zona que ainda tinha alguns problemas sociais e de marginalidade?
- 5- Para além de uma função comercial, considera que este espaço assume outras funções/propósitos?
- 6- Quais podem ser as circunstâncias que surgem quando se tem um projeto num bairro com múltiplas nacionalidades e múltiplas culturas?
- 7- Prevê uma continuação da alteração do espaço do Largo?

Guião Junta de freguesia de Arroios

- 1- Largo do Intendente Pina Manique tem sido um espaços que se alterou nos últimos anos. Recuando apenas 6 ou 7 anos o Largo era associado a vários problemas de

gênese social, tráfico de droga, prostituição, etc. São visíveis as alterações? (Temos problemas que persistem?)(Quem usa hoje o espaço?)

- 2- Um dos problemas recorrentes deste tipo de intervenção é que os as situações/problemas muitas vezes tendem a deslocar-se para zonas próximas, considera que esta consequência foi visível após as mudanças nos intendente?
- 3- Quais podem ser as potencialidades e fragilidades que surgem quando se implementa um projeto num bairro com múltiplas nacionalidades e múltiplas culturas?
- 4- Qual a importância de ter o poder local próximo destes espaços de intervenção (sede no largo)?
- 5- Como vê a intervenção da Junta na dinamização das diversas atividades culturais que ocorrem no Largo?
- 6- Prevê uma continuação da alteração do espaço do Largo?
- 7- Mas muitas vezes os preços e as novas lógicas sociais afastam os anteriores moradores. Acha que isso pode acontecer aqui?
- 8- Qual é a importância que o Largo do Intendente assume na cidade

Bibliografia

Allport, G. (1979), *The Nature of Prejudice*, 25th Anniversary Edition. Reading, MA;Addison-Wesley;

Amaro, Rogério Roque (2003), *Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria*, Lisboa: Cadernos de Estudos Africanos nº4 ISSN 1645-3794. Pp: 35-70;

Appadurai, Arjun (1990), *Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy*, in *Theory, Culture and Society*, 7, Sage Publications, pp: 295 - 310;

Appadurai, Arjun (2000), *Grassroots Globalization and Research Imagination*, in *Public Culture*12(1), Nova Yorke : Duke University Press, pp:1-19;

Arendt, Hannah (2010), *As Origens do Totalitarismo*, Alfragide: D.Quixote;

Ascher, François (2012), *Novos Princípios do Urbanismo - Novos Compromissos Urbanos um léxico*, trad. Lobo, Margarida de Souza, Lisboa: Livros Horizonte;

Barbieri, Nicolás (2015), A Legitimidade das Políticas Culturais, in Costa, Pedro (coord.) (2015), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento - Conferência ARTEEMREDE*, Santarém: ARTEEMREDE pp. 24-38;

Barbieri, N. et all. (2011), *Nuevas políticas, nuevas miradas y metodologías de evaluación. ¿Cómo evaluar el retorno social de las políticas culturales?* Universitat Autònoma de Barcelona, 96(2), pp.477–500. Available at: <http://cercles.vtlseurope.com:8098/arxiu/pdf/E110154.pdf> [Accessed January 3, 2016];

Barros, Maria F. Lopes (1998), *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*, Lisboa: Hugin;

Barata Salgueiro, Teresa (2006), “Oportunidades e transformação na cidade centro”, in *Finisterra*, 41 (81), pp. 9-32;

Bauman, Zigmunt (1998), *Globalization - The Human Consequences*, Cambridge: Polity Press;

Bauman, Zigmunt (2003), *City of Fears, City of Hopes*, London: Goldsmiths College, University of London, pp.1-39;

Bauman, Zigmunt (2012), *Ensaio sobre o conceito de cultura*, Rio de Janeiro: Zahar, Trad: Carlos Alberto Medeiros;

Belfiore, Elinor (2006) *The Social Impacts of the Arts - Myth or Reality?*, Culture Vultures: is UK Arts Policy Damaging the Arts, pp.20–37;

Beck, Ulrich (SD), *Re-Inventing Europe: A Cosmopolitan Vision*, Quaderns de la Mediterrània, pp: 109-116;

Benjamin, Walter (1997), "Paris, Capital do Secúlo XIX", in Fortuna, Carlos (org.) (1997) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta (original de 1989), pp. 67-80;

Bettencourd, Leonor e Castro, Paula (2015), *Diversity in the Maps of a Lisbon Neighbourhood : Community and ‘ Official ’ Discourses about the Renewed Mouraria*, Canada: Culture and Local Governance, vol. 5, no. 1-2, pp. 23-44;

Bogús, Lucia Maria Machado (2009), “Segregações urbanas”, in Fortuna & Leite, *Plural de cidade: Novos Léxicos urbanos*, Coimbra: Almedina-CES, pp. 115-126

Borja, Jordi (2003), *La Ciudad Conquistada*, Madrid: Alianza Editora;

Brunson, Phyllis R. (2013), *Building Intercultural Strategies with Citizens: The Community Based Results Accountability Approach*, Center for the Study of Social Policy, disponível em <https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=090000168048e5e3>;

Bures, Regina e Cain, Colleen (2008), *Dimensions of Gentrification in a Tourist City*, disponível em: <http://paa2008.princeton.edu/papers/81623>

Caldas, Matilde (2014), *Usos da cultura em projectos de regeneração urbana, O caso da Praça do Martim Moniz - Lisboa*, dissertação de mestrado em Estudos da Cultura

Universidade Católica Portuguesa, disponível em: <http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/14810>;

Calvo, Daniel (2015), *A génese traumática do património em Lisboa: símbolos e representações urbanas nos bairros típicos depois do terremoto de 1755*, in *Construction politique et sociale des Territoires Cahier n°4*, pp 14-30;

Castells, Manuel (1996), "The reconstruction of the social meaning in the Space of Flows", in Le Gates, Richard T., Stout, Frederic, *The City Reader*, London e New York: Routledge (original de 1989);

Castells, Manuel (2005), *A Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

Camãra Municipal de Lisboa (2013), *Lisboa-Economia Criativa*, Lisboa;

Carvalho, Maria Helena (2013), *Bairrista e Multicultural : imagens da Mouraria em Lisboa*, dissertação de Mestrado em Antropologia ISCTE-IUL, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7027> ;

Castilho, Júlio de, *Lisboa antiga: bairros orientais*, IX Volume, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937- 1939;

Costa, Pedro (org.) (2009), *Estratégias para a Cultura em Lisboa*, Lisboa: Dinâmia/ ISCTE-IUL;

Costa, Francisco Lima (2011), *Globalização, Diversidade e “Novas” Classes Criativas em Lisboa, Economia etnocultural e a emergência de um sistema de produção etnocultural*, in *SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, n.º 67, pp. 85-106;

Cordeiro e Vidal (orgs.) (2008), *A Rua: Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa: Livros Horizonte;

Corijn, Eric e Praet, Sabine Van (1997), "A "Cidade em Prespectiva", in Fortuna, Carlos (org.) (1997) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, Oeiras: Celta (original de 1989), pp. 137-164;

Cullen, Gordon (1961), *Paisagem Urbana*, Londre: Edições 70, Lda;

Estevens, Ana (2014), *As expressões geográficas do conflito urbano. Os casos do Raval (Barcelona) e da Mouraria (Lisboa)*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, IGOT-UL

Featherstone, Mike (1990), *Global Culture: An introduction*, in *Theory, Culture and Society*, vol. 7, Londres : Sage Publications, pp.1-14 ;

Featherstone, Mike (1997), "Culturas Globais e Culturas Locais", in Fortuna, Carlos (org.) (1997) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta (original de 1993), pp. 83-103;

Ferrão, João (2015), "Cultura e Território: Como tornar mais eficiente uma política "fraca"", in Costa, Pedro (coord.) (2015), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento - Conferência ARTEEMREDE*, Santarém: ARTEEMREDE, pp. 84-89;

Ferro, Giacomo (2012), *Re-inventar um bairro: análise de uma reforma sócio-urbanística no bairro da Mouraria*, Lisboa: Tese de Mestrado em Antropologia aplicada FCSH- Universidade Nova, disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/8714>;

Fernandes, Luís (1998), *O Sítio das Drogas: etnografia das drogas numa periferia urbana*, Lisboa: Editorial Notícias;

Florida, Richard (2002), *The Rise of the Creative Class : and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*, Nova York: Basic Books;

Florida, Richard (2005), *Cities and the Creative Class*, Londres: Routledge;

Fonseca, Maria Lucinda (coord.) (2010), *City survey report: Lisbon. Executive Summary*, Lisboa, IGOT-UL;

Fonseca, Maria Lucinda e McGarrigle, Jennifer (org.) (2012); *Modes of inter-ethnic coexistence in three neighbourhoods in the Lisboa Metropolitan Area: a comparative perspective- GEITONIES*, Lisboa: Edições Colibri;

Gaspar, J. (1985). *A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional* in *La Ciudad Hispánica*. Editorial de la Universidad Complutense, 133-147;

- Gésero, Maria Paula (2011), *Configuração da Paisagem Urbana pelos grupos Imigrantes. O Martim Moniz na Migrantscape de Lisboa*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura FAUTL, disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6731/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf> ;
- Gil, Isabel Capeloa (2008), *O que significa Estudos de Cultura? - Um diálogo cosmopolita sobre o caso da cultura alemã*, in *Comunicação & Cultura*, n.º 6 , pp. 137-166;
- Hawkes, Jon (2001), *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's essential role in public planning*, Austrália: Common Ground Publishing;
- Healey, Patsy (2000), "Planning in Relational Sapce and Time: Responding to New Urban Realities", in Bridge G., Watson, S. (2000), *A Companion to the City*, Oxford: Blackwell Publishing, pp:517- 531;
- Hobsbawn, Eric, e Terence Ranger (orgs.) (1996), *The Invention of Tradition*, Cambridge: University Press;
- Holden, John (2015), "Valorizando as Artes e a cultura", in Costa, Pedro (coord.) (2015), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento - Conferência ARTEEMREDE*, Santarém: ARTEEMREDE pp. 39-54;
- Justino, David (2001), "Introdução" , Magda Pinheiro, Luís V. Baptista & Maria João Vaz (org.), *Cidade e Metrópole - Centralidades e Marginalidades*, Oeiras: Celta, pp.1-31;
- Landry, Charles (2000), *The Creative City - A toolkit for Urban Innovations*, Londres: Earthscan;
- Laranjeiro, C., & Vasconcelos, C. (2012). *Imagens, memórias e histórias ou o que significa dizer "Eu sou da Mouraria"*, in *Cadernos de Arte e Antropologia*, Vol. 1, No 1, 41-52, disponível em <https://cadernosaa.revues.org/712?file=1>;
- Lin, Jan (2011), *The power of urban ethnic places: cultural heritage and community life*, Nova York: Routledge.
- Lefebvre, Henri (2008), *O Direito à Cidade*, São Paulo: Centauro Editora;
- Lefebvre, Henri (2013), *La Producción del Espacio*, Madrid : Capitán Swing;

Lynch, Kevin (1982), *A Imagem da Cidade*, Porto:Edições 70;

Marques, Cátia (2004), *Manique do Intendente- Uma vila Iluminista*, Trabalho final da Licenciatura de Arquitectura, Departamento de Arquitectura da Faculda FCTUC, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/5515/1/Manique%20do%20Intendente-Uma%20vila%20iluminista.pdf>;

Machado Pais, José (1985), *A Prostituição e a Lisboa Boémia do Século XIX aos Inícios do Século XX*, Lisboa: Editorial Quercó;

Machado Pais, José (2007), *Cotidiano e Reflexividade, Educação e Sociedade*, Vol. 28, n.º 98, pp. 23-46, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a03v2898.pdf>;

Malheiros, Jorge (2008), *Comunidades de origem indiana na Área Metropolitana de Lisboa – iniciativas empresariais e estratégias sociais criativas na cidade*, in Revista Migrações - Número Temático Empreendedorismo Imigrante, nº3, Lisboa: ACIDI, pp.139-164;

Malheiros, Jorge, Carvalho, Rui & Mendes, Luís (2012), *Etnicização residencial e nobilitação urbana marginal*, Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural , pp. 97-128;

Martinho, Teresa (2013), *Arte, espaço e cidade ou Kit Garden*, de Joana Vasconcelos, Plataforma Barómetro Social;

Mateus, Augusto (coord.) (2010), *O Sector Cultural e Criativo em Portugal*, estudo para o Ministério da Cultura (gabinete de planeamento, estratégia, avaliação e relações internacionais);

Mendes, Maria Manuela (2012), "Bairro da Mouraria, território de diversidade: entre a tradição e o cosmopolitismo", in Sociologia, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural*, pp. 15-41;

Mendes, Luís (2014) *Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith*, Cadernos Metrópole, vol. 16, n.º 32, pp.487-511;

Mendes, Luís (2016), *City Making and Tourism Gentrification*, apresentação 16 de Abril Creative Hub Mouraria;

Meneses, João Wengorovius Ferro (2008), *A adoção do Balanced Scorecard como ferramenta de gestão estratégica para o desenvolvimento das organizações do terceiro sector: estudo de caso sobre a Chapitô*, [Em linha]. Lisboa: ISCTE, dissertação de mestrado, Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/2651>](http://hdl.handle.net/10071/2651);

Menezes, Marluci (SD), *Cultural diversity scenarios in the urban public space The case of Mouraria neighbourhood*;

Menezes, Marluci (2003), *Mouraria: entre o mito da Severa e o Martim Moniz. Estudo antropológico sobre o campo de significações imaginárias de um bairro típico de Lisboa*, Coleção Teses e Programas de Investigação, TPI 23, Lisboa :LNEC;

Menezes, Marluci (2005), *Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma Breve visita à Mouraria*, in Cidades- Comunidades e Territórios Dez., n.º 11, pp. 65-82;

Menezes, Marluci (2009), *A praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, pp. 301-328;

Menezes, Marluci (2011), *"Todos" na Mouraria? Diversidades, desigualdades e diferenças entre os que vêm ver o bairro, nele vivem e nele querem viver*, Anais do XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais - CONLAB, pp. 1-16;

Menezes, Marluci (2012a), *Sobre a intervenção socio-urbanística na cidade consolidada . O caso da Mouraria em Lisboa*, Conference Paper, Lisboa: Jornadas para a engenharia sociedade, inovação e inovação;

Menezes, Marluci (2012b), *Debatendo mitos, representações e convicções acerca da invenção de um bairro lisboeta* Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, , pág. 69-95;

Menezes, Marluci (2015), *Mouraria: onde mora o quotidiano na invenção do património urbano?*, Revista Construction politique et sociale des Territoires, Cahier n°4, pp 139-148;

Modood, Tariq (2007), *Multiculturalism, A civic Idea*, Cambridge: Polity Press;

Mota, Ana Sofia (2015), *Memória e Contemporaneidade | Reabilitação de um Palacete no Intendente utilizando cor, luz e matéria como elementos do projecto*, Mestrado Integrado em Arquitectura com especialização em Interiores e Reabilitação do Edificado, Lisboa: Universidade de Arquitectura de Lisboa, disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11320>;

Moragas, Carlos Romero (2001), "Ciudad, cultura y turismo: calidad y autenticidad", *PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Historico*, Año IX, n.º 36, Sevilha: Instituto Andaluz del Patrimonio Historico;

Mumford, Lewis (1996), " What is a city?", in Le Gates, Richard T., Stout, Frederic , *The City Reader*, London e New York: Routledge (original de 1937);

Oliven, George Ruben (1992), *A Parte e o Todo: a Diversidade Cultural no Brasil-Nação*, Petrópolis: Vozes;

Pereira, Raquel Maria Mendes (2012), *Música e Narrativas da Multiculturalidade numa Orquestra de "Todos"*, Dissertação de Mestrado em Antropologia na especialidade Globalizações, Migrações e Multiculturalismo, Lisboa, ISCTE, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4981>;

Pachter, Marc e Landry, Charles (2001), *Culture at the cross roads*, UK: Comedia;

Pratt, Andy (2013), *Promoting sustainable development through culture: current status, challenges and prospects*, UNESCO at a glance: 2013 Culture and Development:

Unveiling new prospects for development through culture. Korean National Commission for UNESCO. Seoul, Korean National Commission for UNESCO: 47-55;

Pratt, Andy (2014), *Cities: The cultural dimension*, UK: Government Office for Science-Government's Foresight Future of Cities Project;

Pratt, Andy (2015), "Culture and Development: Culture in development, or the cultures of development?", in Jones, C., Lorenzen, M. e Sapsed, J. (eds.), *Handbook of creative industries*, Oxford: Oxford University Press, pp. 503-516;

Portas, Nuno (1985), *Notas sobre a Intervenção na Cidade Existente*, in *Sociedade e Território*, n.º 2, Lisboa, pp. 5-13;

Porto, Marta (2015), "Antídoto contra o sono", in Costa, Pedro (coord.) (2015), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento - Conferência ARTEEMREDE*, Santarém: ARTEEMREDE pp. 60-67;

Queirós, João (2007), *Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos. Considerações exploratórias a partir do caso do Porto*, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 55, pp. 91-116;

Quental, Nuno et all. (2011), *Sustainable Development Policy: Goals, Targets and Political Cycles*, in <http://pt.slideshare.net/nquental/2011-sustainable-development-policy>;

Robertson, Roland (1990), *Mapping the Global Condition: Globalization as the Central Concept*, in *Theory, Culture and Society*, vol. 7, London : Sage Publications pp. 15- 30;

Rosas, Fernando (2007), *Lisboa Revolucionária 1908-1975*, Lisboa: Tinta da China;

Rodrigues, Marta (2012), *A "Mouraria alargada", a favor de Babel*, Tese mestrado em arquitectura, Universidade do Minho, disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/21397> ;

Rodrigues, Walter (2010), *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora;

Rogers, Alisdair (2000), "Citizenship, Multiculturalism and the European City", in Bridge G., Watson, S. (2000), *A Companion to the City*, Oxford: Blackwell Publishing pp: 282-292;

Rose, Damaris (1984), *Rethinking gentrification: beyond the uneven development of marxist urban theory*, in Environment and Planning D: Society and Space, 2 (1), 47-74;

Santana, Francisco (Dir.) (1994), *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém: Carlos Quintas & Associados - Consultores, LDA;

Santos, Boaventura Sousa (org.) (2001), *Globalização - Fatalidade ou Utopia?*, Porto : Edições Afrontamento;

Santos, Boaventura Sousa (2006), *Globalizations*, in Theory, Culture and Society, vol. 2,3 Sage Publications, pp. 339-393;

Santos, Boaventura Sousa (2010), *A gramática do tempo para uma nova cultura política*", Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento;

Sassen, Sakia (2001), *The Global City - New York, London, Tokio*, New Jersey: Princeton University Press;

Sassen, Sakia (2010), *Una Sociología de la Globalización*, Madrid: Katz Editores;

Sandercock, Leonie (1998), *Towards Cosmopolis : planning for multicultural cities*, Chichester: John Wiley & Sons;

Seixas, João (2013), *A Cidade na Encruzilhada - Repensar a Cidade e a sua Política*, Lisboa: Edições Afrontamento;

Seixas, João e Mateus, Augusto (2010), *Qualidade de Vida e Governo da Cidade Bases para um Novo Modelo de Governação da Cidade de Lisboa*, Lisboa: ISEG;

Sieber, Tim (2008), "Rua da cidade e sociabilidade pública", Vidal, Frédéric e Cordeiro, Graça Índias (org.), *A Rua espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa: Livros Horizonte;

Simmel, Georg (1997), "A metrópole e a vida do espírito", in Fortuna, Carlos (org.) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta pp. 31-45 (original 1903);

Silva, Vanessa Vieira da (2013), *Vida e espaço público num bairro histórico de Lisboa: usos e apropriações dos Largos da Mouraria*, [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, dissertação de mestrado. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/7955>](http://hdl.handle.net/10071/7955);

Silva, Raquel et all. (2006), "Varia" in *Revista de História da Arte*, N.2 pp. 219-243. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/12461>

Soja, Edward W. (2000), "Putting cities first: Remmapping the origins of urbanism", in Bridge G., Watson, S. (2000), *A Companion to the City*, Oxford: Blackwell Publishing pp: 26-35

Throsby, David (2010), *The economics of cultural policy*, Cambridge : Cambridge University Press;

Vaz Pinto, Catarina (2015) "Cultura e Território - O desafio das ligações", in Costa, Pedro (coord.) (2015), *Políticas Culturais para o Desenvolvimento - Conferência ARTEEMREDE*, Santarém: ARTEEMREDE pp. 90-95 ;

Vidal, Frédéric e Cordeiro, Graça Índias (org.) (2008), *A Rua espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa:Livros Horizonte;

Vinuesa Nagulo, Julio e Vidal Domínguez, M. Jesús (1991), *Los Procesos de Urbanizacion*, Madrid: Editorial Síntesis;

Wallerstein, Immanuel (1990), *Culture as the ideological Battleground of the Modern World-System*, in *Theory, Culture and Society*, vol. 7, Sage Publications pp. 31 - 55;

Wirth, Louis (1997), "O urbanismo como modo de vida", in Fortuna, Carlos (org.) (1997) *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaio de Sociologia*, Oeiras: Celta (original de 1938), pp. 45-67;

Yúdice, George (2003), *The Expendiency of Culture. Uses of Culture in a Global Era*, Durhan and London: Duke University Press;

Xavier, Jorge Barreto (2016), *A Cultura na Vida de Todos os Dias*, Porto:Porto editora;

[Artigos online](#)

- The work foundation, *Staying Ahead: The economy performance of UK's creative industries*, http://www.theworkfoundation.com/assets/docs/publications/176_stayingahead.pdf
- Arts council England, *Our History*, <http://www.artscouncil.org.uk/who-we-are/history-arts-council/>
- Junta de Freguesia de Arroios, <http://www.jfarroios.pt/>
- Festival TODOS, <http://festivaltodos.com/intro/home>
- Projeto Transmouraria, <http://www.transmouraria.com/>
- SOU, <https://soumovimentoearte.wordpress.com/> (14.04.2016)
- Associação Renovar Mouraria, <http://www.renovaramouraria.pt/>
- Casa Independente, <http://casaindependente.com/>
- Vieira, Ana e Coutinho, Andreia (2015), *O Processo SAAL: Arquitetura e Participação 1974—1976*, Porto: Serviço educativo do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, disponível em http://www.serralves.pt/documentos/servico_educativo/1411_DossPedagogicoSAAL.pdf
- Notícia DECO (19.05.2015), *Novas regras do arrendamento para contractos antes de 1990*, <http://www.deco.proteste.pt/casa/arrendamento/noticia-flash/novas-regras-do-arrendamento-para-contratos-antes-de-1990>
- Espaço e tempo, revelar LX, *Acontecimentos entre 1750 e 1790* disponível em <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=986>
- Belanciano, Vitor (17.04.2008) , *Richard Florida O guru do conceito das cidades criativas*, Jornal Público, disponível em <https://www.publico.pt/temas/jornal/richard-florida-o-guru-do-conceito-das-cidades-criativas-257409>
- Borges, Liliana (05.06.2016), *"Qualquer dia arranjamos figurantes para fazer de portugueses"*, Jornal Público disponível em <https://www.publico.pt/economia/noticia/qualquer-dia-arranjamos-figurantes-para-fazer-de-portugueses-1734102>
- Faria, Natália (2015), *E agora quem manda aqui*, disponível em <http://www.publico.pt/temas/jornal/e-agora-quem-manda-aqui-27070244>
- Boaventura, Inês (08.09.2005) *"Ninguém teve coragem para fazer o que eu fiz" no Intendente*, Jornal Público, disponível em <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/ninguem-teve-coragem-para-fazer-o-que-eu-fiz-no-intendente-37840>

- Sobral, Cláudia (19.06.2011), *Este Largo já não é o mesmo*, Jornal Público, disponível em <http://www.publico.pt/temas/jornal/este-largo-ja-nao-e-o-mesmo-22304409>
- Boaventura, Inês (16.04.2011), *Mudança de António Costa custa 672 mil euros*, Jornal Público, disponível em <http://www.publico.pt/local-lisboa/jornal/mudanca-de-antonio-costa-custa-672-mil-euros-21854594>
- Henriques, Joana (17.04.2016), *Vende-se uma Lisboa Multicultural*, Jornal Público disponível em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/vendese-uma-lisboa-multicultural-1729202>
- Agência Lusa (12.02.2005), *População do Intendente em Lisboa continua insegura apesar da intervenção municipal*, disponível em RTP. http://www.rtp.pt/noticias/pais/populacao-do-intendente-em-lisboa-continua-insegura-apesar-de-intervencao-municipal_n5780
- Ferreira (25.05.2013), *A Nova Mouraria*, em Expresso. Nº 2117
- Torres, Hugo (10.04.2012), *A dança vai fazer “companhia limitada” aos velhos que estão presos em casa*, Jornal Público disponível em <https://www.publico.pt/local/noticia/a-danca-vai-fazer-companhia-limitada-aos-velhos-que-estao-presos-em-casa-1541099>
- *O Intendente quer mudar de nome para afastar a “má fama”* (12.01.2010) Diário de Notícias, disponível em <http://www.dn.pt/portugal/sul/interior/intendente-quer-mudar-de-nome-para-afastar-ma-fama-da-droga-1467446.html>
- *Sport Club do Intendente. 80 anos de bailes, copos e futebol* (04.08.2013), Jornal I disponível em <http://www.ionline.pt/302597>

Documentos e Sites Institucionais

- Brito, Miguel (2013), *Sessão de Capacitação - Apoios financeiros para a área social*, disponível em <http://lisboasolidaria.cm-lisboa.pt/documentos/137372027908aOJ7iz1Ay61NC5.pdf>;
- *Relatório para consulta pública do programa BIP-ZIP* (2010), disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296732539T0oPZ5ba6Mq92HA7.pdf>
- *Resolução de Ministros nº 143/2005 de 2 de Agosto*, <https://dre.tretas.org/dre/189372/>
- *Relatório de Metodologia de identificação e construção da carta dos BIP/ZIP* (2010), disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296666539S9jVV2bd4Fg17IH7.pdf>

- *Resultados da consulta pública BIP-ZIP* (2010) disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1302372966F1hNO5cb5Nz12FL5.pdf>
- *CrITÉrios de avaliaÇão e pontuaÇão para candidaturas no programa BIP-ZIP* (2015), disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1434531144M6mZP4bd9Ma91SO9.pdf>
- DiÁrio da República, 1.^a série — N.º 216 — 8 de novembro de 2012 disponível em http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Reforma_Administrativa_Lisboa/Lei_56_2012.pdf
- Relatório *The Economy of Culture* (2006), preparado para a União Europeia (EU), disponível em http://ec.europa.eu/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf page 2;
- *Relatório Europa 2020*, disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/index_pt.htm;
- *CatÁlogo on-line da exposiÇão Dentro de Ti  Cidade - Energia BIP-ZIP, discussão sobre o programa BIP-ZIP no Museu do Design e da Moda* (2013), disponível em <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1372236607V3aCE0ce2Cd99EY7.pdf>;
- *Plano de AÇão Ai Mouraria* disponível em <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/ha-vida-na-mouraria.html>;
- Câmara Municipal de Lisboa (1997), *Plano de UrbanizaÇão do Núcleo Histórico da Mouraria*, Lisboa;
- CML (2012), *Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria*, Lisboa;
- CML (2007), *Programa Operacional Regional para Lisboa*, disponível em <http://www.porlisboa.qren.pt/np4/po.html>
- CML, *Mapa das freguesias*, <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/freguesias/freguesias>
- CML- Pelouro da HabitaÇão e Desenvolvimento local (2013), *Relatório Mudar a política de habitaÇão em Lisboa*, Lisboa;
- CML (2011), *Estratégias de ReabilitaÇão Urbana de Lisboa, 2011-2024*, Lisboa;
- República Portuguesa (2016), *Fundo Nacional de ReabilitaÇões do Edificado*, Lisboa: ApresentaÇão na Semana para a ReabilitaÇão Urbano;
- Assembleia Municipal de Lisboa (23 de novembro 2004), Acta numero 73, sessão extraordinaria, disponível em http://1998-2013.am-lisboa.pt/fileadmin/ASSEMBLEIA_MUNICIPAL/AML/Actas/Mandato_2002-2005/Acta2004_073.pdf.

Vídeos

- Landry, Charles (2013), Lisboa-Economia Criativa: Charles Landry, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, disponível em: <https://vimeo.com/68842416>
- Florida, The 3 T's of Economic Development, <https://www.youtube.com/watch?v=3lGHi6LTWtw>